

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IRACEMA DIMARIA EVANGELISTA BATISTA

FORMAÇÃO E(M) PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: ANÁLISE DE
PROPOSTAS CURRICULARES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO
PARANÁ E DE PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

CURITIBA

2021

IRACEMA DIMARIA EVANGELISTA BATISTA

FORMAÇÃO E(M) PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: ANÁLISE DE
PROPOSTAS CURRICULARES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO
PARANÁ E DE PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria de Fatima Quintal de Freitas.

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Batista, Iracema Dimaria Evangelista.

Formação e(m) Psicologia Social Comunitária : análise de propostas curriculares nas Instituições de Ensino Superior do Paraná e de publicações especializadas / Iracema Dimaria Evangelista Batista – Curitiba, 2021.

191 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria de Fatima Quintal de Freitas

1. Psicologia – Estudo e ensino. 2. Psicologia – Currículos. 3. Psicologia comunitária. 4. Publicações científicas. 5. Instituições de Ensino Superior (IES). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **IRACEMA DIMARIA EVANGELISTA BATISTA** intitulada: **FORMAÇÃO E(M) PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: ANÁLISE DAS PROPOSTAS CURRICULARES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ E NAS PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica
18/07/2021 15:49:11.0
MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
06/07/2021 16:37:27.0
AMAILSON SANDRO DE BARROS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO)

Assinatura Eletrônica
05/07/2021 16:16:00.0
JULIANE SACHSER ANGNES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica
16/07/2021 16:59:09.0
JUSAMARA VIEIRA SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica
05/07/2021 16:43:58.0
MARIA CRISTINA ANTUNES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ)

Enquanto discípula, dedico esta tese às minhas professoras e professores, da escola da vida e da escola formal, que ladrilharam, ao meu lado, o caminho que me conduziu até aqui e, como se não bastasse, me ofertaram, com bondade e despretensão, o seu valioso tempo. Acolhendo-me, foram a bússola da caminhada. Vidas que, de modo especial, estão conectadas à minha. A vocês, o meu carinho e admiração!

Enquanto mulher e mãe, em especial, dedico à minha filha Rayssa, futura psicóloga, que já manifesta em sua postura ética e moral, uma atitude política de combate as injustiças (sociais) do mundo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe (Maria do Socorro Evangelista Batista), professora aposentada da escola pública, a qual dedicou a vida à Educação. A primeira pessoa a me ensinar sobre o trabalho comunitário na prática, ajudou a construir literalmente a escola onde lecionou ao longo da sua vida profissional. Com ela, vibrei como criança ao ter conhecimento da minha aprovação para cursar o doutorado na Universidade Federal do Paraná. Agradeço por suas orações e palavras de fé nos momentos tempestuosos. Ao seu colo, que mesmo de longe, conseguiu me transmitir carinho e proteção.

Ao meu pai (João Batista), sempre sereno e racional, a minha referência de ética e justiça. Às suas mensagens diárias de incentivo e amor.

Aos meus irmãos (João Batista Júnior e Edilberto Evangelista Batista), o primeiro, por seu exemplo enquanto pesquisador e por sua dedicação à Ciência, sempre buscando fazer o seu melhor para a humanidade. O segundo, por seu trabalho junto às comunidades de Feira da Mata, município da Bahia onde atua como policial militar do Estado e para além da esfera profissional, é cidadão de fato, pois vive a cidade, é partícipe e sujeito transformador da realidade concreta desse lugar. Ambos, homens de valor e honra.

À minha tia (Francisca Holanda), ou simplesmente tia Fransquinha, outra referência importante que tenho como educadora, que me apoia sempre, quem me acolheu em Fortaleza por ocasião do Congresso de Psicologia Comunitária no Ceará em 2014, com quem eu tanto falei sobre o trabalho da professora Fatima, visto que eu busquei apreciar todas as suas apresentações no congresso mencionado.

Ao Dhenyell Victor, filho amado, por ter me encorajado ainda em tenra idade a “apitar”, e procurar a minha independência como Ser no mundo e para o mundo. A luz que me atraiu para fora da caverna.

À Rayssa Victória, filha amada, com quem todos os dias eu aprendo a aprender. “Mãe você consegue...”. Filha como eu te admiro! Obrigada por materializar e aperfeiçoar algumas de minhas ideias por meio da sua Arte, as quais foram apresentadas no Powerpoint da apresentação deste trabalho. Obrigada pelas trocas teóricas, pelas críticas sinceras e pela paciência amorosa.

Ao meu esposo (Geraldo), pela contribuição com a elaboração das planilhas em Excel, a orientação em relação ao desenvolvimento dos primeiros gráficos, o cuidado na revisão do abstract... Agradeço o seu apoio e amor.

À Sandra Mara Maciel de Lima da secretaria do PPGE, pelo acolhimento e o auxílio todas as vezes que precisei, ainda lá no início do curso.

Ao amigo Wallisten Passos Garcia e amiga Helainne Robertha A. de Oliveira Dias, pelo feedback do projeto de tese ainda lá no início, quando apontaram novas possibilidades.

Ao professor Denílson Aparecido Rossi por enxergar a Filosofia em minha Pedagogia.

Às professoras Maria Cristina Antunes e Jusamara Souza, que compuseram a minha Banca de Qualificação. A primeira foi minha supervisora de estágio na docência no ensino superior, ainda no mestrado, com quem em vários momentos do doutorado pude aprender sobre questões relativas ao trabalho aqui desenvolvido, como por exemplo aspectos relacionados às ênfases curriculares dos cursos de Psicologia. Já a segunda, sempre acolhedora e serena nos pouquíssimos momentos em que pudemos estar juntas, assertiva em suas pontuações sempre significativas. Professora Jusamara, gostaria de ter sido sua aluna. De certa forma eu sou. À ambas eu agradeço pelo acolhimento e contribuição na orientação desta pesquisa, suas colocações foram precisas, valiosas e muito contribuíram para enriquecer este trabalho.

À minha professora e amiga Nara Luz Chierighini Salamunes, agradeço pelo exemplo pessoal e profissional, por ser uma de minhas referências na Pedagogia, pelo auxílio na realização desta tese em vários aspectos e momentos. “Sábua Camponesa” sem a qual talvez eu não tivesse incutido maiores interesses pela pesquisa acadêmica, pois, foi com ela que aprendi os primeiros passos da pesquisa, é com ela que caminho e, tenho fé, que com ela seguirei até o fim, colhendo flores. Minha primeira orientadora, sigo sua discípula em relação à Pedagogia.

À minha orientadora, a professora Maria de Fatima Quintal de Freitas, por lá no início de tudo isso, numa perspectiva do pensamento heraclítico, ter simbolizado o fogo que acendeu em mim, o desejo de realizar o processo seletivo do PPGE-UFPR, pela aprovação do meu projeto inicial junto à banca examinadora, embora o mesmo tenha tomado outro rumo. Agradeço pela confiança, a generosidade

acadêmica, exatidão e respeito. Acredito que uma das principais lições aprendidas vai ao encontro do controle da ansiedade, “o excesso de futuro” quando o hoje ainda era “um se”. Anseio por novas possibilidades ao seu lado, professora Fatima, talvez a concretude de publicações em parceria para além do trabalho aqui apresentado. Sigo sua discípula em relação à Psicologia Social Comunitária.

Ao professor Paulo Freire (in memoriam), por ser filho da terra, por sua luta desarmada de armas frias e de fogo, pelo legado deixado e sua crença na Educação enquanto “arma” transformadora das ações de homens e mulheres, enquanto sujeitos “do”, “no” e “para” o mundo não estanque, sempre em evolução no aspecto da dignidade humana e da justiça. Por tudo que ele representa para a Educação mundial e brasileira, por sua coerência entre pensamento e ação, por Ser Paulo Freire.

A Deus, nas distintas concepções que abordam a transcendência do Ser, por ter permitido que tudo isso tenha sido possível.

Qualquer esperança que exista deve, portanto, estar com os indivíduos que se apresentarem através do sistema e que, embora rejeitando as presunções da nossa profissão tragicômica, sejam capazes de distinguir a teoria e prática útil – e ultrapassá-la. O impacto que a psicologia provocará na comunidade vai depender dos redobrados esforços dessas pessoas.

Mike Bender (1978, p. 168)

A Pedagogia investiga os fatores reais e concretos que concorrem para a formação humana, no seu desenvolvimento histórico, para daí extrair objetivos sociopolíticos e formas de intervenção organizativa e metodológica em torno dos processos que correspondem à ação educativa.

José Carlos Libâneo (2010, p. 96)

RESUMO

A presente pesquisa é de caráter documental e bibliográfico com abordagem qualitativa e quantitativa, visando à análise e articulação das informações obtidas nos documentos e *sítes* relativos às Instituições de Educação Superior e nos artigos dos periódicos especializados selecionados. Essa pesquisa apoiou-se no estudo das seguintes fontes: documentos relacionados às propostas curriculares de cursos de Psicologia do Paraná; e os artigos relativos ao tema, publicados em periódicos especializados na área, no período de 1980 a 2020 e disponibilizados *on-line* em formato digital/eletrônico. Foram reunidas, selecionadas e sistematizadas informações relativas aos seguintes assuntos: o curso de Psicologia, sua estruturação nos currículos na graduação e o lugar da pesquisa na formação; características da presença da disciplina Psicologia Social Comunitária e suas análogas na graduação, além das tentativas de criação de cursos na modalidade EaD; os encaminhamentos e passos metodológicos que foram adotados para a organização sistematização e análise das informações reunidas nos documentos relativos aos currículos dos cursos de Psicologia no Paraná e nos artigos sobre a formação no campo da Psicologia Social Comunitária, publicados nos periódicos especializados em Psicologia que foram selecionados; a constituição da carreira de Psicologia no Brasil e sua regulamentação, expansão dos cursos de Psicologia e as Diretrizes Curriculares Nacionais; a constituição e presença do curso de Psicologia no Estado do Paraná; e a seleção e sistematização das características e condições consideradas importantes para a formação e atuação em Psicologia Social Comunitária, que estão divulgadas nos artigos publicados nas revistas selecionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Psicologia Social Comunitária. Publicações especializadas. Pesquisa documental. Cursos de Psicologia.

ABSTRACT

This research is documentary and bibliographical in nature with a qualitative and quantitative approach, aiming at the analysis and articulation of information obtained in documents and websites related to Superior Education Institutions and in articles from selected specialized periodicals. This research was supported by the study of the following sources: documents related to curricular proposals for Psychology courses in Paraná; and articles related to the subject, published in specialized periodicals in the area, from 1980 to 2020 and available on-line in digital/electronic format. Information was gathered, selected and systematized on the following subjects: the Psychology course, its structure in graduation curricula and the role of research in training; characteristics of the presence of the Social Community Psychology discipline and its analogues in graduation, in addition to the attempts to create courses in the distance education modality; the referrals and methodological steps that were adopted for the organization, systematization and analysis of information gathered in documents relating to the curriculum of psychology courses in Paraná and in articles on training in the field of Community Social Psychology published in the selected journals specialized in Psychology; the constitution of the Psychology career in Brazil and its regulation, expansion of Psychology courses and the National Curriculum Guidelines; the constitution and presence of the Psychology course in the State of Paraná; and the selection and systematization of characteristics and conditions considered important for training and acting in Community Social Psychology, which are disclosed in the articles published in the selected journals.

KEYWORDS: Formation. Community Social Psychology. Specialized publications. Documentary research. Psychology courses.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2021.....	46
FIGURA 2	– CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2018.....	56
FIGURA 3	– CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2020.....	57
FIGURA 4	– DISTRIBUIÇÃO DOS 396 CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA/UF (2007).....	59
FIGURA 5	– DISTRIBUIÇÃO DOS 924 CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA/UF (2018).....	60
FIGURA 6	– DISTRIBUIÇÃO DOS 1088 CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA/UF (2020).....	60
FIGURA 7	– PORCENTAGEM DE CURSOS DE PSICOLOGIA POR REGIÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL NOS ANOS DE 2007, 2018 E 2020.....	62
FIGURA 8	– DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA (2007 X 2018).....	63
FIGURA 9	– DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA (2007 X 2020).....	64
FIGURA 10	– DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA (2018 X 2020).....	64
FIGURA 11	– PERCENTUAL DE CURSOS DE PSICOLOGIA OFERTADOS NO ESTADO DO PARANÁ: DISTRIBUIÇÃO POR MESORREGIÃO GEOGRÁFICA.....	79
FIGURA 12	– DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM AS REGIÕES GEOGRÁFICAS.....	80
FIGURA 13	– COMPARATIVO REFERENTE A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NO PARANÁ: IES PÚBLICAS X IES PRIVADAS.....	84
FIGURA 14	– EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CRIADOS E ATIVOS NO ESTADO DO PARANÁ.....	85
FIGURA 15	– INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS EM SEUS SITES OFICIAIS SOBRE O CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DE 7 DAS IES DO PARANÁ.....	91
FIGURA 16	– DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM A MAIOR TITULAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	93
FIGURA 17	– DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM SUAS TITULAÇÕES E CATEGORIA ADMINISTRATIVA INSTITUCIONAL DAS IES.....	95
FIGURA 18	– TERMOS E ASSUNTOS QUE PREDOMINAM NAS ÊNFASES CURRICULARES DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO PARANÁ.....	102
FIGURA 19	– OFERTA DE CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM PSICOLOGIA EAD FACVEST – UNIFACVEST.....	121
FIGURA 20	– OFERTA DE CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM PSICOLOGIA EAD (200 VAGAS).....	123
FIGURA 21	– OFERTA DE CURSO EM PSICOLOGIA EAD (9.999 VAGAS).....	123
FIGURA 22	– NÚMEROS REFERENTES AOS ACHADOS NA REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP.....	153

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA NA DÉCADA DE 70.....	45
QUADRO 2	– DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2021.....	46
QUADRO 3	– DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL EM CADA UNIDADE FEDERATIVA.....	58
QUADRO 4	– DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA, POR REGIÃO, NOS ANOS DE 2007, 2018 E 2020.....	59
QUADRO 5	– COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA.....	63
QUADRO 6	– DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL.....	65
QUADRO 7	– LISTA DE PERIÓDICOS CONSULTADOS E SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS.....	75
QUADRO 8	– MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ E CURSOS DE PSICOLOGIA.....	78
QUADRO 9	– DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ POR MUNICÍPIO.....	79
QUADRO 10	– INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA QUE OFERTAM O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.....	81
QUADRO 11	– DADOS COMPARATIVOS ENTRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DE DUAS IES DO MESMO MUNICÍPIO PARANAENSE, CUJOS CURSOS TIVERAM INÍCIO NO MESMO PERÍODO E SE ENCONTRAM EM ATIVIDADE ATÉ O MOMENTO.....	83
QUADRO 12	– CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (BACHARELADO) NO PARANÁ.....	87
QUADRO 13	– CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM OS DADOS DISPONÍVEIS NOS SITES DAS IES ANALISADAS.....	92
QUADRO 14	– CARACTERÍSTICAS DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DAS IES DO ESTADO DO PARANÁ.....	93
QUADRO 15	– CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DAS IES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM OS DADOS DISPONÍVEIS EM SUAS PÁGINAS VIRTUAIS.....	94
QUADRO 16	– CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ.....	96
QUADRO 17	– TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ.....	97
QUADRO 18	– CATEGORIZAÇÃO DAS ÊNFASES CURRICULARES DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO PARANÁ.....	103
QUADRO 19	– LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ, CUJAS MATRIZES CURRICULARES ESTAVAM DISPONÍVEIS EM SEUS SITES OFICIAIS E OS DETALHES	115

	REFERENTES AS DISCIPLINAS INVESTIGADAS.....	
QUADRO 20	– LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO.....	117
QUADRO 21	– LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO/PRÁTICO.....	118
QUADRO 22	– LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO/PRÁTICO AGRUPADAS DE ACORDO COM SUAS NOMENCLATURAS.....	119
QUADRO 23	– LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO/PRÁTICO AGRUPADAS DE ACORDO COM SUAS NOMENCLATURAS.....	119
QUADRO 24	– PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO PRIMEIRO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2017.....	133
QUADRO 25	– PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO PRIMEIRO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2017 QUE FORAM EXCLUÍDOS POR NÃO APRESENTAREM ARQUIVOS RELACIONADOS A PRESENTE PESQUISA.....	135
QUADRO 26	– PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO SEGUNDO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2020.....	136
QUADRO 27	– REVISTA PSICOLOGIA E SOCIEDADE: PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS <i>ON-LINE</i> A PARTIR DE 2002 A 2020 (19 ARTIGOS SELECIONADOS).....	138
QUADRO 28	– METODOLOGIAS DE PESQUISAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS – PSICOLOGIA E SOCIEDADE.....	139
QUADRO 29	– FRACTAL: REVISTA DE PSICOLOGIA, PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS <i>ON-LINE</i> A PARTIR DE 2007 A 2015 (11) ARTIGOS SELECIONADOS).....	145
QUADRO 30	– DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS A PARTIR DO PERIÓDICO FRACTAL, NO PERÍODO DE 2005 A 2015.....	145
QUADRO 31	– METODOLOGIAS DE PESQUISAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS – FRACTAL.....	147
QUADRO 32	– INTERAMERICAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY (IJP) – REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP, PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS <i>ON-LINE</i> A PARTIR DE 1967 E CONSULTADAS A PARTIR DE 1980 A 2020 (24 ARTIGOS SELECIONADOS).....	154
QUADRO 33	– INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR CUJOS AUTORES DOS ARTIGOS SELECIONADOS SE ENCONTRAVAM VINCULADOS NO PERÍODO DA PUBLICAÇÃO DE SEUS ARTIGOS.....	155
QUADRO 34	– METODOLOGIAS DE PESQUISAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS – INTERAMERICAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY (IJP) – REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP.....	155
QUADRO 35	– DETALHES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES CURRICULARES.....	184
QUADRO 36	– DETALHES DOS ARTIGOS SELECIONADOS: PSICOLOGIA E SOCIEDADE.....	189

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO	– Associação Brasileira de Psicologia Social
CAMPO REAL	– Faculdade Campo Real
CFP	– Conselho Federal de Psicologia
CRAS	– Centro de Referência de Assistência Social
CRP	– Conselho Regional de Psicologia
DCN	– Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	– Educação a Distância
EC	– Ênfases Curriculares
e-MEC	– Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil
FAA	– Faculdade Anglo Americana
FACBRASIL/UNIBRASIL	– Faculdade Integradas do Brasil
FACEL	– Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras
FACIAP	– Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel
FADEP	– Faculdade de Pato Branco
FAE	– Centro Universitário Franciscano do Paraná
FAFIAJAN	– Faculdade de Jandaia do Sul
FAG	– Faculdade Guairacá
FAG.	– Faculdade Assis Gugaz
FAP	– Faculdade de Apucarana
FDB	– Faculdade Dom Bosco
FEPAR	– Faculdade Evangélica do Paraná
FPP	– Faculdades Pequeno Príncipe
GM	– Grupo Multidisciplinar
gm	– garimpagem manual
IES	– Instituição de Ensino Superior
IESFI	– Instituto de Ensino Superior de Foz do Iguaçu
IESSA	– Faculdade San’Ana
INESUL	– Instituto de Ensino Superior de Londrina
INGÁ	– Faculdade Ingá

LDB	– Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
NP	– NUVEM DE PALAVRAS
PR	– Paraná
PC	– Psicologia Comunitária
PS	– Psicologia Social
PSC	– Psicologia Social Comunitária
PUC	– Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SESU	– Secretaria de Ensino Superior
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
TGM	– Técnica de Garimpagem Manual
UEL	– Universidade Estadual de Londrina
UEM	– Universidade Estadual de Maringá
UF	– Unidade Federativa
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UNIANDRADE	– Centro Universitário Campos de Andrade
UNICAMPO	– Faculdade União de Campo Mourão
UNICENTRO	– Universidade Estadual do Centro Oeste
UNICESUMAR	– Centro Universitário de Maringá
UNIFIL	– Centro Universitário Filadélfia
UNIGUAÇU	– Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu
UNIPAR	– Universidade Paranaense
UNOPAR	– Universidade do Norte do Paraná
UP	– Universidade Positivo
URL	– Localizador Uniforme de Recursos (Internet)
UTP	– Universidade Tuiuti do Paraná

LISTA DE ABREVIATURAS

Bel/a	–	Bacharel/a
M	–	Manhã
Men.	–	Mensalidade
Mín.	–	Mínima
N	–	Noite
Núm.	–	Número
Nº	–	Número

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I: CURRÍCULO E PESQUISA.....	27
I.1 O CURRÍCULO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.....	27
I.1.1 Currículo e Formação.....	28
I.1.2 A importância do currículo.....	29
I.1.3 Currículo Mínimo dos Cursos de Psicologia.....	34
I.1.4 O espaço da pesquisa nos cursos de graduação em Psicologia.....	37
I.2 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	39
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E OS CONSELHOS DE CLASSE	41
II.1 DISCIPLINA PSICOLOGIA E REGULAMENTAÇÃO DO CURSO.....	41
II.2 FORMAÇÃO E CARREIRA NO INÍCIO: PRÁTICAS, REGULAMENTAÇÃO E EXPANSÃO.....	47
II.2.1 Outros Campos e Áreas iniciais na Psicologia.....	50
II.2.2 Expansão dos Cursos e Diretrizes Curriculares Nacionais.....	51
II.2.3 Profissão e os Cursos de Psicologia nos anos de 2020.....	53
II.3 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	66
CAPÍTULO III: ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	70
III.1 LEVANTAMENTO EM PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS.....	72
III.2 PROCESSO DE SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	74
III.2.1 Busca e organização nas publicações especializadas.....	74
III.2.2 Esclarecimento sobre a listagem dos endereços eletrônicos das Instituições de Ensino Superior do Paraná que ofertam os cursos de graduação em Psicologia	76
CAPÍTULO IV: A PSICOLOGIA NO ESTADO DO PARANÁ	77
IV.1 PRESENÇA DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ.....	77
IV.2 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	81
IV.3 CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE PSICOLOGIA.....	88
IV.4 ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA.....	98
IV.5 ÊNFASE CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM	99

PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ.....	
IV. 6 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	102
CAPÍTULO V: PSICOLOGIA (SOCIAL) COMUNITÁRIA E DISCIPLINAS ANÁLOGAS	105
V.1 APROXIMAÇÕES E “CRISE” NO CAMPO DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	105
V.2 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: BASES, PRESSUPOSTOS E PRÁTICAS.....	109
V.3 DISCIPLINA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E DISCIPLINAS ANÁLOGAS, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ.....	113
V.4 PRESENCIALIDADE DURANTE O PROCESSO DE FORMAÇÃO	119
V.4.1 Alguns Debates	120
V.4.2 Entidade de Classe e o Debate atual	127
V.5 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	130
CAPÍTULO VI: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DE TRÊS PERIÓDICOS	132
VI.1 ENCONTRO COM OS PERIÓDICOS E ARTIGOS	132
VI.2 PERIÓDICO PSICOLOGIA E SOCIEDADE.....	136
VI.2.1 Foco da atuação realizada e recursos metodológicos empregados.....	137
VI.3 FRACTAL: REVISTA DE PSICOLOGIA.....	143
VI.4 INTERAMERICAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY (IJP) – REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP.....	152
VI.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS.....	158
VI.5.1 Periódico Psicologia & Sociedade.....	158
VI.5.2 Periódico Fractal.....	159
VI.5.3 <i>Interamerican Journal of Psychology</i> (IJP).....	160
CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICES	181

INTRODUÇÃO

A discussão sobre relações entre formação e currículo a respeito de uma dada disciplina anuncia várias exigências e mostra ser uma tarefa bem complexa e difícil, porém necessária, se pretendemos compreender o estado de construção de um campo de investigação e profissional.

As disciplinas curriculares da educação, sejam elas do nível básico ou do nível superior de ensino, estão em constantes processos de ajustamento, devido às mudanças que acontecem no cenário socioeconômico e cultural, as quais implicam as funcionalidades de uma dada profissão em um determinado momento histórico.

Como professora da educação básica, com experiência em escolas particulares e públicas – atualmente dedicando-me somente a essa última – e, almejando seguir lecionando também nos espaços universitários, busquei em 2014 realizar um mestrado. Procurava naquele momento um curso que pudesse contribuir com minha realidade profissional concreta e ao mesmo tempo me capacitar para a docência também no ensino superior.

Tendo conhecimento do processo seletivo para o mestrado em Psicologia Social Comunitária (PSC) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), decidi realizar a minha inscrição, tendo em vista que o caráter multidisciplinar da PSC engloba distintas áreas a exemplo da Pedagogia – em uma perspectiva freireana –, e da Filosofia – em uma perspectiva do Materialismo Histórico Dialético –, áreas as quais compõem a minha formação acadêmica inicial, vi ali uma oportunidade para dar continuidade à minha formação.

O caminho então escolhido, possivelmente permitiria que eu lutasse e contribuísse com os processos de mudanças junto à realidade da população em geral e, em particular, à realidade dos educandos e educandas com quem procuro nutrir uma relação de afeto e esperança.

Sobre o presente trabalho, feito à quatro mãos, referente à formação em Psicologia, voltado também para a atuação de psicólogos e psicólogas em diversos cenários sociais e comunitários, a minha contribuição está no fato de unir aquilo que é mais peculiar do campo da Pedagogia - ligado aos aspectos da educação comprometida com a formação - com algumas dimensões da Psicologia.

Ao refletir sobre a formação e os espaços de atuação de psicólogos e

psicólogas, verificamos que o campo de atuação desses profissionais continua a difundir-se para além da área clínica, área essa já solidificada e de grande prestígio em meio aos que buscam se graduar no curso de Psicologia.

Com o estudo de publicações especializadas em Psicologia, constatamos o registro de conquistas históricas de seus profissionais, os quais constroem uma agenda de constante evolução e adequações de ações para auxiliarem na solução de problemas cotidianos da população.

Nessas publicações, identificamos o registro do aumento da quantidade de profissionais que se denominam psicólogos comunitários; que desenvolvem projetos de intervenção e de investigação em ambientes urbanos periféricos e à margem de acessos aos bens culturais essenciais à vida digna. São profissionais que atuam em organizações não governamentais, sindicatos, movimentos populares e outras sociedades civis (FREITAS, 1998).

No entanto, acontece que, embora tenham ocorrido avanços em relação à ampliação dos espaços de atuação dos profissionais da psicologia, muito ainda há de se construir no sentido do aprofundamento de práticas formativas emancipatórias em Psicologia Social Comunitária; tanto para manter as conquistas da Psicologia nesse campo, quanto para expandi-las em práticas de outros profissionais das Ciências Humanas e em ambientes educativos.

À medida em que a PSC se fortalece como base formativa necessária aos profissionais que se dedicam à atuação em contextos sociais com características diversas e específicas, novos desafios se descortinam diante da complexidade configurada por fatores econômicos, sanitários, políticos, culturais e pedagógicos correlacionados.

Nesta tese, partimos do entendimento de que a PSC é um campo de saber que envolve pesquisa e intervenção (FREITAS, 1998; 2008; 2014), ou seja, de cunho teórico fundamental e prático instrumental; necessário aos profissionais cujas ações são “provenientes de um trabalho coletivo e em equipe, inter, trans e multidisciplinar.” (FREITAS, 1998, p. 105). Assim, essas ações fazem uso também do caráter educativo formal que impacta grupos sociais e indivíduos por meio do desenvolvimento da construção de saberes, valores, habilidades e técnicas adequadas a cada ambiente, e dialoga com tal caráter educativo formal na interface da realidade concreta de cada grupo.

Desse modo, examinar quais as dimensões da formação do(a) psicólogo(a) estão sendo consideradas importantes para a atuação desse profissional no campo comunitário, de acordo com as propostas curriculares dos cursos em psicologia no Estado do Paraná e das publicações especializadas, talvez revele quais são as prioridades disciplinares para as Instituições de Ensino Superior (IES), possibilitando tecer reflexões sobre se essas prioridades vão ao encontro daquilo que a Psicologia Social Comunitária defende enquanto área de atuação e campo de conhecimento.

Assim, é fato que as áreas de atuação de psicólogos e psicólogas vêm igualmente se expandindo de forma considerável, confirmando a presença do(a) psicólogo(a) em novos espaços e mais próximos a realidade de vida da população em geral. Tudo isso, de acordo com Freitas (2015), reforça o entendimento de que, a Psicologia quando equiparada a outros campos do saber se mostra consolidada no Brasil, embora seja uma profissão jovem.

Comparando-se com outros campos disciplinares, de fato a Psicologia pode ser considerada uma profissão relativamente jovem. Entretanto, isto não tem impedido que revele amadurecimento, em especial quando, diante dos problemas sociais, tem buscado ações e encaminhamentos na perspectiva psicológica e psicossocial para uma melhoria nessas condições. (FREITAS, 2015, p. 522).

No entanto, cabe aqui indagar se podemos entender essa consolidação em todos os espaços, ou apenas no espaço acadêmico. Essa consolidação é em termos de novas áreas de atuação, ou compreende a atuação propriamente dita? No que tange às ações voltadas às políticas sociais estamos vivendo um embate junto ao poder executivo em relação a muitas conquistas. Assim quando falamos de consolidação vale destacar em qual aspecto estamos nos referindo. Se estamos abrangendo apenas os espaços de formação, comungamos com Freitas (2015) quando a autora alerta:

Contudo, este caráter de consolidação não significa que já foram atingidas, nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia, as metas quanto à plenitude da formação e preparação dos profissionais para que atuem e saibam fazê-lo, em estreita relação e compromisso social com a população que tem sido alvo de seus trabalhos (FREITAS, 2015, p. 2).

Além da busca por atingir as metas que irão corroborar com a formação plena desses profissionais, outras questões que despontam vão ao encontro do 1- aumento do número de cursos privados de Psicologia, 2- aumento do número de vagas em Instituições de Ensino Superior igualmente privadas, e 3- qualificação docente. A forma que essas questões são tratadas podem gerar resultados tanto positivos quanto negativos (KUENZER, 1999; CHAVES, 2010; CROSO, 2016). Vivemos numa sociedade capitalista e, embora muitos utilizem o discurso de que não tratam a educação como mercadoria, o que estamos assistindo cada vez mais é a privatização do Ensino Superior, sobre essa questão Croso defende que:

A privatização da educação não apenas fragiliza os sistemas públicos de educação, mas também coloca em xeque o caráter público da educação, bem como preceitos democráticos, na medida em que disputa seus sentidos e propósitos e transfere ao setor privado elementos essenciais da prática educativa, como o desenvolvimento de conteúdos, das avaliações e da orientação da prática docente, sem que haja debate público e participação social. A progressiva influência que vêm conseguindo as grandes corporações e redes empresariais, capazes de mover um grande poder econômico, político e simbólico, promove fortes assimetrias no processo democrático de definição da política pública. (CROSO, 2016, p. 31).

No que tange à área da saúde a privatização já se encontra consolidada e o número de vagas autorizados nos cursos privados já existentes são ampliados em cada vestibular, além da criação de novos cursos igualmente em Instituições de Ensino Superior privadas. A representatividade das IES públicas quanto ao número de vagas autorizados para os cursos de saúde já existentes, bem como a criação de novos cursos na área da saúde em IES públicas, é bem menor do que nas Instituições de Ensino Superior particulares. Concordamos com Vieira e Moyses (2017), quando denunciam:

A privatização do ensino superior em saúde se solidificou, mostrando, em prol da acessibilidade e em detrimento das instituições públicas de ensino, a retração do Estado quanto à ordenação da formação de recursos humanos em saúde. Mesmo que por dispositivo constitucional, o setor de saúde público é o responsável por essa ordenação. Essa intensa privatização reduz as chances de acesso à educação superior de jovens de baixa renda e também daqueles provenientes das cotas raciais e sociais, tendo em vista as fragilidades das políticas de acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação (VIEIRA; MOYSES, 2017, p. 412).

Não podemos ser ingênuos em concordar com uma “expansão” que favorece apenas aqueles que podem pagar e os que com ela vão continuar lucrando. É fundamental que haja um maior investimento por parte do poder público no aumento dessas vagas em IES públicas, assim como o acompanhamento desses cursistas, de modo que eles, fazendo a parte que lhes cabem, possam ter a segurança necessária para que não se evadam e consigam concluir sua graduação e, dessa forma possam ser inseridos como profissionais de saúde – aqui tratamos mais especificamente de psicólogos e psicólogas – no mercado de trabalho, e possam contribuir junto à sociedade.

Outro aspecto preocupante no que diz respeito à avalanche de criação de novos cursos e ao aumento do número de vagas autorizados em IES particulares, é o fato de que essa expansão não é garantia de formação de qualidade e um futuro promissor na área escolhida. Essas questões implicam na formação do(a) psicólogo(a).

Na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, fomentar o debate em torno do trabalho de psicólogos e psicólogas no Brasil vai ao encontro das exigências relativas à formação desses profissionais, bem como da necessidade do desenvolvimento de formatos de imersão que levem em conta além do território das comunidades e das áreas relacionadas à Psicologia Social Comunitária, a própria configuração dessa disciplina, bem como a configuração das disciplinas similares e dos seus objetivos no que tange a referida formação.

Esta pesquisa apresenta relevância social na identificação de alguns pontos e desafios que exigem atenção na formação do(a) psicólogo(a) de acordo com os fundamentos deste campo, podendo ainda servir de exemplo para pesquisas similares em outras áreas do saber.

Neste estudo, analisaram-se aspectos da formação do(a) psicólogo(a) no Paraná e publicações especializadas em atendimento à seguinte questão de pesquisa: De acordo com as propostas curriculares dos cursos de Psicologia no Estado do Paraná e das publicações em periódicos especializados, quais seriam as dimensões da formação que se mostram importantes durante a graduação para a atuação no campo comunitário? Diante disto, temos como objetivos específicos:

1 - Examinar as informações referentes aos cursos de graduação em Psicologia, disponibilizadas nos sítios eletrônicos¹ oficiais das Instituições de Ensino Superior (IES) que os ofertam, quanto a: tipo de IES, ano de criação, ano de início, número de vagas anuais, periodicidade e carga horária, características e formação do corpo docente, área de atuação do profissional e as ênfases dos cursos de graduação.

2 - Descrever as características das disciplinas da Psicologia (Social) Comunitária e outras afins, em termos de aspectos importantes propostos para a atuação, intervenção e(ou) estágios nesse campo.

3 - Comparar e analisar, nos cursos de graduação em Psicologia do Estado do Paraná, as dimensões importantes, encontradas quanto à formação na área de Psicologia (Social) Comunitária.

4 - Analisar os periódicos selecionados quanto às dimensões relativas à formação no campo da Psicologia (Social) Comunitária.

A presente pesquisa é de caráter documental e bibliográfico com abordagem qualitativa e quantitativa, visando a análise e articulação das informações obtidas nos documentos e *sítes* relativos às IES e nos artigos dos periódicos especializados que compõem esta pesquisa. Dessa forma, foram utilizadas como fontes para este trabalho de pesquisa, os documentos relacionados às propostas curriculares de cursos de Psicologia do Paraná; e os artigos relativos ao tema publicados em periódicos especializados na área no período de 1980 a 2020 e disponibilizados *on-line* em formato digital/eletrônico.

Neste trabalho, estão apresentadas informações colhidas e analisadas relativas aos seguintes assuntos:

- I) O curso de Psicologia, sua estruturação nos currículos na graduação e o lugar da pesquisa na formação;
- II) A constituição da carreira de Psicologia no Brasil, sua regulamentação, expansão dos cursos de Psicologia e as Diretrizes Curriculares Nacionais;

¹ De acordo com o Art. 47 da Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu §1º as IES deverão apresentar as informações pertinentes aos cursos oferecidos “em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior”, devendo obedecer uma série de critério (BRASIL, 1996, p. 34-35).

- III) Os encaminhamentos e passos metodológicos que foram adotados para a organização sistematização e análise das informações reunidas nos documentos relativos aos currículos dos cursos de psicologia no Paraná e nos artigos sobre a formação no campo da psicologia social comunitária que foram publicados em 18 periódicos especializados em psicologia;
- IV) Constituição e presença do curso de Psicologia no Estado do Paraná;
- V) Características da presença da disciplina Psicologia Social Comunitária e suas análogas na graduação, além das tentativas de criação de cursos na modalidade Educação a Distância (EAD);
- VI) Seleção e sistematização das características e condições consideradas importantes para a formação e atuação em psicologia social comunitária, que estão divulgadas nos artigos publicados nas Revistas Psicologia & Sociedade, Fractal e Interamerican Journal of Psychology (Revista Interamericana de Psicologia da Sociedade Interamericana de Psicologia); e exposição de achados iniciais relativos ao tema indicado nas três revistas analisadas em profundidade;
- VII) Apresentação das considerações finais, e
- VIII) As referências que ajudaram a compor as bases deste trabalho e os apêndices.

CAPÍTULO I

CURRÍCULO, FORMAÇÃO E PESQUISA

I.1 O CURRÍCULO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Quando o nosso pensamento não confronta nossas ações e experiências com o nosso falar, quando apenas reproduzimos as representações sociais que nos foram transmitidas, e toda e qualquer inconsistência ou incoerência é atribuída a “exceções” a “aspectos circunstanciais”, quando não há particularidades individuais, estaremos apenas reproduzindo as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção da vida material em nossa sociedade.

Silvia Lane (1983, p. 36).

Pode-se dizer que a preocupação com as questões relativas à formação do(a) psicólogo(a), com os componentes curriculares e a formação de competências profissionais, bem como com o próprio ensino da Psicologia, é inerente à existência do próprio curso antes mesmo do seu reconhecimento e de regulamentação? Ou tais preocupações foram surgindo no desenvolvimento do próprio curso? Talvez as duas possibilidades sejam possíveis, visto que uma coisa não anula a outra.

Para corroborar com nosso entendimento, apoiamo-nos nos seguintes pesquisadores Bernardes (2012), Mello (1989), Weber (1985). Os quais afirmam que antes mesmo do reconhecimento e da regulamentação do curso de Psicologia no Brasil, muito já se debatia sobre suas questões curriculares. E ainda, nos pautamos no que apresenta o Conselho Federal de Psicologia (CFP) na revisão das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em psicologia:

A formação da psicóloga e do psicólogo brasileiro tem sido alvo de debate e reflexão desde muito antes da regulamentação da profissão. E certamente esse debate estará sempre presente, na busca constante da qualificação teórico-metodológica, ética e técnica, e da atualização desse processo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 17).

Somado ao apresentado, tendo em vista que os processos formativos não são estanques, cremos que as reflexões devem ser lançadas constantemente, concebendo conjecturas, porém indo além, materializando-se, ou seja, como diria Paulo Freire (2005), tornando esse processo contínuo no refletir e agir, práxis por assim dizer.

I.1.1 Currículo e Formação

No decurso do trabalho aqui proposto, viu-se necessário apresentar uma leitura mais específica sobre aspectos relevantes dos cursos de Psicologia, quais sejam: aspectos relacionados ao currículo e a formação. Nesse sentido, buscaremos abordar o “Currículo”, de modo geral, no campo educacional e, de modo particular nos cursos de Psicologia, para depois afunilar para os currículos ou matrizes curriculares dos cursos de psicologia do Paraná.

Compreendemos que a dinâmica da elaboração de um currículo envolve aspectos econômicos, políticos e sociais, que por sua vez estão imbricados no contexto histórico-cultural de cada sociedade. Um currículo por si só, não pode ser visto como um documento estanque, ou pura teoria. Adotamos uma ótica do currículo em ação, tratando-o de uma teoria intimamente relacionada à prática, com vistas às possibilidades de um fazer em um dado contexto concreto.

Podemos inferir que o currículo é um documento basilar que norteia as escolas no que tange a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Ensino Médio), bem como cada um dos cursos de graduação com suas especificações, no que diz respeito a Ensino Superior.

Refletir e questionar o que é currículo, como se dá a dinâmica de elaboração do currículo nos cursos de Psicologia e como a escolha das disciplinas que compõem o curso atendem as necessidades da sociedade deve ser atividades constantes por parte dos envolvidos também na formação dos(as) profissionais da Psicologia.

Entendemos que o que tratamos aqui pode contribuir para o debate dialógico, contínuo e produtivo, visto que esta é uma discussão que permeia os processos formativos e costura com uma linha invisível o antes, o durante e o depois de cada currículo a fim de eliminar aquilo que não cabe mais no momento histórico e acrescentar aquilo que se julga imperativo e relevante. Concretizando-o no cotidiano de cada instituição formadora, atentando-se aos resultados obtidos a cada momento, de modo a estar atento à sua modernização, capacidade e expansão.

I.1.2 A importância do currículo

Um currículo é resultado de uma construção culturalmente ajustada e ajustável aos tempos mais atuais de cada sociedade, com desígnios específicos, que podem revelar o desenvolvimento e necessidades dos indivíduos que compõem esses agrupamentos. A partir da esperança da sociedade que se pretende ter, de acordo com a orientação curricular daqueles que detêm o poder, o que pode vislumbrar um currículo? O progresso de uma sociedade padronizada? A concretização de valores como justiça, ética, democracia, responsabilidade, sustentabilidade, solidariedade, igualdade, equidade? O que mira a materialidade de um currículo e suas estruturas?

Lutar por um tipo de currículo, que organize um processo de formação para potencializar o desenvolvimento de uma atividade social e profissional, não é apenas um direito, é também um dever político que requer criticidade diante das ofertas que nos são feitas por todos os meios, em nome dos interesses da nação e(ou) do bem comum.

Pode-se pensar em currículo como tendo uma ligação com a dimensão do poder, visto que:

O poder, que controla politicamente a ordem social que o sustenta, também determina ideologicamente o saber, o pensamento, os valores, os símbolos com que se apresenta como legítimo. Ele cria e recria os instrumentos e artifícios para que as pessoas oprimidas pensem como ele, pensando que pensam por si próprias (BRANDÃO, 1981, p. 105).

A educação configura-se nesse aspecto, como um desses instrumentos, que perpassando o processo de formação profissional para a prática, pode contribuir por explicitar, por meio das escolhas curriculares, também formas de superação ou não, das condições de trabalho, de produção de conhecimento e compreensão da realidade.

O termo “currículo”, engloba distintos significados e, seu entendimento em cada contexto histórico requer olhares específicos. Do mesmo modo, o termo “formação” pode ser compreendido de diferentes maneiras, de acordo com o nível de abrangência a que nos referimos em educação, ao nível de ensino que abordamos. Etimologicamente o currículo encontra-se definido como sendo um

termo originário do latim, em sua forma *Curriculum*, que quer dizer “Conjunto de dados concernentes ao estado civil, ao preparo profissional e às atividades anteriores de quem se candidata a um emprego” (CUNHA, 2010, p. 196).

De acordo com Sacristán (1998a, p. 13) “a teorização sobre o currículo não se encontra adequadamente sistematizada”, e a sua prática:

“é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., atrás dos quais que se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidades, crenças, valores etc., que condicionam a teorização sobre o currículo (SACRISTÁN, 1998a, p. 13).

Cada currículo geral contém expressamente os anseios e necessidades da sociedade no contexto que foi instituído, segundo aqueles que o elaboram. E para além de uma associação de conhecimento. Sacristán (1998a, p. 34) sugere a seguinte definição para currículo:

[...] projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada (SACRISTÁN, 1998a, p. 34).

É a atividade da sociedade e sua evolução que norteiam as propostas curriculares educacionais em seus dois níveis de ensino (Educação Básica e Educação Superior). Produções textuais afinam-se “ao destacar os currículos como uma organização temporal e espacial do conhecimento que se traduz na organização dos tempos e espaços escolares e do trabalho dos professores e alunos” (BRASIL, 2007, p. 13).

Assim como o termo “currículo”, o termo “formação” também pode ser compreendido de diferentes modos, como por exemplo, de acordo com o nível de abrangência a que nos referimos em educação ou ao nível de ensino que abordamos, do mesmo modo, pode ir ao encontro das modalidades de educação denominadas por Libâneo (2010, p. 86), de “educação informal, não formal e formal”. Onde a primeira, de acordo com o autor, é também conhecida como educação não intencional ou ainda educação paralela, sendo aquela que “abrange o

conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social.” (p. 87).

Ainda sobre o termo formação:

No sentido específico que esta palavra assume em filosofia e em pedagogia, em relação com o termo em alemão correspondente”, segundo Abbagnano ele ” indica o processo da educação ou de civilização que se expressa nas duas significações de cultura, entendida como educação e como sistema de valores simbólicos” (ABBAGNANO, 2007, p. 544).

No presente capítulo a nossa preocupação é com o currículo na educação formal, especificamente nos processos de formação no ensino de nível superior. No Brasil, este nível de ensino segue um padrão de formatos curriculares muitas vezes inflexíveis às inserções ou reconfigurações de disciplinas que distinguem das já consolidadas tradicionalmente, mesmo que não mais atendam aos anseios da sociedade. Para Dimenstein e Roncalli:

O modelo de ensino superior brasileiro tem se pautado, historicamente, em uma lógica de mercado, tendo como base a reforma universitária de 1968, que veio organizar um modelo educacional fragmentado em departamentos acadêmicos, com clara dicotomia entre básico-clínico, teoria-prática, etc. Suas estruturas curriculares são, no mais das vezes, engessadas e centradas em processos de ensino-aprendizagem tradicionais. Isso contudo, não tem impedido que iniciativas inovadoras e propostas alternativas estejam sendo colocadas em prática em algumas instituições de ensino no país (DIMENSTEIN; RONCALLI, 2008, p. 219).

No âmbito dos cursos de graduação em Psicologia quais são essas iniciativas inovadoras? Quais as disciplinas que apresentam propostas alternativas? E, diante de tais inovações, como aparecem as disciplinas no campo da Psicologia Social e Comunitárias? Em se tratando de um curso de graduação, qualquer que seja ele, de modo geral vamos encontrar, ou pelo menos espera-se encontrar, de acordo com o Art. 47, inciso primeiro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)², o programa curricular, matriz curricular, entre outras informações, disponíveis para o acesso e conhecimento dos acadêmicos e da comunidade.

No programa curricular de um curso de graduação é possível atentar para as matérias/disciplinas que o compõe: disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, a

² As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares [...] (BRASIL, 1996, p. 34).

carga-horária de cada uma das disciplinas, os pré-requisitos para cursar cada uma delas, o valor dos créditos, entre outras informações.

A oferta de tudo que consta no programa curricular é obrigatória da forma que nela se encontra, não havendo flexibilização diante do que está proposto, ou seja, obedecendo o número de hora/aula, créditos, entre outros. O programa curricular não é apenas um ornamento teórico, devendo ser elaborado levando em conta as necessidades de cada curso.

Já a matriz curricular, ao contrário do programa curricular, não é estanque e, além de tudo é flexível. Nela contém não só os norteadores para o programa curricular, como também, todos os demais componentes que vão caracterizar o curso, ou seja, vem antes de tudo, sendo considerado um documento que orienta o curso englobando todos os componentes pedagógicos e organizacionais de cada curso.

A existência do currículo no que tange à matriz curricular é fundamental para que, além de cumprir o que é proposto no programa curricular, a mesma possa ser remodelada de acordo com as necessidades de cada época. Nesse sentido, as discussões envolvendo currículo, segundo alguns autores (BRANDALISE; TENREIRO, 2007; LOPES; SOUZA, 2010) não abordam apenas questões técnicas. De acordo com Brandalise e Tenreiro (2007, p. 15) elas “se voltaram também, para discussões que envolvem um caráter sociológico, político, cultural e epistemológico.”.

Longe de ser um documento neutro, como esclarecem alguns autores (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998b; LIBÂNEO, 2010; FREIRE, 2011; LUCKESI, 1992) o currículo revela valores de ordem filosófica, social, cultural e política. Tais valores se influenciam entre si, e nessa dinâmica culminam para um valor real daquilo que um currículo pretende significar, como afirmam Sacristán e Gómez (1998b, p. 129): “Somente no marco de todas essas interações podemos chegar a captar seu valor real, daí que é imprescindível um enfoque processual para entender a dinâmica que dá significado e valores específicos a um currículo concreto.”. Esse por sua vez, efetiva-se no cotidiano escolar e acadêmico, ou seja, o currículo processual implica em aplicar as propostas e concretizá-las. E, a partir dos resultados adquiridos, modelá-las, lapidá-las, atualizá-las e expandi-las.

Concordamos com Lopes (2010, p. 32) quando ela defende a ideia de que “propostas e práticas não se separam, mesmo quando as anunciamos como tais, e fazem com que se tenha o currículo como um campo de produção de significados em diferentes contextos.” É possível que com tal afirmação, a autora vá ao encontro do pensamento de Paulo Freire, quando este por sua vez aponta que:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtores dessa realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2005, p. 41).

Poderíamos deduzir que Lopes (2010) ao concluir que propostas e práticas andam juntas, se alinha à Freire, quando este defende que os homens são produtores da realidade e, ao refletirem sobre a ação de produzi-la, tornam-se capazes de alterá-la. E esta capacidade é denominada pelo pensador como práxis, que só é possível por meio da dialética.

Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é querfazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão (FREIRE, 2005, p. 44).

Provocados por Freire, somos convidados ao diálogo, e entendemos que teoria e prática andam e passeiam juntas. Não é apenas um movimento puro e simples de ir e vir, mas trata-se de um passeio em espiral, ou seja, tem o ir e vir, o afastar-se do ponto de partida expandindo-se, seja horizontal ou verticalmente, como um olhar para o passado e um projetar-se para o futuro.

A importância de cada currículo está em atender às expectativas daqueles que os implementam e, às necessidades da sociedade. Cabe verificar se quem o implementa, o faz com o intuito de garantir as necessidades do bem comum, ou se o faz apenas como prática de poder visando a manter o status quo. Se o objetivo é este último, devemos nos libertar. E para isso, é fundamental conhecermos a realidade.

O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los, mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (FREIRE, 2011, p. 75).

Podemos por vezes encarar as reformas curriculares como terremotos, o que nos torna engenheiros para saber lidar com elas, e podermos constatá-las, para que assim, possamos intervir na realidade. Diante da complexidade da tarefa, bem como de sua importância nos apoiamos mais uma vez em Freire quando diz “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra.”. É preciso assumir posições. Um bom currículo pode funcionar como antídoto para salvar vidas, um mau currículo pode agir como veneno e destruir vidas.

I.1.3 Currículo Mínimo dos Cursos de Psicologia

Como vimos até aqui, na literatura o termo currículo vai encontrar inúmeras definições, frutos de tempos diversos, de todo modo, é bom lembrar que o currículo é obra em construção do seu tempo e, que constituiu-se enquanto documento não estagnado, estacionado no passado. Por isso mesmo, um currículo precisa passar por revisões e ajustes para melhor contribuir com os avanços sociopolítico, históricos, culturais, sociais e tecnológicos. (GESSER; RANGHETTI, 2011; QUEIROZ, 2011; BERNARDES; LIBÂNEO et al., 2012).

Um currículo de um curso trata de, e(ou) tem finalidades pedagógicas. Para Queiroz (2011), um currículo pode significar:

[...] as matérias de um curso. Essa definição foi adotada pelo Ministério da Educação e Desporto. Mas currículo pode significar também a expressão de princípios e metas do projeto educativo que precisam ser flexíveis, que foi a concepção adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (QUEIROZ, 2011. p. 83-84).

A partir da definição de Queiroz (2011) nos concentraremos em discutir o currículo enquanto “matérias” e “princípios e metas do projeto educativo” de um curso. E, o curso em questão é o de Psicologia, que por ocasião da sua regulamentação no ano de 1962, contava com o Currículo Mínimo (CM).

O currículo mínimo para os cursos de Psicologia [...] ficou vigente durante mais de quarenta anos. Baseava-se na transmissão de conhecimentos organizados em um conjunto específico de disciplinas e praticamente não levava em conta ou não se referia ao contexto sociocultural no qual o curso era ministrado. Fruto da preocupação inicial em garantir uma identidade ao psicólogo brasileiro, buscou a uniformidade da formação em todo o território nacional (CFP, 2018, p. 17).

O Currículo Mínimo (CM) de Psicologia, se encontrava alicerçado em teorias da aprendizagem formais, compostas “basicamente de processos institucionais de transmissão de conhecimentos e de inculcação de valores socialmente aceitos” (BERNARDES, 2012, p. 218), que satisfaziam “ao que se imagina que fosse essencial para a formação do profissional e para dar raízes sólidas a ele.” (MELLO, 1989, p. 17) o que pouco ou quase nada contribuía para a formação reflexiva e crítica do(a) psicólogo(a).

De acordo com (WEBER, 1985; GIL, 1985) o Currículo Mínimo vigente naquele contexto privilegiava o aspecto profissionalizante da Psicologia, e as disciplinas do curso eram selecionadas praticamente em função de uma área particular de atuação profissional do psicólogo, ou seja, a clínica, sendo essa uma possível explicação à ênfase dada à formação de psicólogos clínicos.

Essa atuação do psicólogo na área clínica deixa traduzir um forte conteúdo ideológico individualista e despreocupado com as instituições sociais. E o currículo dos cursos de formação de psicólogos contribuem para reforçar essa tendência (GIL, 1985, p. 17).

Propostas de mudanças no currículo foram apresentadas e até colocadas em prática, no entanto não foram bem recebidas pela categoria profissional. Em 1985 Antônio Carlos Gil escreve sobre tal situação, lançando um questionamento preocupado com o real interesse da mudança no cenário curricular dos cursos de formação em Psicologia.

A recente proposta de reforma de currículo, por outro lado, reflete uma preocupação de ordem pragmática e também ideológica, já que envolve a idéia básica de “psicologização” dos problemas sociais. É provável mesmo que essa proposta represente apenas uma manifestação de tendências dirigidas à alteração do perfil profissional dos psicólogos e que procuram vinculá-los às classes dominantes. Não representaria isto mais que um impulso em direção à cooptação desse profissional com vistas a transformá-lo em auxiliar ou aliado daquelas classes ou, em outras palavras, transformá-lo em intelectual do tipo “orgânico”? (GIL, 1985, p. 17).

Em 2004 o Currículo Mínimo dá lugar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que se encontram atualmente na 3ª versão.

As DCN da Psicologia em vigor foram publicadas em 2004 (Resolução CNE/CES nº 8/2004) e republicadas em 2011 (Resolução CNE/CES nº 5/2011), apenas com alteração do Artigo 13º., que trata do projeto complementar da Licenciatura. Passados quatorze anos da publicação original, já foi possível acumular conhecimento e experiência suficientes para avaliar sua efetividade e, através de uma proposta de revisão, avançar no objetivo de construir uma formação profissional do psicólogo cada vez mais qualificada e consonante com as necessidades de nossa população e com a evolução dos conhecimentos da área (BRASIL, 2018, p. 2).

É a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais que são constituídos “os princípios e fundamentos, conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidos” (CFP, 2018, p. 17) na formação do(a) psicólogo(a) nos cursos de graduação (Bacharelado³ em Psicologia). Esses princípios, fundamentos, conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas, reunidos, devem estar articulados em volta dos eixos estruturantes. Tudo isso implica em um novo formato de formação do(a) psicólogo(a) que não se pauta apenas na recomendação de conteúdos específicos e disciplinas, como fora proposto no Currículo Mínimo. É com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia que o fenômeno psicológico passa a ser reconhecido no aspecto da formação, como “multideterminado e histórico e culturalmente contextualizado” (CFP, 2018, p. 17), nesse sentido a Psicologia abre-se oficialmente no campo da formação para abarcar a diversidade de orientações teórico-metodológicas da Psicologia e a diversidade de práticas, contemplando as várias possibilidades de inserção do(a) psicólogo(a) em diversificadas áreas trabalho.

³ “Em 2006, o MEC estabeleceu a unificação da nomenclatura das habilitações para todos os cursos de graduação, que ficaram assim definidas: Bacharelado – formação para o exercício profissional” (CFP, 2018, p. 13).

I.1.4 O espaço da pesquisa nos cursos de graduação em Psicologia

Segundo Weber (1985) o fato de se reconhecer a Psicologia como uma ciência em construção leva se não a grandes mudanças “ao menos a novas exigências” que imbricam um espaço dedicado a pesquisa ainda no período de graduação.

Ainda nesse sentido, ela faz um alerta, não havia até ali no “Currículo Mínimo qualquer preocupação com a inclusão de trabalhos de pesquisa, seja no nível das disciplinas, seja no nível de estágios” (Weber, 1985, p.11).

Ainda sobre o Currículo Mínimo, o fato de a Psicologia ser uma ciência em construção, com diferentes métodos “associada a uma diversidade de teorias que não se complementam” (WEBER, 1985, p. 2), essas precisavam do mesmo modo que a área clínica, serem consideradas dentro do Currículo Mínimo, sem que para isso fossem atreladas à ação de professores. Weber (1985) apontou que, desde sua implementação, disciplinas vinham sendo introduzidas e redefinidas no Currículo Mínimo. Naquele contexto, a autora defendia que apenas isso não era suficiente, como também não bastava decidir que o curso de graduação, que já preparava o profissional de psicologia, passasse a formar pesquisadores. Não se tratava apenas de uma mudança no texto do Currículo Mínimo, mas da necessidade de:

Superar a situação de mero consumidor de um conhecimento já pretensamente elaborado, e passar a compreender o processo de sua construção, descobrindo concretamente como um novo conhecimento advém da dúvida que se exercer sobre um conhecimento existente e que já não consegue dar conta de uma realidade ou de uma problemática (WEBER, 1985, p. 12).

Também no aspecto citado, que defende a ideia do acadêmico ao lado de seus professores, mais que consumidores e reprodutores de saberes, serem produtores de conhecimentos que agreguem ao seu contexto histórico e sociocultural, é o corpo docente a partir das características de sua formação, qualificação e seus interesses, que vai aplicar tais inserções dos acadêmicos no campo da pesquisa, ou seja, estabelecer que a participação em pesquisa nos cursos de graduação em Psicologia passe a ser obrigatória, não significa garantia que essa

prática aconteça. Para tal, o envolvimento dos docentes dos cursos de Psicologia é fundamental.

Finalmente, Weber (1984) salienta a importância de o currículo do curso de Psicologia ser definido pela comunidade acadêmica específica e não por instâncias exteriores ela, vale dizer que quando falamos em comunidade acadêmica, estamos nos referindo à todos os sujeitos que por ela é englobado, ou seja, os acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), os seus docentes sejam eles (substitutos, graduados, mestres, doutores, que atuam nos cursos diversos, bem como pelos profissionais que atuam na área técnica-administrativa de cada Instituição de Ensino Superior. Acrescentamos a relevância de se atentar também para os interesses da comunidade destinatária. O que faz todo o sentido, tendo em vista que são os envolvidos no processo que podem melhor identificar as necessidades concretas do curso e a partir daí buscar atender tais necessidades.

É evidente que foi a partir dos desdobramentos do curso e das necessidades que se desejava formar, que outras preocupações foram e vem surgindo no campo da formação do(a) psicólogo(a).

Entre essas preocupações se encontravam aquelas relacionadas aos aspectos da ética por exemplo, bem como aquelas que apontavam uma preocupação com a necessidade de aproximar os profissionais dessa área de formação do espaço de pesquisa, e por consequência voltadas também para a necessidade de reformular o curso de Psicologia em termos de Diretrizes. Tais questões ainda hoje são debatidas.

Para Weber (1985), as questões que envolvem o Currículo e o espaço de pesquisa do curso de Psicologia, implicam “tratar de uma questão mais ampla, que é a da própria formação do psicólogo” (1985, p. 11). Para a autora quando se discute tais questões os níveis de competência da graduação universitária tendem a ser periodicamente redefinidos em função de alguns aspectos:

Tais níveis de competências, no entanto, assim como o próprio lugar de uma especialidade universitária na divisão do trabalho, tendem a ser periodicamente redefinidos; pelo menos em função: a) do avanço do conhecimento em uma área do saber; b) da predominância – às vezes apenas fugaz – de uma abordagem específica; c) dos desafios impostos pela realidade concreta ao exercício profissional nos seus diferentes aspectos; d) do estágio de reflexão sobre a própria prática profissional; e) das características dos grupos internos e externos a uma especialidade universitária que circunstancialmente definem políticas de avaliação acadêmica e de exercício profissional (WEBER, 1985, p. 11).

I.2 BREVES CONSIDERAÇÕES

Ao longo do presente capítulo apresentamos questões: relativas à formação do psicólogo, relacionando com os componentes curriculares e a formação em competências profissionais. Foram indicadas preocupações sobre as variações no próprio desenvolvimento do curso devido às condições para o seu reconhecimento e regulamentação. Debates e reflexões sobre a formação em Psicologia no Brasil foram comuns na década de 1990 e 1ª década deste milênio. Considerar uma análise sobre Currículo à luz do contexto histórico apresenta importância, pois aponta a necessidade de pensar a profissão à luz das suas necessidades sociais, mais amplas e específicas.

A partir da identificação das iniciativas inovadoras e propostas alternativas nos cursos de Psicologia talvez possamos compreender a quem serve determinado currículo, quais aspectos sociológico, político, cultural e epistemológico que caracterizam sua estruturação. Estes parecem ser pontos importantes analisados, em várias áreas, quando se propõem essas dimensões em suas propostas curriculares.

Se a relevância de cada currículo está em acolher às demandas da sociedade à profissão, não se pode esperar de um bom currículo um distanciamento seja das mudanças do nosso tempo, como das necessidades apontadas para a profissão. Isso significa considerar como aspectos centrais para a formação não só a diversidade de orientações teórico-metodológicas da Psicologia, como também a diversidade de práticas e áreas de atuação vinculadas às demandas da sociedade.

Nos aspectos relativos ao currículo de um curso, mais especificamente dos cursos de Psicologia e dos aspectos da formação do psicólogo, a formação também

acontece apoiada em pesquisa. A pesquisa no processo de formação dos profissionais também é um aspecto considerável, no sentido de que eles podem utilizá-la como um recurso valioso na sua constituição como profissionais, e como colaboradores para produzir conhecimentos. Porém, não foi aqui considerado, por não ser o foco central desta investigação. O debate sobre o papel da pesquisa e sua presença nos currículos dos cursos de Psicologia, merece reflexão podendo ser foco de outros estudos.

À medida que o conhecimento avança, novas indagações vão surgindo, para respondê-las se faz necessário que novas pesquisas sejam realizadas, um dos espaços mais favorável, ou pelo menos espera-se que seja favorável, é o espaço universitário, não apenas para o avanço da ciência, mas, em especial para o avanço da humanidade, uma coisa está atrelada a outra.

Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares Nacionais, é evidente em meio a esta trajetória a importância que tal documento (o currículo), representa e o alcance daquilo que produzimos e reproduzimos por meio da sua efetivação concreta e ajustável. À medida que um currículo seja capaz de contribuir para a formação dos sujeitos pensantes, críticos e produtores da(de) história, ele nos permite enxergar o seu impacto para a coletividade, como uma ferramenta igualmente crítica e histórica para compreender o presente e as questões sociopolíticas vigentes, sem esquecer o passado, e a partir dele saber descartar o que não nos é mais útil, implementar novas configurações indo ao encontro das novas demandas cotidianas e vindouras, nos permite pensar à frente para que possamos evoluir enquanto sociedade.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E OS CONSELHOS DE CLASSE

[...] falar em diversidade – seja na pesquisa, na prática ou na formação – em nosso entendimento apresenta um desafio maior para a capacitação e inserção do futuro psicólogo na realidade concreta.

Falar em diversidade não pode significar – o que, infelizmente, muitas vezes tem acontecido de maneira sutil – uma aceitação irrestrita das condições ou situações do diferente ou do diverso, pois isto, na prática, revela uma aceitação das precárias e desumanas condições em que esse diferente vive, tornando-nos conformes a esta aceitação. Defender a diversidade deveria significar, sim, defender uma tolerância zero para qualquer tipo de forma de segregação, discriminação e, em particular, indiferença – ou insensibilidade histórico-social – àquilo ou a quem se diferencia ou não se torna concorde ao que está sendo hegemônico.

Maria de Fatima Quintal de Freitas (2005, p. 25)

II.1 DISCIPLINA PSICOLOGIA E REGULAMENTAÇÃO DO CURSO

Quando abordamos o assunto acerca da formação em Psicologia não podemos deixar de apontar alguns aspectos históricos ligados à estruturação e composição do curso.

No século XIX e no início do século XX, a psicologia começa a ocupar um espaço próprio enquanto campo de conhecimentos e de práticas, se bem que ainda não como disciplina científica autônoma. Em alguns casos, assiste-se a tentativas originais de elaboração conceptual acerca de tópicos psicológicos por alguns autores tais como Ferreira França; mas, na maioria das vezes, trata-se da transmissão e interpretação de teorias importadas (principalmente da França). De fato, na busca de transformar o Brasil em nação ocidental moderna, o passado colonial é encarado negativamente e o futuro é concebido como adequação a modelos que, num enfoque positivista do processo histórico, aparecem como mais evoluídos. Neste sentido, também a criação dos primeiros laboratórios no início do século XX parece acompanhar esse movimento voltado a criar no Brasil uma ciência do homem segundo métodos e objetivos sugeridos pelo cenário cultural e social internacional. (MASSIMI, 2006, p.167).

A estruturação e composição do curso, perpassa por inúmeras mudanças. De acordo com Soares (2010) e Batista (2016), é possível encontrar alguns dados referentes à trajetória da Psicologia no Brasil dentro das disciplinas e atividades acadêmicas. Isso pode, por exemplo, ser visto na presença da disciplina “Psicologia Científica” nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no final do século XIX, como afirma Soares (2010):

[...] nas primeiras atividades acadêmicas das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, onde, em se filosofando, se haveria de deparar com a vetusta Psicologia Racional, berço primeiro e seio gerador da Psicologia Científica. Através dela, de fato, impulsionada pelas contribuições das ciências de experiência e afins, é que, em 1879, dava seus primeiros passos a Psicologia Científica (SOARES, 2010, p.8).

Ainda de acordo com Soares (2010), a psicologia passa a ser inserida posteriormente no currículo das Escolas Normais, recebendo a nomenclatura “Noções de Psicologia” dentro do curso de Pedagogia.

No início do século XX, foi introduzida a Psicologia na formação de seminaristas e nos cursos das Faculdades de Direito. Ou seja:

Antes de ser juridicamente reconhecida, a Psicologia estava presente em campos como a Educação, a Saúde, o Trabalho e o Direito, sendo ensinada nas Escolas Normais e Faculdades de Filosofia e em centros de excelência como a Universidade de São Paulo, a partir de 1958. Seu estabelecimento como profissão, contudo, enfrentou resistências da área médica, que considerava como privativas, práticas associadas à clínica. Apesar dessas resistências, a lei que regulamenta a profissão assegurou o trabalho do(a) psicólogo(a), definido como ‘uso de métodos e técnicas psicológicas para a solução de problemas de ajustamento’. (CRP/SP, 2012, p.1).

As mudanças ocorridas na educação brasileira nos níveis secundários e universitários, ao longo do início e metade do século XX, desembocaram numa nova organização curricular, em distintos cursos de graduação. Em 11 de maio de 1938, por meio do Decreto-Lei Nº 421, as instituições de formação superior passaram a necessitar autorização prévia do Governo Federal para ofertar quaisquer cursos.

Em meio às mudanças que continuavam acontecendo, Soares (2010) aponta que a formação em Psicologia se institucionaliza em 1946, ou seja, passa a seguir prerrogativas legais. Isso contribui para o aumento dos debates sobre a sua oficialização e assim foi sendo preparado o caminho até chegar ao ato regulatório e aos processos dinâmicos a posteriori, que implicam nas adequações dos documentos normativos e regulatórios de acordo com cada época. Sobre essas adequações, vamos encontrar na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, a seguinte informação sobre o processo de regulamentação do curso:

Em 1958 foi elaborado Projeto de Lei dispondo sobre o curso de formação em Psicologia e a regulamentação da profissão de psicóloga(o), então chamada(o) de psicologista. Em 1959, a Associação Brasileira de Psicólogos e a Sociedade de Psicologia de São Paulo apresentaram substitutivo a esse anteprojeto (CFP, 2028, p. 6).

Previamente à regulamentação da profissão do(a) psicólogo(a), conquistar uma habilitação em Psicologia implicava num primeiro momento em ser aprovado nos três primeiros anos de um dos seguintes cursos: Filosofia, Biologia, Fisiologia, Antropologia ou Estatística. Segundo Soares (2010):

O Senhor Ministro de Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, expede, a 13 de abril de 1946, a Portaria nº 272 que 'aprova as instruções reguladoras da execução do disposto nos artigos 5º e 6º do Decreto-lei nº 9.092, de 26 de março de 1946'. Diz a Portaria, em seu artigo 1º : 'Os diplomas de especialização, a que se refere o art. 5º do Decreto-lei de que trata esta Portaria, serão os seguintes: 1) Psicólogo; 2) Físico; 3) Químico; 4) Biólogo; 5) Geólogo; 6) Geógrafo; 7) Historiógrafo; 8) Etnógrafo; 9) Administrador Escolar'. E o Parágrafo Único: 'Os candidatos que pretenderem o diploma de especialização deverão satisfazer às seguintes condições: 1) Psicólogo: Aprovado nos três primeiros anos do curso de Filosofia, bem como em cursos de Biologia, Fisiologia, Antropologia, Estatística, e em cursos especializados de Psicologia. Finalmente, estágio em serviços psicológicos, a juízo dos professores da seção' (SOARES, 2010. p. 20)

Vencida essa primeira etapa, o acadêmico deveria especializar-se em Psicologia e realizar estágios em serviços psicológicos, conforme orientação do(a) docente. Uma vez formados recebiam o título de Especialistas em Psicologia (SOARES, 2010; p. 20). Mas não havia uma regulamentação da profissão.

A regulamentação da profissão de psicólogo(a) em lei não era comum à época. Com a exceção de Estados Unidos, Canadá e Egito, outros países não dispunham, à época, de legislação que protegesse a atividade. Mesmo nos três países citados, essa regulamentação era parcial ou estava limitada a alguns estados ou províncias (CRP/SP, 2012, p.1).

É apenas em 1962 que os cursos de formação em psicologia no Brasil passaram a ser regulamentados com a Lei nº 4.119 de 27 de dezembro daquele ano (SCARPARO, 2007; SOARES, 2010; FREITAS, 2013, 2016).

De qualquer forma, a Lei 4.119 teria de esperar até janeiro de 1964 para ser regulamentada (pelo Decreto 53.464) e somente em dezembro de 1971, com a Lei 5.766, seria criado formalmente o Conselho Federal de Psicologia (CFP), seguido pelos sete primeiros Conselhos Regionais de Psicologia (CRP/SP, 2012, p.1).

Na década de 1970 são criados o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), inicialmente em número de sete, e gradativamente nos anos seguintes vão sendo criados nos outros Estados do país.

De acordo com a nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) é o órgão supremo dos Conselhos Regionais, os conselhos reunidos formam, juntos, o Sistema Conselhos. De acordo com o Decreto nº 79.822 de 17 de junho de 1977, em seu Art. 2º “O Conselho federal e os Conselhos Regionais de Psicologia constituem, em seu conjunto, uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho (BRASIL, 1977, p. 1).

O panorama político e social – presente desde a regulamentação da profissão de psicólogo(a) , até o início da constituição dos conselhos reguladores do exercício da profissão – caracterizou-se por um período de muitas manifestações e tensões na sociedade civil em relação ao sistema de governo de exceção em que o Brasil vivia. Nesse cenário:

A estruturação dos Conselhos, por exemplo, se deu sob a égide da ditadura militar a partir de 1964 e em meio ao recrudescimento da repressão que se estenderia pelos anos 1970. Acompanhando os movimentos sociais para a redemocratização brasileira, ganha força um movimento de crítica em relação ao pensar e ao fazer da Psicologia e uma preocupação em colocar a ciência e a profissão em sintonia com a solução de problemas sociais e em oposição a uma visão tecnicista e alinhada ao *status quo*. (CRP/SP, 2012, p.1).

A (re)democratização não era só anseio de muitos, nem se configurava como desejo utópico de alguns, entrou como pauta de ação em várias profissões também. Em entrevista ao “*Jornal PSI*” do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (6ª Região), Ana Mercês Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia na gestão de 2004 a 2007, posiciona-se da seguinte maneira ao se referir aos efeitos e impactos do período de (re)democratização que, nos anos finais do período da ditadura cívico-militar, surgiram da prática e compromisso de inúmeros psicólogos e psicólogas:

Acho que a democratização foi alcançada e que os grupos que participam do Conselho estão comprometidos com o que é deliberado, independentemente das suas visões ou orientações. A ideia do compromisso social, que durante muito tempo ficou mais no nível do discurso, também passou a ser uma coisa mais concreta. Vejo tudo isso como um processo ainda em andamento. Vejo também um reconhecimento cada vez maior da importância do psicólogo pela sociedade. [...] Os psicólogos estão cada vez mais envolvidos na formulação de políticas públicas, debatendo e levando propostas para diversas conferências nacionais. Há grandes avanços, portanto, e, certamente, muitos desafios (CRP/SP, 2012, p. 4).

No início da década de 1970, do segundo milênio, os Conselhos Regionais de Psicologia, encontravam-se distribuídos em sete regionais, como apresentado no Quadro 1:

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA DO BRASIL NA DÉCADA DE 70

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP)	SEDE	REGIÕES DEPENDENTES
CRP 01	Distrito Federal	Acre, Amazonas, Goiás, Pará e os territórios de Amapá, Roraima e Rondônia
CRP 02	Pernambuco	Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Território de Fernando de Noronha
CRP 03	Bahia	Sergipe
CRP 04	Minas Gerais	Espírito Santo
CRP 05	Rio de Janeiro	Estado da Guanabara
CRP 06	São Paulo	Mato Grosso
CRP 07	Rio Grande do Sul	Paraná e Santa Catarina

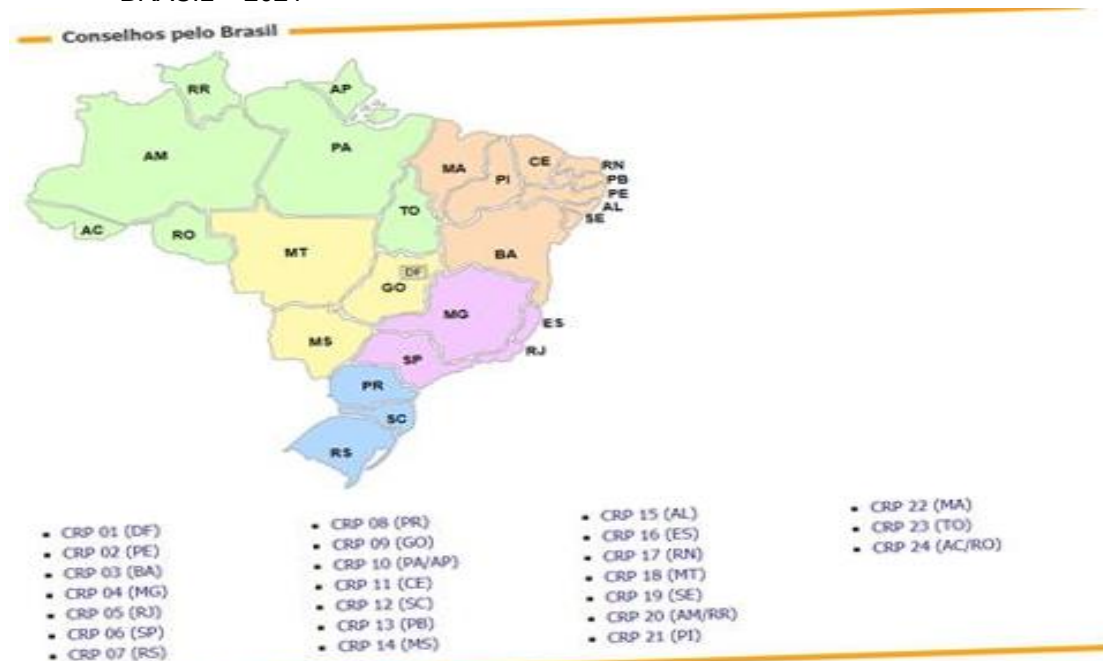
FONTE: As autoras (2021).

Adaptado de: (CRP/SP, 2012, p. 1).

No decorrer da década de 1990 foram criados 7 novos conselhos, sendo os mesmos: CRP(09) – Goiás, CRP(10) – Pará, CRP(11) – Ceará, CRP(12) – Santa Catarina, CRP(13) – Paraíba, CRP(14) – Mato Grosso do Sul e CRP(15) – Alagoas.

No início do século XXI foram criados o CRP(16) – Espírito Santo e CRP(17) – Rio Grande do Norte, já na segunda década do milênio mencionados mais 7 conselhos, na seguinte ordem: CRP(18) – Mato Grosso, CRP(19) – Sergipe, CRP(20) – Amazonas, CRP(21) – Piauí, CRP(22) – Maranhão, CRP(23) – Tocantins e CRP(24) – Rondônia, conforme Figura 1.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2021



FONTE: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021.

Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/conselhos-pelo-brasil/>.

Acesso em: 03 jan. 2021.

De tal modo, observa-se que no Brasil, 88,8% das unidades federativas possuem seus Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) próprios, totalizando 24 conselhos funcionando como unidade administrativa autônoma. Há ainda outros 3 Estados (Amapá, Roraima e Acre) que permanecem como uma seccional subordinada a um conselho ao qual estão vinculados. (Quadro 2)

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2021 (continua)

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP)	ESTADOS ATENDIDOS	CIDADE SEDE
CRP 01	Distrito Federal	Brasília/DF
CRP 02	Pernambuco	Recife/PE
CRP 03	Bahia	Salvador/BA
CRP 04	Minas Gerais	Belo Horizonte/MG
CRP 05	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
CRP 06	São Paulo	São Paulo/SP
CRP 07	Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS
CRP 08	Paraná	Curitiba/PR
CRP 09	Goiás	Goiânia/GO
CRP 10	Pará/Amapá	Belém/PA
CRP 11	Ceará	Fortaleza/CE
CRP 12	Santa Catarina	Florianópolis/SC

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2021
(conclusão)

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP)	ESTADOS ATENDIDOS	CIDADE SEDE
CRP 13	Paraíba	João Pessoa/PB
CRP 14	Mato Grosso do Sul	Campo Grande/MS
CRP 15	Alagoas	Maceió/AL
CRP 16	Espírito Santo	Vitória/ES
CRP 17	Rio Grande do Norte	Natal/RN
CRP 18	Mato Grosso	Cuiabá/MT
CRP 19	Sergipe	Aracaju/SE
CRP 20	Amazonas/Roraima	Manaus/AM
CRP 21	Piauí	Teresina/PI
CRP 22	Maranhão	São Luís/MA
CRP 23	Tocantins	Palmas/TO
CRP 24	Acre/Rondônia	Porto Velho/RO

FONTE: As autoras (2021).

II.2 FORMAÇÃO E CARREIRA NO INÍCIO: PRÁTICAS, REGULAMENTAÇÃO E EXPANSÃO

No início do aparecimento e institucionalização da carreira, os cursos de formação em Psicologia efetivaram-se nas Faculdades de Filosofia. Isso aconteceu em diferentes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, centros nos quais a psicologia como profissão institucionaliza-se na década de 1960. Vários professores dos cursos de Psicologia, nos primeiros anos, tinham uma formação em Filosofia e em Educação, como por exemplo Sílvia Tatiana Maurer Lane⁴, Joel Martins, Maria do Carmo Guedes, e outros. Sobre isso, Freitas (2019) relata que:

Antes da sua regulamentação como profissão, a Psicologia era exercida por algumas pessoas, seja ensinando ou aplicando testes e avaliações, embora não existissem ainda regras e formação específica no Brasil para o seu exercício profissional (BASTOS; GOMIDE, 1989; SOARES, 2010). Nesse contexto e cenário sociopolítico, a lei que regulamentou a profissão é promulgada em 1962 (FREITAS, 2019, p. 51).

Após quase seis décadas da regulamentação do curso de Psicologia no Brasil, observa-se um movimento dinâmico quanto aos aspectos relativos à formação do(a) psicólogo(a). A configuração inicial dos cursos de graduação em

⁴ “Sílvia Tatiana Maurer Lane é artesã da teoria. É o refinamento que se constrói nas análises e criações. É mestre em estimular alunos à prática da reflexão crítica.” (LANE, 2003, p. 101).

Psicologia no país, contemplava três terminologias indicativas das modalidades existentes, quais sejam: a de * Bacharel, a de ** Licenciado e a de formação de *** Psicólogo. Portanto, nesta época o curso de Psicologia, em muitas instituições formadoras, permitia a obtenção desses três títulos na Graduação, ao longo da formação de cinco anos, tendo para isso uma carga horária na grade curricular, na maioria dos cursos, superior a 5800 horas totais. (BRASIL, 1962; CURY; FERREIRA NETO, 2014; FREITAS, 2019).

De acordo com o disposto na Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 sobre os cursos de formação em Psicologia, por motivo da regulamentação da profissão de psicólogo(a), ao estudante concluinte do curso de * Bacharelado era conferido o diploma de Bacharel em Psicologia. Nesta condição, o(a) profissional conquistava o direito de lecionar “Psicologia em cursos de grau médio”. (BRASIL, 1962, p. 2).

Para cursar ** Licenciatura ou *** Psicologia era requisito obrigatório a comprovação do bacharelado em Psicologia. O diploma de Licenciado em Psicologia era conferido ao concluinte de Licenciatura, sendo a este permitido o direito de lecionar Psicologia, desde que fossem devidamente respeitados os requisitos legais. Já para o exercício pleno da profissão, como Psicólogo(a), isto só aconteceria se o(a) estudante concluísse a formação de psicólogo(a), geralmente concentrada nas disciplinas do 5º ano, em que aconteciam vários estágios curriculares obrigatórios, com acompanhamento e supervisão dos(as) professores(as) psicólogos(as), dentro de uma grade curricular bem intensa e com uma carga horária alta e dirigida a essa formação, nos diferentes campos de atuação da prática psicológica. (BRASIL, 1962; CURY; FERREIRA NETO, 2014; FREITAS, 2013, 2019).

Além do “direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas” (BRASIL, 1962, p. 2), era permitido exclusivamente ao Psicólogo(a) para exercer a sua profissão, o emprego de métodos e técnicas psicológicas tais como: diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; solução de problemas de ajustamento. A este(a) profissional também era promovida a competência para colaborar em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Pode-se considerar que um traço comum tanto no Bacharelado, quanto na Licenciatura e Formação de Psicólogo(a), situa-se na possibilidade de ensino, direto ou indireto, seja no ensino médio, ou em outros níveis de formação.

Sobre o percurso histórico dos primeiros anos da instauração do curso de Psicologia até os dias atuais, Freitas (2019) refere-se ao fato de que, hoje, há importantes mudanças na estruturação curricular e áreas de formação e na dimensão nacional do formato dos cursos, favorecendo um maior conhecimento da profissão e as mobilidades estudantis no país.

[...] dos cursos de Psicologia, hoje e nos primeiros anos de sua existência – tendo se passado pouco mais de cinco décadas –, abarca diferenças e impactos extraordinários, seja em termos quantitativos, de estruturação curricular e áreas de formação, seja nas possibilidades de continuidade e acesso à formação em praticamente todo o território nacional, seja no (re)conhecimento da sociedade civil sobre essa profissão (FREITAS, 2019, p. 48-49).

De acordo com alguns autores (SOARES, 2010; AMENDOLA, 2014, JACÓ-VILELA et al., 2016; FREITAS, 2019), no que concerne a formação em Psicologia no Brasil parte das ações dirigidas aos profissionais desta área na contemporaneidade se originaram antes mesmo da regulamentação da Psicologia como ciência e profissão no país.

Tais ações estão relacionadas por exemplo, às áreas de saúde e saúde mental, à de organização do trabalho, à da educação. (SOARES, 2010; AMENDOLA, 2014; JACÓ-VILELA et al., 2016).

Para que se possa analisar e entender a relação entre a formação do psicólogo, a construção das demandas sociais contemporâneas e ética, parte-se do princípio que se faz necessária a leitura de certos momentos da história da Psicologia no Brasil. Isso se deve porque boa parte das demandas dirigidas aos psicólogos na atualidade teve sua origem no modo como a sociedade percebia e criava as demandas para os profissionais nas áreas de saúde mental, de organização do trabalho e da educação antes mesmo da regulamentação da Psicologia como ciência e profissão no país. (AMENDOLA, 2014, p. 973).

Para Jacó-Vilela et al. (2016) não apenas a Psicologia, mas também todo o campo científico recebeu influência estrangeira. A autora afirma que “No contexto da sociedade brasileira, o campo científico apresenta as características específicas de uma sociedade periférica, onde se faz presente a influência de correntes de pensamento estrangeiras.” (p. 527). Todas as áreas foram influenciadas por correntes de pensamento estrangeiras, sobre os primeiros cursos de psicologia. Os modelos teóricos e metodológicos que dava apoio a seus embasamentos “eram

importados em sua grande maioria dos Estados Unidos, havendo pouca participação das produções europeias.” (FREITAS, 2013, p. 48).

II.2.1 Outros Campos e Áreas iniciais na Psicologia:

De acordo com Soares (2010) e Amendola (2014), em seu início a psicologia brasileira numa perspectiva histórica recebeu aporte de profissionais da área da medicina. Ainda nesse sentido, quem ensinava disciplinas para os futuros especialistas para a prática psicológica na maioria das vezes eram os profissionais da área médica.

As primeiras contribuições para o estudo da Psicologia, no Brasil, são oferecidas por Médicos. Em suas teses de doutoramento (assim eram denominados os trabalhos de conclusão de curso, nas Faculdades de Medicina), nas teses de provimento de cátedra e nas teses de verificação de títulos, incursionavam, estudantes e profissionais, sobretudo no Rio de Janeiro e Bahia, nas seáras da Psicologia, (evidentemente, racional ou filosófica), trazendo a lume achados e conclusões de interesse não só para o filósofo e historiador, como para o homem de cultura. Entusiasma-nos observar como, então, não se desdenhava da Filosofia por se a reconhecer como a “*mater scientiarum*”, mesmo nas especialidades médicas e por se saber que, sem ela, empobrece o pensamento, padece a lógica, esbate-se a dialética, morre a crítica, apouca-se a criatividade, sofisma-se a verdade. (SOARES, 2010, 13).

Tanto em Amendola (2014), quanto em Soares (2010), é possível observar que não havia uma exigência quanto à especialidade de formação dos profissionais que atuavam nos cursos de Psicologia e, embora a grande maioria fosse advinda das áreas da Medicina e da Filosofia, também havia muitos profissionais da área da Pedagogia que buscavam cursos e estágios na área da psicologia. Um vez que, de acordo com Libâneo (2010) é também a Psicologia uma das ciências da educação.

A Pedagogia não é, certamente, a única área científica que tem a educação como objeto de estudo. Também a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Linguística, podem ocupar-se de problemas educativos, para além de seus próprios objetos de investigação e, nessa medida, os resultados de seus estudos são imprescindíveis para a compreensão do educativo. Entretanto, cada uma dessas ciências aborda o fenômeno educativo sob a perspectiva de seus próprios conceitos e métodos de investigação (LIBÂNEO, 2010, p. 37).

Com a regulamentação da profissão em 27 agosto de 1962, na LEI nº 4.119, além do reconhecimento da profissão de psicólogo(a), essa tornou-se autônoma, ou seja independente, das áreas que lhe deram aporte inicialmente (SOARES, 2010; FREITAS, 2013, 2019).

Martins et al. (2009) e Amendola (2014) concordam que no Brasil a formação profissional dos psicólogos até os anos 90 continuou baseada em uma concepção tecnicista e fragmentada, com a finalidade de garantir o domínio de medidas de avaliação, bem como a atuação na área clínica e, as necessidades da população não eram levadas em consideração em boa parte da formação profissional dos psicólogos.

II.2.2 Expansão dos Cursos e Diretrizes Curriculares Nacionais:

A partir de meados e fins da década de 1990, alguns autores fazem reflexões a respeito da expansão do campo profissional da Psicologia. Amendola (2014), por exemplo, defende que a atividade psicológica acaba por se configurar mais uma vez na tríade clássica da atuação desse profissional, ou seja, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica e Psicologia Aplicada ao Trabalho. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), iniciam-se discussões sobre a reformulação curricular das instituições universitárias.

Em 1997 as Instituições de Ensino Superior (IES) foram convidadas pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC) para apresentarem suas propostas “para a elaboração das novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, substituindo os antigos currículos (mínimos fixos e predeterminados), por um modelo mais aberto.” (AMENDOLA, 2014, p. 976), cuja aprovação aconteceu em 2004.

Pode-se dizer que não há neutralidade nas formulações de nenhum documento norteador dos caminhos da educação, leve este caminho ao destino da Educação Básica ou da Educação Superior. Concordamos com Freire quando diz:

[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

Neutra, “indiferente” a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser (FREIRE, 2011, p. 96).

Posteriormente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia, normas foram estabelecidas para o projeto pedagógico complementar a Formação de Professores(as) de Psicologia. Tais normas tiveram como objetivo orientar os princípios, fundamentos, condições de oferta. Além disso, davam diretrizes a respeito de procedimentos para a prática e a avaliação do curso de Psicologia, como também, capacitação do profissional quanto aos conhecimentos e aptidões necessárias para esse processo de qualidade e fortalecimento da profissão.

As Instituições de Ensino Superior, orientadas nesse sentido, procuraram investir na formação básica, ampla e generalista, visando preparar o estudante para atuar em diversas áreas, mas que pudesse, ao considerar – as especificidades “de cada região do país, as demandas da sociedade, as características do mercado de trabalho, – oferecer disciplinas que capacitassem o futuro profissional para analisar e atender às mais variadas demandas”, respeitando e contemplando os critérios teóricos, técnicos e principalmente éticos. (AMENDOLA, 2014, p. 977).

Observa-se que há uma ampla expansão por vezes seguindo as regras do mercado no campo da oferta de vagas e ensino. Trata-se de um processo de mercantilização (OZELLA, 1996; LISBOA; BARBOSA, 2009; AMENDOLA, 2014) que pode contribuir para uma qualificação docente deficitária, e um baixo número de pesquisas nas instituições particulares, aspecto este comum que afeta tanto aos alunos quanto aos professores.

As universidades, tornaram-se empresas capitalistas voltadas a formar competências operacionais para atender às demandas do mercado criando, em contrapartida, incompetentes para o exercício da reflexão crítica e da liberdade. Esta perspectiva não envolve apenas os cursos de graduação em Psicologia, mostra também que tem havido uma expansão desenfreada nas instituições particulares, o

que tem gerado uma formação profissional mercantilizada, com baixa crítica e compreensão do cenário social. Ao lado disto, presencia-se o investimento do setor privado para que os cursos de formação também possa ser oferecido no formato de Educação a Distância (EAD). (KUENZER, 2009; RABELO, 2009; AMENDOLA, 2014).

Há quem defenda que a expansão é positiva, pois possibilita a formação de um maior número de profissionais. Mas, que profissionais? Para atender a qual público? E de que forma? Com quais garantias de dignidade em relação à sua prática?

De fato a expansão vai trazer algo positivo sim, mas cabe analisar para quais sujeitos. Com certeza, da forma que se apresenta, são os detentores do poder que ao explorarem esse mercado vêm enriquecendo cada vez mais. Estes mercantilistas que enxergam na expansão apenas o lucro que podem alcançar, pouco se preocupam com o produto que estão vendendo. Assim, a tendência é que pouco a pouco esse produto perca a qualidade.

II.2.3 Profissão e os Cursos de Psicologia nos anos de 2020

O alerta para o fato de que a formação do(a) psicólogo(a) dentro das universidades não vem ocorrendo de forma satisfatória tem sido feito por vários estudiosos nesse campo. (GUZZO, 2007; LISBOA; BARBOSA, 2009; RABELO et al., 2009).

Um aspecto a destacar é a busca, ao final da graduação, por cursos de formação continuada, tanto *Lato* quanto *Stricto sensu*, o conhecimento, as habilidades e competências não adquiridos durante o período de formação basal ao longo do curso de graduação em Psicologia. Para Freitas (2015):

Em consonância à crença de que é a vida concreta que nos ensina a fazer mudanças nas relações, defende-se que algumas condições concretas deveriam contribuir para um aprofundamento na qualidade da formação dos(as) profissionais. Assim, de um lado, não é a exigência profissional e científica que, por si só, vai produzir mudanças, também a ausência de qualidade e de exigências formativas pode colaborar para que haja uma precarização de distanciamento de compromissos para com uma vida mais justa para setores que são alvos de nossas práticas. Em outras palavras, subestimar as exigências de qualificação e precarizar as condições de formação e capacitação profissionais, também servem para legitimar e

quase naturalizar que não seria possível mudar e melhorar a formação profissional em nossa área e, consequentemente, contribuir com mudanças sociais (FREITAS, 2015, p. 215).

Sobre a limitação na formação básica do(a) psicólogo(a) apresentada anteriormente, embora seja uma queixa de egressos do curso de Psicologia, de distintas Instituições de Ensino Superior do país (LISMOA; BARBOSA, 2009; RABELO et al., 2009; AMENDOLA, 2014). identificamos em uma pesquisa de Martins et al. (2009), um posicionamento positivo no que tange a formação de psicólogos(as) de uma determinada IES.

De acordo com Martins et al. (2009), ao menos na instituição na qual a autora realizou uma pesquisa sobre o tema, os egressos do curso de graduação em Psicologia na instituição pesquisada, são absorvidos pelas instituições empregadoras locais. Para Martins et al. (2009), nessa IES há uma adequação da formação às necessidades do mercado e defendem que lá “o estágio parece ter cumprido o papel de integrar teoria e prática e de facilitar a inserção profissional” (MARTINS et al., 2009, p.1038).

No que concerne ao papel das IES em relação a formação do psicólogo, Rabelo et al. (2009) defendem que além de buscar conhecimento sobre os novos contextos voltados para atuação do(a) psicólogo(a) é importante distinguir as possibilidades e fronteiras do “fazer psi”. Do mesmo modo, segundo os autores, a ação dos psicólogos junto à sociedade necessita além de técnica, de uma visão holística do ser humano. A formação acadêmica em Psicologia, à medida em que se reconheça e reveja o lugar da própria Psicologia enquanto ciência, será potencializada, possibilitando não uma ciência dissociada do social, e sim ao contrário:

[...] na qualidade de ciência comprometida com o social, que tem por objeto de ocupação o homem e, assim, privilegiar, na formação de seu futuro profissional, a articulação teórico-prática capaz de dar ao aluno uma solidez epistemológica e, igualmente, o desenvolvimento intelectual (AMENDOLA, 2014, p. 980).

Esse processo implica na preparação desses estudantes para refletirem sobre suas ações diante dos desafios e contradições advindas no dia a dia do seu

exercício profissional, vale dizer que isso sempre foi uma preocupação para todos os outros cursos também.

A profissão do(a) psicólogo(a) vem ganhando contornos característicos dos seus campos profissionais, e novos contextos de ação estão emergindo, porém, permanecem acaloradas as discussões sobre a formação em Psicologia. Tais discussões podem ser encontradas em vários autores, tais como Rabelo (2009), Cruz et al. (2010), Freitas (1998, 2008, 2014, 2015). Demarcando em períodos históricos, que abrangeram os primeiros 50 anos da existência da Psicologia enquanto profissão, Ana Bock discorre da seguinte forma:

Esclareço, antes de mais nada, que isso é apenas uma visão minha. Feita essa ressalva, penso que se pode identificar quatro períodos. O período inicial, que vai da regulamentação da profissão, em 1962, até 1973, quando os Conselhos começam a funcionar efetivamente; um segundo período, de 1973 a 1980, que é marcado pelo boom dos cursos de Psicologia e pelo aumento do número de profissionais que chegam ao mercado; um terceiro período, de 1980 até 1996, de forte mobilização política, em que vai se gestando o projeto do compromisso social e um quarto período, de 1996 até hoje, que é marcado pela concretização desse projeto de compromisso social e pela democratização do Sistema Conselhos (CRP/SP, 2012, p. 3).

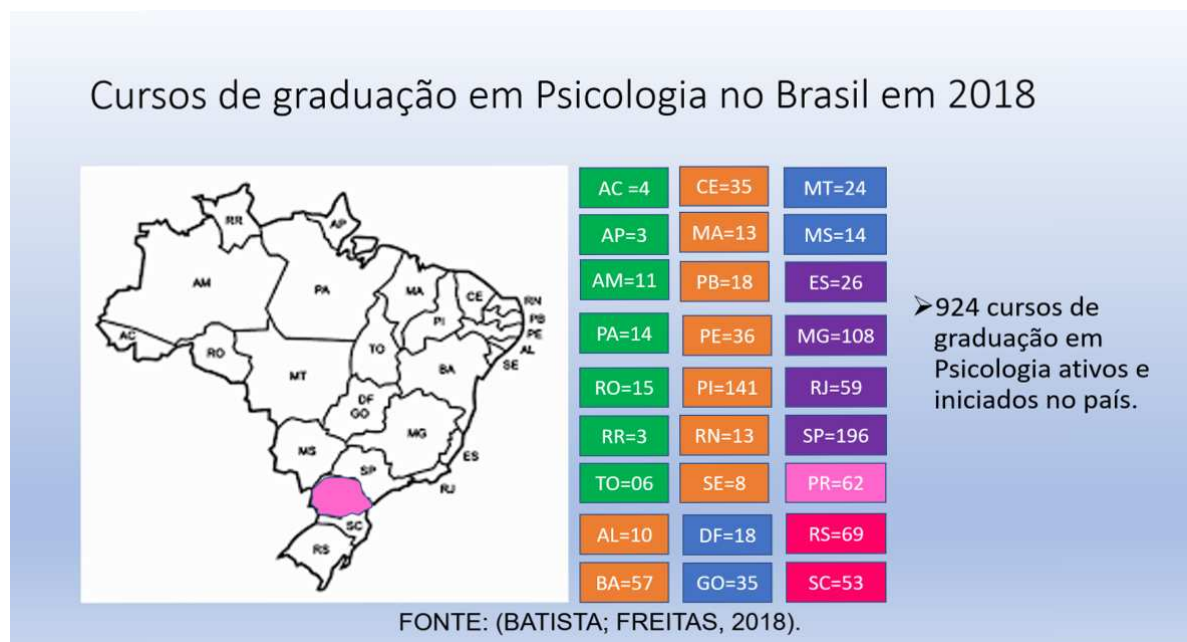
Coloca-se a ênfase na discussão sobre a expansão do número de cursos de Psicologia no país, e do número de vagas liberadas anualmente. Juntemos à pauta os aspectos imbricados na qualidade da formação proporcionada aos acadêmicos de “primeira viagem”.

Discussões nesse sentido, podem nos levar a refletir sobre a qualidade da formação inicial que tem estado presente ao longo dos anos, nos diferentes cursos de Psicologia, nos mais variados locais. As circunstâncias do ensino de graduação em Psicologia foram também colhidas em pesquisas sobre a temática da formação e sua qualidade. A partir de dados levantados entre setembro e novembro de 2007, pesquisadores (LISBOA; BARBOSA, 2009) identificaram um total de 396 cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Foi identificada uma desigualdade regional na oferta do curso de graduação em Psicologia, mostrando que as regiões Sul e Sudeste apresentavam naquela época, a maior concentração de cursos, enquanto que na região Nordeste, concentrava-se a menor oferta do curso.

Hoje, passados pouco mais de uma década dessa investigação realizada por Lisboa e Barbosa (2009), podemos dizer que esses achados, quando comparados ao quesito concentração de cursos, trazem novas informações.

Em termos quantitativos, identificamos em 2018, por meio de consulta avançada no portal e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>) um total de 924 cursos de graduação em Psicologia (Bacharelado) ativos⁵ em todo o país (Figura 2). Ao atualizarmos essa busca em dezembro de 2020, no mesmo banco de dados públicos, o número total de cursos passou para 1088, um aumento considerável de 18% no cenário nacional, (Figura 3).

FIGURA 2 – CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL - 2018



⁵ De acordo com as explicações encontradas no e-MEC, um curso de graduação poder se encontrar em uma das seguintes situações: 1 - Ativo; 2 - Em Extinção; 3 - Extinto. Em se tratando de um curso Ativo, o mesmo pode ser configurado em uma das seguintes categorias ou situações: 1 - Em Atividade; 2- Ativo "não iniciado". (BRASIL, 2019) Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FIGURA 3 – CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL – 2020



Em relação à distribuição dos cursos levantados, observa-se que a maior concentração da oferta permaneceu na região Sudeste com um total de 389 cursos em 2018, e 442 em 2020, mas isto não significa dizer que foi nessa região que ocorreu a abertura do maior número de cursos nos intervalos entre 2007 → 2018 → 2020. Todas as regiões apontaram crescimento. No entanto, foi possível notar com maior destaque esse fenômeno da rápida expansão na região Nordeste, que manteve uma expansão da criação de cursos de psicologia tanto em 2018, quanto em 2020. De 2007 para 2018 teve um aumento de 234,42% de IES ofertando o curso; de 2007 para 2020 o aumento foi de 316,39%. Comparando o aumento de 2018 para 2020 temos um aumento de 24,5% em um intervalo de 2 anos.

A distribuição por Estados dos cursos que foram identificados pode ser observada na Quadro 3 e Figuras 4, 5 e 6.

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL EM CADA UNIDADE FEDERATIVA

Unidade Federativa	Sigla	Nº de Cursos em 2007	Nº de Cursos em 2018	Nº de Cursos em 2020
Acre	AC	2	4	5
Alagoas	AL	4	10	12
Amapá	AP	3	3	3
Amazonas	AM	8	11	15
Bahia	BA	22	57	68
Ceará	CE	6	35	51
Distrito Federal	DF	6	18	21
Espírito Santo	ES	11	26	26
Goiás	GO	9	35	44
Maranhão	MA	2	13	18
Mato Grosso	MT	6	24	29
Mato Grosso do Sul	MS	8	14	17
Minas Gerais	MG	47	108	120
Pará	PA	3	14	25
Paraíba	PB	4	18	19
Paraná	PR	27	62	69
Pernambuco	PE	12	36	43
Piauí	PI	4	14	16
Rio de Janeiro	RJ	31	59	69
Rio Grande do Norte	RN	4	13	17
Rio Grande do Sul	RS	33	69	76
Rondônia	RO	7	15	17
Roraima	RR	2	3	4
Santa Catarina	SC	26	53	59
São Paulo	SP	104	196	227
Sergipe	SE	3	8	10
Tocantins	TO	2	6	8
Total nacional		396	924	1088

FONTE: As autoras (2021).

LEGENDA: Nº: Número.

Há um maior número de cursos que está nas regiões Sudeste e Sul com 48,74% e 21,71%, respectivamente, no ano de 2007. Onze anos depois, observa-se um leve decréscimo nesse número, que não é suficiente para alterar esse predomínio no ranking nacional. (Vide Quadro 4)

Observa-se que houve um significativo crescimento do número de cursos de Psicologia no país no período de 11 anos (de 2007 a 2018), em particular nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Mantém-se esse crescimento nos 2 anos seguintes nessas duas regiões, agregando-se também a região Norte nessa expansão com mais 24 novos cursos/instituições. A grande expansão dá-se na região Centro-Oeste que mais que triplica o número de escolas(cursos), passando

de 31 para 97 no ano de 2018. O mesmo movimento acontece no Nordeste que, em 11 anos, quase triplica seu número, passando de 59 para 178 instituições.

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA, POR REGIÃO, NOS ANOS DE 2007, 2018 E 2020.

	Em 2007	Em 2018	Em 2020
NORTE	27 (6,82%)	63 (6,82%)	87 (7,98%)
CENTRO OESTE	31 (7,83%)	97 (10,50%)	119 (10,92%)
NORDESTE	59 (14,90%)	178 (19,26%)	219 (20,09%)
SUDESTE	193 (48,74%)	389 (42,10%)	442 (40,55%)
SUL	86 (21,71%)	184 (19,91%)	204 (18,90%)
total	396	924	1088

FONTE: As autoras (2021).

FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS 396 CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA/UF (2007)



FONTE: As autoras (2021).

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS 924 CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA/UF (2018)



FONTE: As autoras (2021).

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS 1088 CURSOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA/UF (2020)



FONTE: As autoras (2021).

Não houve estagnação em nenhuma das regiões em relação ao início de novos cursos de graduação em Psicologia. Caberia um aprofundamento sobre o que levou a este aumento, não apenas na região Nordeste, mas em todo território nacional. Quais as justificativas de ampliação tão expressiva? E quanto a qualidade da formação do(a) psicólogo(a) dentro das universidades os avanços acompanham a expansão dos número de cursos?

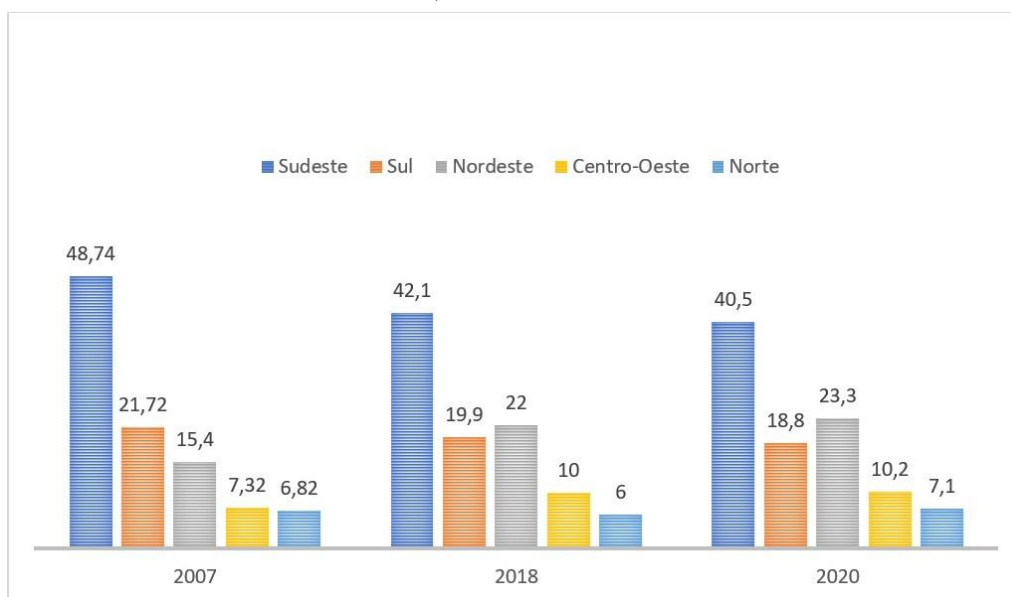
É importante destacar que, dos 1088 cursos de graduação de Psicologia atualmente ativos no Brasil, apenas 104 são ministrados em Instituições de Ensino Superior de categoria administrativa pública. O que nos leva a indagar o motivo de tal fenômeno. É fato que existe aí uma discrepância, quais as justificativas para tamanho distanciamento entre os números de cursos de Psicologia criados nos sistema público e sistema privado de Ensino Superior? Caberia uma investigação para outro momento, tendo em vista que se há tamanha demanda por parte da sociedade de profissionais da área da Psicologia, a formação dos mesmos não pode ocorrer em quase toda sua totalidade em IES particulares. No entanto, se é dessa forma que vem ocorrendo, é importante que o devido zelo e cuidado com a qualidade do ensino ofertado nesses cursos e com a formação dos futuros profissionais psicólogos e psicólogas sejam levados em consideração.

Alguns autores (FREITAS ; BARBOSA; RABELO et al., 2009; AMENDOLA, 2014), já alertavam que a formação do(a) psicólogo(a) deixava muito a desejar, tanto que em muitos casos, os egressos, não alcançando uma formação suficiente, acabavam dando continuidade aos estudos para suprir aquelas habilidades e competências não adquiridas durante o período habitual de formação.

Vale dizer que, ao compararmos os achados da presente pesquisa com os achados da pesquisa de Lisboa e Barbosa (2009), observamos que a distribuição regional na oferta do curso de graduação em Psicologia permanece semelhante em alguns pontos. Encontramos apenas uma inversão no que podemos chamar aqui de “*ranking*” caso optemos por classificar as regiões de acordo com a porcentagem encontrada em cada momento.

Se classificarmos as regiões de acordo com a concentração de cursos, relacionando-as entre si, encontraremos a distribuição apresentada na Figura 7.

FIGURA 7 – PORCENTAGEM DE CURSOS DE PSICOLOGIA POR REGIÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL NOS ANOS DE 2007, 2018 E 2020



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Comparando ambos os levantamentos (de 2018 e 2020) – feitos na presente pesquisa – ao levantamento de 2007 (LISBOA; BARBOSA, 2009), temos:

- Na região Nordeste um aumento expressivo, de 234,42% em 2018 e 316,39% em 2020.
- Na região Centro-Oeste o aumento foi de 213% em 2018 e 282,7% em 2020.
- Na região Norte identificamos que houve um aumento de 107,4% em 2018 e 185% em 2020.
- Na região Sudeste foi possível ver uma expansão de 101,55% em 2018 e 199% em 2020.
- Na região Sul identificamos que ocorreu uma expansão de 84% em 2018 e 103% em 2020.

A seguir, levando em conta a totalidade de cursos de graduação em Psicologia existente no Brasil em 2007 (LISBOA; BARBOSA, 2009), 2018 e em 2020, apresentamos os resultados alcançados (Quadro 5 e Figuras 8 a 10), cujo propósito é possibilitar a comparação a expansão da criação de cursos de graduação em Psicologia no país, nas regiões da federação nos diferentes períodos.

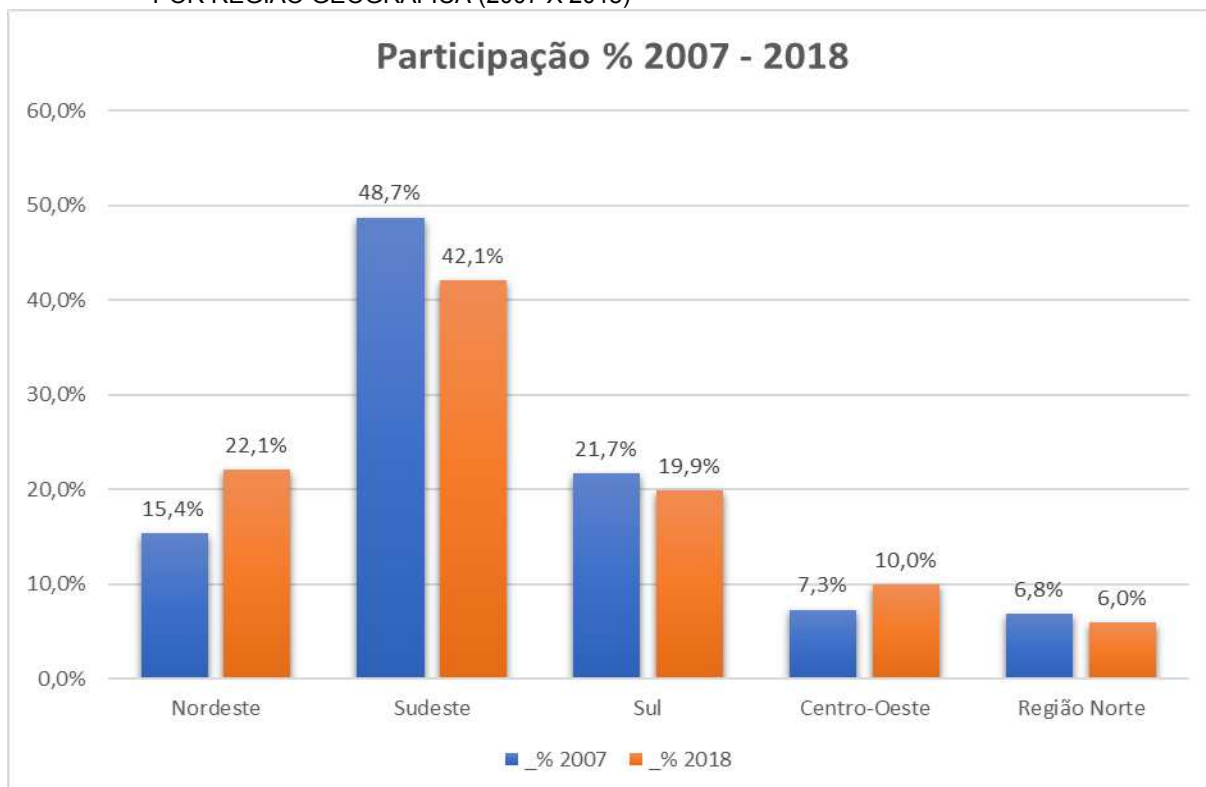
QUADRO 5 – COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA

REGIÃO	2007	2018	2020
	Número de cursos		
Sudeste	193	389	442
Nordeste	61	204	254
Sul	86	184	204
Centro-Oeste	29	91	111
Norte	27	56	77
Total Geral	396	924	1088

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

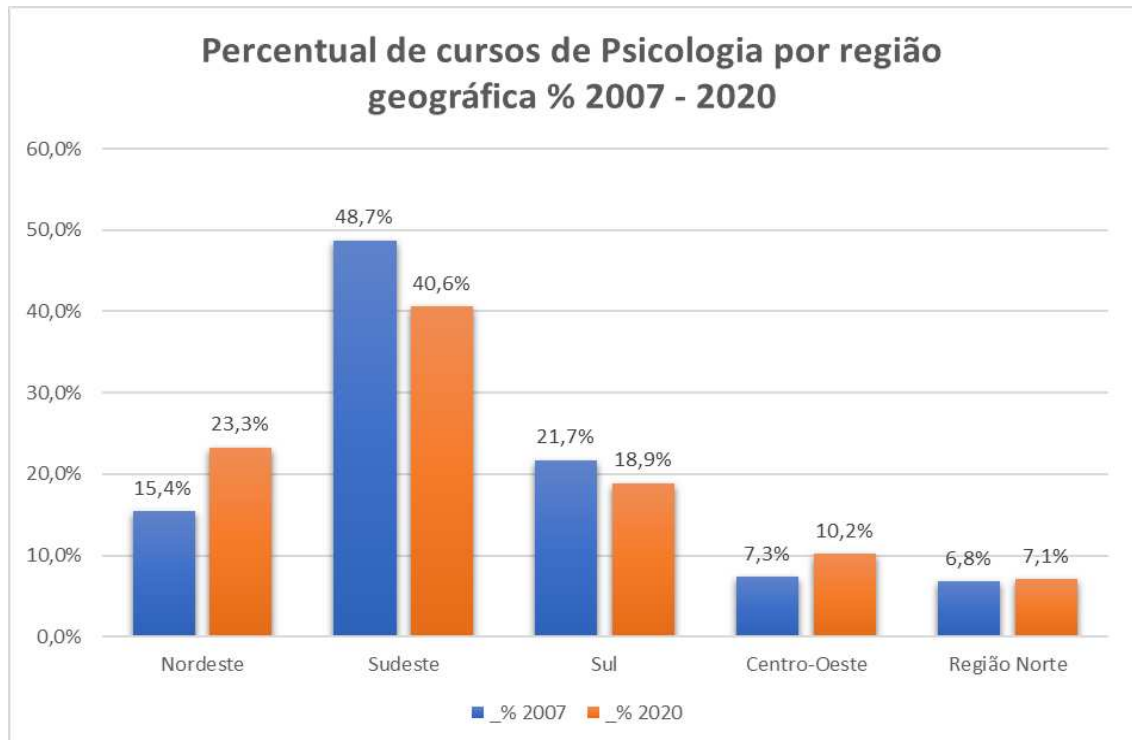
Observa-se que houve uma expansão da oferta de cursos de graduação em Psicologia quando comparamos os três cenários (2007, 2018 e 2020). Houve também um aumento considerável em cada uma das cinco regiões do país, mas essa expansão ocorreu com intervalos distintos no tempo. A maior concentração de cursos permanece na região Sudeste.

FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA (2007 X 2018)



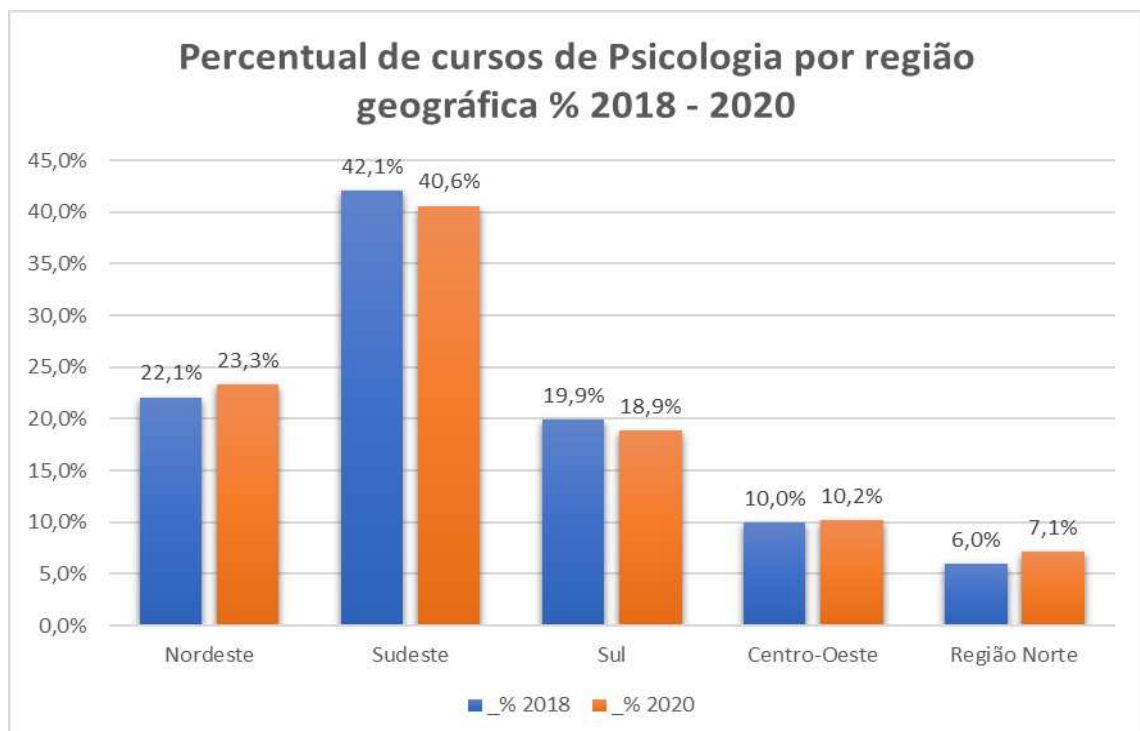
FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

FIGURA 9 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA (2007 X 2020)



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL POR REGIÃO GEOGRÁFICA (2018 X 2020)



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

QUADRO 6 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

Região Geográfica	Unidade Federativa	2007		2018		2020	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sudeste	São Paulo	104	26,26%	196	21,2%	227	20,8%
	Minas Gerais	47	11,87%	108	11,7%	120	11,0%
	Rio de Janeiro	31	7,83%	59	6,4%	69	6,3%
	Espírito Santo	11	2,78%	26	2,8%	26	2,4%
	Total	193	48,74%	389	42,1%	442	40,5%
Sul	Rio Grande do Sul	33	8,33%	69	7,5%	76	6,9%
	Paraná	27	6,82%	62	6,7%	69	6,5%
	Santa Catarina	26	6,45%	53	5,7%	59	5,4%
	Total	86	21,72%	184	19,9%	204	18,8%
Nordeste	Bahia	22	5,56%	57	6,2%	68	6,2%
	Pernambuco	12	3,03%	36	3,9%	43	4,0%
	Ceará	6	1,52%	35	3,8%	51	4,6%
	Alagoas	4	1,01%	10	1,1%	12	1,1%
	Paraíba	4	1,01%	18	1,9%	19	1,7%
	Rio Grande do Norte	4	1,01%	13	1,4%	17	1,5%
	Piauí	4	1,01%	14	1,5%	16	1,4%
	Sergipe	3	0,76%	8	0,9%	10	1,0%
	Maranhão	2	0,51%	13	1,4%	18	1,6%
	Total	61	15,40%	204	22,1%	254	23,3%
Centro-Oeste	Goiás	9	2,27%	35	3,8%	44	4,0%
	Mato Grosso do Sul	8	2,02%	14	1,5%	17	1,5%
	Distrito Federal	6	1,52%	18	1,9%	21	2,0%
	Mato Grosso	6	1,52%	24	2,7%	29	2,7%
	Total	29	7,32%	92	10,0%	111	10,2%
Norte	Amazonas	8	2,02%	11	1,2%	15	1,4%
	Rondônia	7	1,77%	15	1,6%	17	1,5%
	Pará	3	0,76%	14	1,4%	25	2,3%
	Amapá	3	0,76%	3	0,3%	3	0,3%
	Tocantins	2	0,51%	6	0,6%	8	0,7%
	Roraima	2	0,51%	3	0,3%	4	0,4%
	Acre	2	0,51%	4	0,4%	5	0,5%
	Total	27	6,82%	55	6,0%	77	7,1%
TOTAL GERAL		396		924		1088	

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

NOTA: Devido aos arredondamentos, os valores deste e de alguns outros quadros podem não somar precisamente 100%.

Diante destas informações sobre a oferta do curso de psicologia em território nacional, no formato presencial, temos um total de 1088 cursos que ofertam aproximadamente 17.1328 vagas em seus vestibulares anualmente. Entendemos que nem todas as vagas são preenchidas, bem como, que no processo de estudo muitos acadêmicos podem mudar ou até mesmo acabar trancando o curso.

Entendemos que há aí alguns aspectos que merecem reflexão. O primeiro deles seria sobre a inserção dos formandos no mercado de trabalho. Existe oferta de emprego suficiente para acolher os grupos que estão se formando todos os anos? Em que espaço e circunstâncias? Outro ponto seria sobre a expansão cada vez mais desenfreada do número de cursos. Essa expansão é compatível com a

oferta de trabalho? O “mercado de trabalho” tem espaço para receber todo esse “mercado de recursos” humanos nas diferentes áreas que se destinam aos formandos em psicologia? São indagações que cabem ser investigadas, mas aqui as colocamos apenas para incitar o debate e se fazer refletir.

Levando em conta os questionamentos apresentados, somos levadas a relacioná-los a outro, que tem sido tema recorrente nos debates sobre a oferta de cursos de psicologia. Nos referimos aqui à modalidade de Educação a Distância (EAD), que, embora ainda não seja uma realidade (e, esperamos que isso não aconteça na totalidade de suas disciplinas) a oferta de cursos de psicologia integralmente nesse formato, são inquietantes as investidas financeiras de algumas Instituições de Ensino Superior que buscam a implantação e exploração do curso visando principalmente o lucro.

II.3 BREVES CONSIDERAÇÕES

Este capítulo tratou da distribuição dos cursos de Psicologia no Brasil e apontou alguns aspectos históricos relacionados à estruturação, composição e trajetória da Psicologia no Brasil, com foco para algumas atividades e disciplinas acadêmicas. Pontuou-se a respeito de algumas intersecções e contribuições das áreas da Medicina, Filosofia e Pedagogia. Também foram indicadas mudanças acontecidas na educação nacional em distintos níveis, ainda na metade do século XX, que se desdobraram na organização curricular que, ainda hoje, norteia a composição das matrizes curriculares de diversos cursos de graduação, expressados na atualidade sob a denominação de ênfases curriculares e que, aqui em especial, foi tratado no curso de Psicologia.

Sobre esses desdobramentos das mudanças curriculares, verifica-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, culminam em propostas de formação guiadas pelas ênfases curriculares.

Tendo em vista que eram poucos os Estados que tinham autonomia administrativa em relação aos seus conselhos de classe, abordamos que na década de 1970 aconteceu a ampliação dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) em todo país. Esses inicialmente eram 7 conselhos e a instalação dos mesmos ocorreu no ano de 1974. São eles: CRP(01) – Distrito Federal, CRP(02) – Pernambuco,

CRP(03) – Bahia, CRP(04) – Minas Gerais, CRP(05) – Rio de Janeiro, CRP(06) – São Paulo, CRP(07) – Rio Grande do Sul, no final da década de 70, foi criado o CRM(08) – Paraná, em 1979.

No decorrer da década de 1990 foram criados novos 7 conselhos, dispostos da seguinte forma: CRP(09) – Goiás, CRP(10) – Pará, CRP(11) – Ceará, CRP(12) – Santa Catarina, CRP(13) – Paraíba, CRP(14) – Mato Grosso do Sul e CRP(15) – Alagoas.

Na primeira década do 3º milênio, foram criados o CRP(16) – Espírito Santo e CRP(17) – Rio Grande do Norte, já na segunda década do milênio mencionado mais 7 conselhos, na seguinte ordem: CRP(18) – Mato Grosso, CRP(19) – Sergipe, CRP(20) – Amazonas, CRP(21) – Piauí, CRP(22) – Maranhão, CRP(23) – Tocantins e CRP(24) – Rondônia.

Portanto, atualmente são 24 Conselhos Regionais em todo Brasil, sendo que Roraima está vinculado ao CRP(20), Acre está vinculado ao CRP(24) e Amapá está vinculado ao CRP(10) por ainda não possuírem conselhos autônomos.

Destacamos que inicialmente os cursos de formação em Psicologia eram ministrados nas Faculdades de Filosofia. Naquele contexto, vários dos professores dos cursos de Psicologia tinham formação em Filosofia ou em Educação. E ainda, em seu início, o curso de graduação em Psicologia no Brasil, considerava três nomenclaturas de titulação (Bacharel, Licenciado e Psicólogo). O que consentia ao acadêmico a possibilidade de adquirir os três títulos na graduação, ao longo do seu período de formação em cinco anos.

Ao longo desse processo dos cursos de Psicologia, expressivas mudanças têm acontecido, tanto na estruturação curricular quanto nas áreas de formação e na dimensão nacional do formato dos cursos de Psicologia, revelando também avanços ao aproximar a profissão das problemáticas atuais da sociedade.

Nos aspectos da formação em Psicologia no país, o que temos na atualidade como atos orientativos aos profissionais desta área, ou pelo menos parte desses atos, abrolharam previamente à regulamentação da Psicologia como ciência e profissão no Brasil. Tanto a Psicologia quanto todo o campo científico no país se apoiavam em modelos teóricos e metodológicos estrangeiros. Assim, áreas distintas foram influenciadas por correntes de pensamento estrangeiras.

Constatou-se, ainda neste capítulo, que a partir da expansão dos Cursos e das Diretrizes Curriculares Nacionais, em meados e fins da década de 1990, debates sobre a reformulação curricular nas Instituições de Ensino Superior foram iniciados. E, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais, normas foram estabelecidas para o projeto pedagógico complementar à Formação de Professores de Psicologia. Essas normas objetivavam orientar os princípios, fundamentos e as condições de oferta do curso. Somado a isso, ofereciam diretrizes para procedimentos, prática e avaliação do curso de Psicologia, como também, habilitação do profissional quanto aos conhecimentos e capacidades necessárias para o fortalecimento da profissão e as novas propriedades que trariam maior qualidade aos cursos. No geral havia grande investimento por parte das Instituições de Nível Superior na formação básica, ampla e generalista do(a) psicólogo(a). O acadêmico em Psicologia era preparado para atuar em diversas áreas.

No que tange à expansão dos cursos de Psicologia no país, esbarrou-se em um processo acelerado de criação de novos cursos em todo território nacional. Mas infelizmente essa expansão acelerada se dá apenas em instituições de ensino superior particulares, em relação aos cursos ofertados em Instituições de Ensino Superior públicas, essa expansão ocorre lentamente, tendo em vista que dos 1088 cursos de Psicologia ativos atualmente no país, apenas 104 deles são ofertados em Instituições de Ensino Superior públicas. Assim, pode-se compreender que sobre a expansão destes cursos o que ocorreu e vem ocorrendo é um processo de mercantilização da oferta de cursos. Diante desse cenário, muitos psicólogos recém graduados, acabam por procurar realizar cursos de formação continuada, tanto *lato* quanto *stricto sensu*, almejando complementar ou até mesmo adquirir o conhecimento, as habilidades e competências não obtidos durante o período de formação inicial na graduação.

Sobre o número de cursos de Psicologia existentes no Brasil, observamos um salto entre 2007 e 2020. Lisboa e Barbosa (2009) identificaram em 2007 um total de 396 cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Este número deu um salto em 2020 para 1088. Naquele contexto, os autores constataram uma desigualdade regional na oferta do curso de graduação em Psicologia, sendo que as regiões Sul e Sudeste despontavam em relação às demais regiões. Já na presente pesquisa,

chama a atenção a disparidade entre o número de cursos ofertados nas Instituições de Ensino Superior particulares e públicas.

Em relação à concentração de cursos, os novos achados permitem dizer que em termos quantitativos os cursos saltaram de 396 em 2007 para 1088 em 2020. Nos dois momentos a região Sudeste permanece com a maior concentração de cursos, o que não significa dizer que nas outras regiões não ocorreu crescimento no número de cursos de Psicologia. Ou seja, não houve estagnação em nenhuma das 5 regiões geográficas brasileiras, em relação à criação e ao início de novos cursos de graduação em Psicologia, bem como em relação ao aumento no número de vagas naqueles cursos já consolidados.

CAPÍTULO III

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O papel ativo do pesquisador determina que a produção de ideias represente um *continuum* que atravessa todos os momentos do desenvolvimento da pesquisa, o qual torna impossível separá-la em uma fase de provisão e outra de interpretação de dados. Se esses momentos estivessem separados, se perderia grande quantidade de elementos não-controlados que não aparecem simplesmente em forma de registros objetivos, mas nas ideias e construções que o pesquisador produz ao estudá-los.

Fernando Gonzáles Rey (2005, p. 76)

A presente pesquisa é de caráter documental e bibliográfico com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo em vista que de acordo com Flick “no cotidiano da prática de pesquisa, fora das discussões metodológicas, frequentemente se faz necessária e útil a ligação entre as duas abordagens [...]” (2009, p. 33). Buscou-se articular as informações obtidas nos documentos e *sítes* relativos às Instituições de Ensino Superior (IES) e nos artigos dos periódicos especializados. Dessa forma, estão sendo utilizadas fontes documentais relacionadas às propostas curriculares de cursos de Psicologia do Paraná e artigos relativos ao tema publicados em periódicos especializados na área, no período de 1980 a 2020, disponibilizados *on-line* em formato digital/eletrônico.

A pesquisa documental embora análoga à pesquisa bibliográfica, diferencia-se da mesma no que se refere à natureza das fontes, como esclarece Gil:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (2008, p. 51).

Para Flick (2009, p. 234) “Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação.”. São eles, segundo o autor, como dispositivos comunicativos desenvolvidos metodologicamente no arranjo de versões sobre eventos. O desenvolvimento desse trabalho encontra-se apoiado em fontes documentais relacionadas às propostas curriculares de cursos de psicologia do Paraná e análise dos artigos relativos ao tema, publicados em periódicos

especializados na área, no período de 1980 a 2020 (disponíveis *on-line*) em formato digital/eletrônico. A coleta dos dados da parte documental foi efetuada em fontes físicas e digitais das IES que ofertam o curso de Psicologia no Estado do Paraná junto ao portal do e-MEC. Também foram levantados dados relacionados às titulações dos docentes por meio de busca na Plataforma Lattes/CNPq. A busca para apoiar o levantamento bibliográfico foi realizada em 19 periódicos especializados, dos quais 10 foram localizados a partir da base de dados SciELO⁶, 4 encontrados na base de dados PePSIC⁷ e 5 em endereços eletrônicos independentes, pois os mesmos não se encontravam indexados em nenhuma das duas bases de dados especificadas no ato da consulta.

A análise de dados encontra-se pautada na exploração sistemática dos conteúdos disponibilizados nos materiais que foram reunidos ao longo do processo.

Dentro da estrutura do conteúdo curricular das Instituições de Ensino Superior analisaram-se os seguintes aspectos: a/s ênfase/s curriculares de formação; a nomenclatura utilizada nas disciplinas PSC e similares; o nome dos estágios supervisionados; o período que são oferecidos (estágios e disciplinas); carga-horária; obrigatoriedade; bibliografia adotada e paradigmas teóricos norteadores (quando disponíveis).

Seguindo as orientações do processo de Garimpagem Manual (Quintal de Freitas, 2008), as buscas das informações contidas nos artigos foram organizadas para acontecer em torno dos seguintes eixos:

⁶ Trata-se de biblioteca eletrônica virtual de periódicos científicos brasileiros, latino americanos e de outros países, cujo objetivo é aumentar sua visibilidade, acessibilidade, qualidade, uso e impacto. A modalidade SciELO tem sua infraestrutura institucional estabelecida na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) por meio da Fundação de Apoio à UNIFESP (FAPUNIFESP). O programa SciELO é mantido pela FAPESP e conta com o apoio do CNPq. Os projetos apoiados pela FAPESP são desenvolvidos sob a responsabilidade de um Pesquisador Principal, vinculado a instituições superiores de ensino e pesquisa no Estado de São Paulo. A seleção é feita por meio de análise pelos pares. FAPESP. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/47/scientific-electronic-library-on-line-scielo/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁷ O portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) é uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e fruto da parceria entre Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) e do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME, que cedeu a metodologia - [Scientific Electronic Library On-line \(SciELO\)](#) - modelo de publicação eletrônica de periódicos para países em desenvolvimento. PePSIC. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1519-549X&lng_pt/nrm_iso/seer/ojs/viewarticle.php?id=188>. Acesso em: 22 dez. 2020.

- a) Classificação das pesquisas de acordo com a temática;
- b) Classificação das pesquisas de acordo com suas metodologias/procedimentos técnicos;
- c) Classificação das pesquisas de acordo com seus objetivos;
- d) Classificação das pesquisas de acordo com suas estratégias de levantamento de dados;
- e) Classificação das pesquisas de acordo com sua abordagem/fundamentação teórica.

Esta modalidade de seleção, praticamente, manual - de identificação, seleção e organização dos documentos e publicações - tem sido utilizada e aprimorada por Quintal de Freitas (2009) em seus trabalhos de pesquisa e de orientação de TCCs, dissertações e teses, junto ao Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES) no PPGE-UFPR. Por se diferenciar das revisões sistemáticas que são realizadas com apoio de softwares e medidas paramétricas objetivas e quantitativas, a proposta nesta 'Garimpagem Manual' é que sejam realizados levantamentos por meio de leitura e análise acurada, título a título, em fontes nas quais há um historial de publicação no tema em questão. Isto exige que o(a) estudioso(a) tenha uma *expertise* no tema ou assunto para poder saber localizar as fontes documentais necessárias e de modo correto, assim como saber localizar os(as) autores(as) que realizaram publicações nesse tema e que se constituem em especialistas no assunto, e portanto, configuram-se como autores obrigatórios de estarem presentes numa rigorosa revisão bibliográfica" (Quintal de Freitas, 2005, *mimeo*)

III.1 LEVANTAMENTO EM PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Foram levantados dados disponíveis no portal e-MEC⁸ referentes aos registros de cursos de graduação em Psicologia (Bacharelado). Consideraram-se apenas os cursos que se encontravam na situação de "ativo", excluindo-se aqueles

⁸Portal designado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação de instituições e cursos de ensino superior (BRASIL, 2018).

que se encontravam nas seguintes situações: em “extinção”; “extinto” ou “sub-judice”.

O número das Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam o curso em questão no Estado do Paraná também foi considerado. Os sites das instituições também se caracterizaram como fontes de coleta de dados. Com o material levantado criaram-se bancos de dados digitais em distintas plataformas particulares (Computador particular, Pen Drive, Dropbox e Google Drive). Parte do material, após catalogado, foi impresso. Nele consta o nome da IES, sua sigla, o município, data de início do funcionamento do curso, carga horária mínima do curso, regime letivo (semestral ou anual), número de vagas autorizadas anualmente, tipo de organização acadêmica e natureza jurídica indicando sua categoria administrativa (pública/ particular).

Inicialmente levantou-se o acervo e realizou-se o *download* de dados – a partir das bibliotecas eletrônicas SciELO e PePSIC, bem como URLs particulares – referentes a um total de 18 periódicos levando em conta a disponibilidade dos mesmos no formato *on-line* a partir de 1980⁹ a 2017; em um segundo momento atualizaram-se os dados até 2020.

Os artigos selecionados passaram pelo processo da Técnica De Garimpagem Manual (Quintal de Freitas, 2008). Os periódicos indicados em orientação foram abertos uma a um, todos os volumes e números reunidos em uma pasta no Dropbox, todos os sumários foram impressos, a leitura dos títulos foi realizada de forma esmiuçada. Aqueles títulos que indicaram alguma afinidade com a formação e prática do(a) psicólogo(a) e a área Social Comunitária, foram reservados para a seguinte etapa da Técnica da Garimpagem Manual. Essa por sua vez buscou: 1) artigos disponíveis de acordo com os critérios utilizados para a escolha; 2) o mesmo para artigos a partir dos títulos; 3) o mesmo, para artigos a partir dos resumos.

A busca compreendeu os 19 periódicos escolhidos, onde fazendo o reconhecimento em cada uma das áreas, demos a sequência das escolhas e seleções em três momentos distintos.

⁹ A escolha por esse recorte temporal vai ao encontro da institucionalização da PC como disciplina em meados da década de 70 e início da década de 80 do século passado (segundo milênio).

Separaram-se os títulos de nosso interesse. Fazendo uma analogia com a garimpagem artesanal de pedras preciosas, a trama da peneira utilizada nessa fase era mais aberta. Com a segunda peneirada buscou-se passar os títulos por uma peneira de trama do tamanho médio que correspondeu a peneirada por meio da leitura dos resumos. Aqueles que foram selecionados nessa triagem seguiram para a terceira e última peneirada, feita numa trama mais fechada, que correspondeu a leitura dos artigos completos, conforme coloca Quintal de Freitas (2008). O resultado dessa última peneirada corresponde ao achado da pedra preciosa na garimpagem artesanal.

III.2 PROCESSO DE SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

III.2.1 Busca e organização nas publicações especializadas

A realização da revisão de literatura a partir das publicações disponíveis *on-line* teve início na segunda quinzena de julho e se estendeu até o final do mês de agosto de 2017. Os nomes dos periódicos indicados foram: (Cadernos/Revista de Saúde Pública; Psicologia & Sociedade; PSYKHE-Chile; Estudos em Psicologia; Psicologia em estudo; Argumento (da PUC-PR); EDUCAR; Revista de psicologia da UFRGS; Revista de psicologia da SIP; Revista de psicologia da Colômbia; Psicologia Política (do Brasil - UFMG); Revista de Psicologia Política (Univ. de San Luís, Argentina); Ciência & Profissão do CFP; Cadernos CEB; Revista de Psicologia da PUCCAMP; Revista da UNICAMP; Revista da UFF de Psicologia; Revista de Psicologia da UFSJão del Rei), conforme Quadro 7.

Foram consideradas as pesquisas divulgadas nesses periódicos, que apresentavam, em alguma medida, relação com a Psicologia Social Comunitária e o processo de formação do(a) psicólogo(a).

QUADRO 7 – LISTA DE PERIÓDICOS CONSULTADOS E SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

	NOME DO PERIÓDICO CONSULTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
1.	Revista de Saúde Pública	< https://scielosp.org/j/rsp/ >
2.	Psicologia & Sociedade	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7182&lng=en&nrm=iso >
3.	PSYKHE-Chile	< https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0718-2228&lng=en >
4.	Psicologia em Estudo-Maringá	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-7372&lng=en >
5.	“Estudos de Psicologia” (NATAL)	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=en >
6.	“Psicologia Argumento (PUCPR)”	< https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/about/editorialPolicies#focusAndScope >
7.	“Educar em Revista” (UFPR)	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-4060&lng=en >
8.	“Psicologia Reflexão e Crítica / UFRGS”	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7972&lng=en&nrm=iso >
9.	“Revista Interamericana de Psicologia-SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PSICOLOGÍA(SIP)”	< https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/issue/view/106 > < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-9690&lng=en > De 2006 a 2009.
10.	“Revista Colombiana de Psicologia”	< http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_serial&pid=0121-5469&lng=en >
11.	“Revista Psicologia Política”	< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1519-549X&lng=en >
12.	“Revista Electrónica de Psicología Política (Universidad Nacional de San Luis - Faculdade de Psicología)”	< http://www.psicopol.unsl.edu.ar/ >
13.	“Psicologia: ciência e profissão” Conselho Federal de Psicologia (CEP)	< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-9893&lng=en >
14.	“Cadernos de Estudos Brasileiro/CEB”	< https://ceb.ufg.br/n/49189-cadernos >.
15.	“Estudo de Psicologia/PUC/CAMP”	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-166X&lng=en&nrm=iso >
16.	“Serviço Social e Saúde”	< https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss >
17.	“Revista do Departamento de Psicologia – Universidade Federal Fluminense/UFF” (2005 a 2007)	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8023&lng=en&nrm=iso >
	Continua como: Fractal: Revista de Psicologia (2008 a 2020)	< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1984-0292&lng=en >
18.	“Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais” Universidade Federal de São João del Rei-UFSJ	< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1809-8908&lng=en > http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/index/index

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Ao tentar acessar as páginas de alguns dos periódicos na Rede SciELO uma nova janela era aberta na qual constava a seguinte mensagem “404 Página Não Encontrada!” o que implicou buscá-los em outros canais. Assim, 10 dos 18

periódicos, foram acessados por meio da plataforma SciELO. Dos 8 periódicos restantes, 5 foram acessados por meio da plataforma PePSIC. Os casos de insucesso por meio do acesso nas duas bases de dados, nos levou a buscar o endereço eletrônico (URL) dos periódicos investigados que se encontravam na referida situação.

Vale dizer que todos os periódicos foram encontrados, seus números disponíveis *on-line* foram acessados, os *downloads* de tais arquivos foram transferidos para uma pasta em computador particular, bem como para um *Pen Drive*, e ainda, arquivados em serviços de armazenagem de arquivos digitais em nuvens no *Dropbox* e no *Google Drive* (ambas as pastas compartilhadas com a orientadora da presente tese) o que também contribuiu para o acesso simultâneo durante as orientações remotas, quando essas foram necessárias.

No início da pesquisa, considerou-se para a análise e organização desses periódicos científicos as publicações entre o período de 1980 e 2017, desde que estivessem disponíveis *on-line*. Posteriormente a análise avançou e incluíram-se as publicações disponíveis até 2020.

III.2.2 Esclarecimento sobre a listagem dos endereços eletrônicos das Instituições de Ensino Superior do Paraná que ofertam os cursos de graduação em Psicologia

Todos os endereços eletrônicos (URL ¹⁰) das IES foram consultados novamente e atualizados entre 2 e 11 de janeiro de 2021. Quando encontrados, esses endereços nos direcionavam às páginas principais das IES, a partir dessa página buscávamos localizar a página do curso de Psicologia. Já na página do curso, analisávamos as informações pertinentes, principalmente quanto as ênfases curriculares e seus estágios. Na impossibilidade de encontrar tais informações nessas páginas, buscamos outras páginas dentro do próprio site, que continham as

¹⁰O termo URL é a abreviação de *Uniform Resource Locator*, ou Localizador Uniforme de Recursos. Sendo direto, URL é a mesma coisa de endereço web, o texto que você digita na barra de endereços de seu navegador para acessar uma determinada página ou serviço. No entanto, uma URL contém uma série de informações específicas, que seguem um padrão pré-determinado para que o usuário possa sempre encontrar o serviço que procura, desde que ele digite o endereço corretamente.” (GOGONI, Ronaldo, 2020, p.1). Disponível em: <https://tecnoblog.net/312185/o-que-e-url/>. Acesso em: 9 jan. 2021.

informações que procurávamos. No site de alguma IES foi possível acessar outros documentos pertinentes, tais como: Projeto Pedagógico do Curso (PPC); matriz curricular; corpo docente, entre outras informações sobre o bacharelado em Psicologia. Ao final da consulta conseguimos as informações buscadas em 63 dos 69 cursos listados no e-MEC como ativos e iniciados no Paraná, portanto, um número bastante representativo para a verificação, compilação e análise dos dados encontrados.

CAPÍTULO IV

A PSICOLOGIA NO ESTADO DO PARANÁ

IV.1 PRESENÇA DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ

Com relação ao número de cursos de Psicologia (Bacharelado) existentes no Paraná, aparecem no sistema e-MEC como ativos, um total de 71 cursos. No entanto, 2 Instituições de Ensino Superior se encontravam replicadas, ou seja, apareciam no sistema duas vezes com dados idênticos, como endereço, gestão da IES, alguns dados do curso ver (APÊNDICE 1). Por este motivo tais cursos foram computados uma única vez. Dessa forma ficamos com um total de 69 cursos. Tais cursos estão presentes em 7 das 10 mesorregiões¹¹ do Estado, como é possível conferir na Quadro 8.

QUADRO 8 – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ E CURSOS DE PSICOLOGIA

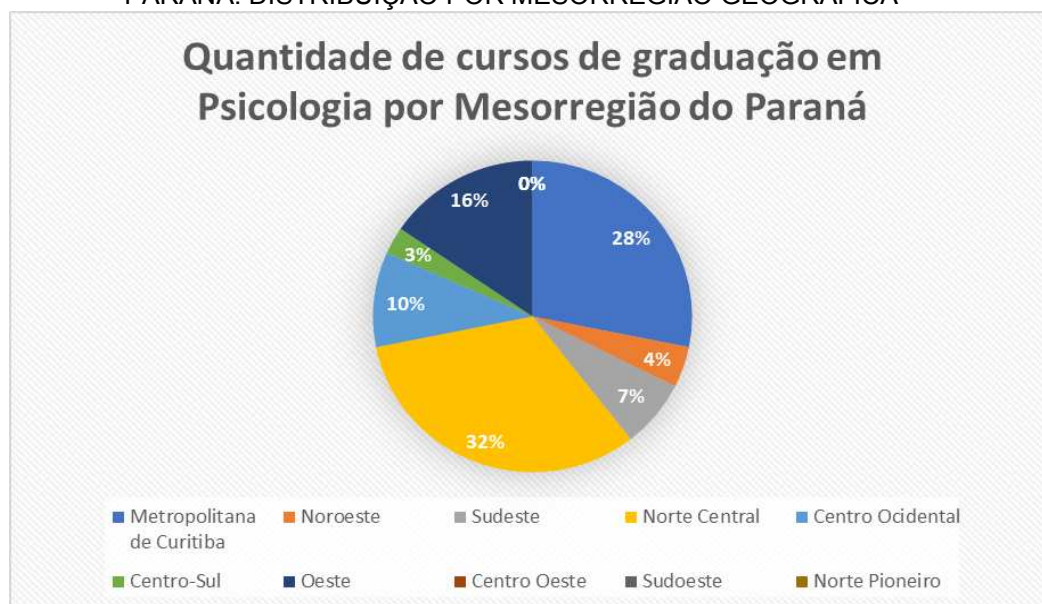
MESORREGIÕES	QUANTIDADE DE CURSOS DE PSICOLOGIA
01 - NOROESTE	3
02 - CENTRO OCIDENTAL	7
03 - NORTE CENTRAL	23
04 - NORTE PIONEIRO	0
05 - CENTRO ORIENTAL	0
06 - OESTE	10
07 - SUDOESTE	0
08 - CENTRO-SUL	2
09 - SUDESTE	5
10 - METROPOLITANA DE CURITIBA	19
TOTAL	69

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2012).

Os 69 cursos de Psicologia do Paraná, estão distribuídos em 26 dos 399 municípios do Estado, conforme as Figuras 11 e 12, e Quadro 9.

¹¹ “Unidade territorial homogênea resultante do agrupamento de microrregiões, porém menor que o estado ou o território.” (MICHAELIS, 2021, p.1). Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mesorregi%C3%A3o>. Acesso em: 8 jan. 2021. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mesorregião é o “agrupamento de Microrregiões” o qual representa um nível intermediário da divisão regional do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24860&t=sobre>. Acesso em: 8 jan. 2021.

FIGURA 11 – PERCENTUAL DE CURSOS DE PSICOLOGIA OFERTADOS NO ESTADO DO PARANÁ: DISTRIBUIÇÃO POR MESORREGIÃO GEOGRÁFICA



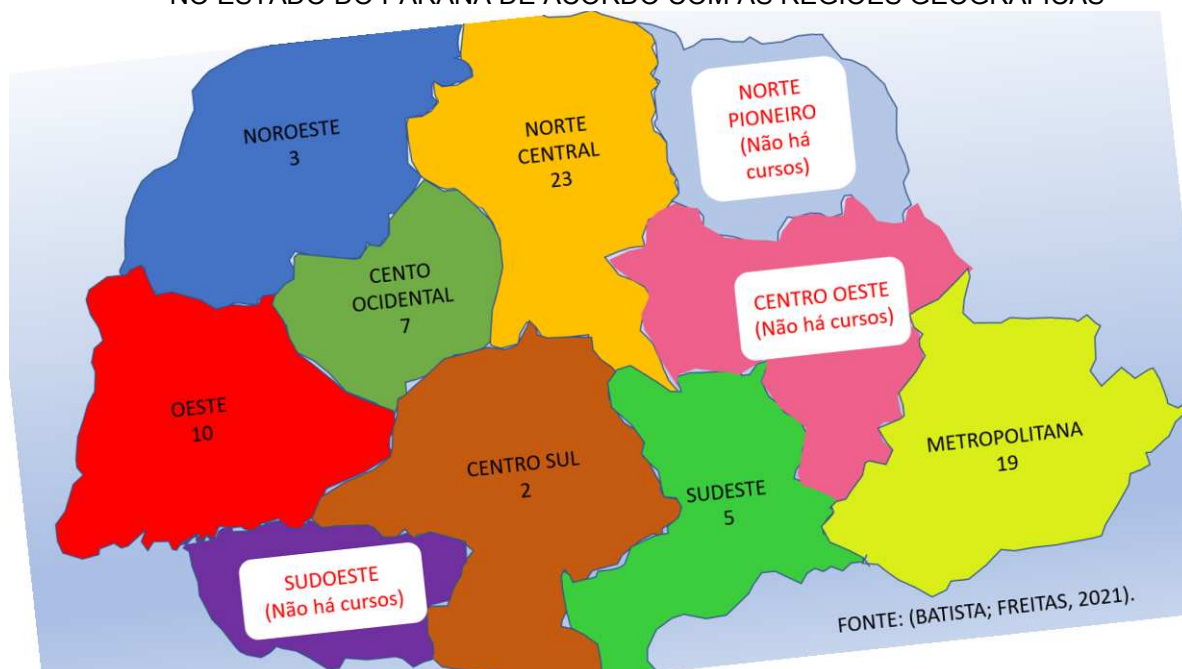
FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

QUADRO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ POR MUNICÍPIO

Regiões geográficas do Paraná nas quais estão localizados os cursos de graduação em Psicologia	Municípios do Paraná onde estão localizados os cursos de graduação em Psicologia	Número de cursos por município	Número de cursos por região geográfica
Centro Ocidental Paranaense	Campo Mourão	02	07
	Ponta Grossa	04	
	Telêmaco Borba	01	
Centro-Sul Paranaense	Guarapuava	02	02
Metropolitana de Curitiba	Curitiba	20	19
	Iporã	01	3
	Paranavaí	01	
Noroeste Paranaense	Umuarama	01	
	Apucarana	01	23
	Arapongas	02	
Norte Central Paranaense	Ivaiporã	01	
	Ivatuba	01	
	Jandaia do Sul	01	
	Londrina	08	
	Maringá	07	
	Bandeirantes	01	
	Cornélio Procopio	01	
	Assis Chateaubriand	01	10
	Cascavel	05	
Oeste Paranaense	Foz do Iguaçu	03	
	Marechal Cândido Rondon	01	
	Toledo	01	
	Irati	01	05
Sudeste Paranaense	União da Vitória	01	
	Francisco Beltrão	01	
	Pato Branco	02	
Total de cursos de graduação em Psicologia localizados no Estado do Paraná			69

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM AS REGIÕES GEOGRÁFICAS



Desses 69 cursos, 63 estão ativos e iniciados. Essa distinção entre número de cursos como: a) “ativos” e b) “ativos iniciados”, ocorre devido ao fato de que alguma Instituição de Ensino Superior, que já se encontra com o curso criado e aprovado pelo MEC, pode não ter iniciado o curso em questão, ou seja, o curso está ativo mais ainda não iniciou a primeira turma. Se configuram dessa forma os cursos das seguintes IES: Universidade Pitágoras Unopar – Bandeirantes; Faculdade Mater Dei / FMD – Pato Branco; Faculdade Santa Maria da Glória / SMG – Maringá; Faculdade Fidelis / FF – Curitiba; Centro Universitário OPET / UNIOPET – Curitiba; Faculdade de Iporã / FIP – Iporã.

Dos 63 cursos de Bacharelado em Psicologia ativos e iniciados no Estado, 18 deles são ofertados em IES localizadas na capital, Curitiba. Vale ressaltar que na capital atualmente existem 19 cursos criados conforme Quadro 10, mas dois deles ainda não foram iniciados. Quanto ao curso da OPET, a data de início está prevista para o dia 22 de fevereiro de 2021, o curso de Psicologia da Faculdade Fidelis não tem previsão de início.

QUADRO 10 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA QUE OFERTAM O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IES	SITUAÇÃO DO CURSO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	Ativo
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	Ativo
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	Ativo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Ativo
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	Ativo
UNIVERSIDADE POSITIVO	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO	Ativo
FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ	Ativo
FACULDADE FIDELIS	Ativo / Não iniciado
FACULDADE PARANAENSE	Ativo
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICURITIBA	Ativo
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	Ativo
FACULDADE HERRERO	Ativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET	Ativo / Não Iniciado
FACULDADE CESUMAR	Ativo

FONTE: As autoras (2021).

LEGENDA: IES: Instituição de Ensino Superior.

Os demais 50 cursos levantados estão distribuídos como segue: Apucarana – 1; Arapongas – 2; Assis Chateaubriand – 1; Bandeirantes – 1; Campo Mourão – 2; Cascavel – 4; Cornélio Procopio – 1; Foz do Iguaçu – 3; Francisco Beltrão – 1; Guarapuava – 2; Iporã – 1; Irati – 1; Ivaiporã – 1; Ivatuba – 1; Jandaia do Sul – 1; Londrina – 8; Marechal Cândido Rondon – 1; Maringá – 7; Paranavaí – 1; Pato Branco – 2; Ponta Grossa – 4; Telêmaco Borba – 1; Toledo – 1; Umuarama - 1; e, União da Vitória – 1.

IV.2 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Quanto à categoria administrativas, das 69 IES que ofertam o curso de Psicologia no Paraná, temos 4 (quatro) de categoria administrativa pública. Apresentamos cada uma delas: Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Maringá - UEM e Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. As demais 65 IES são de categoria administrativa particular.

Quanto à organização acadêmica, as IES estão distribuídas da seguinte forma: 2 Institutos de Ensino Superior; 27 Faculdades; 19 Universidades e 21

Centros Universitários. O curso mais antigo na capital paranaense é o ofertado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, agora com um pouco mais de meio século de existência. O referido curso teve seu início em 03 de março de 1969, pouco mais de seis anos depois da regulamentação da profissão de psicólogo no país, ocorrida em 27 de agosto de 1962.

A graduação de Psicologia da PUCPR completou, em 2019, 50 anos de existência, sendo o primeiro curso no estado do Paraná. O projeto pedagógico de Psicologia é estruturado por competências, fundamentadas em cinco princípios: autonomia, cooperação, senso crítico, honestidade e dedicação. Para garantir maior flexibilidade e autonomia acadêmica, os currículos apresentam os seguintes elementos: Sistema de requisitos; Exame de Proficiência em Língua Portuguesa; Disciplinas dos tipos obrigatória, eletiva e/o optativa (PUCPR/CURITIBA, 2020, p. 1).

Na Universidade Federal do Paraná-UFPR o curso de graduação em Psicologia foi iniciado em 1972 na capital.

A matriz curricular do curso é constituída por disciplinas obrigatórias e optativas, ofertadas por oito departamentos de diferentes Setores da UFPR – Anatomia, Antropologia, Estatística, Farmacologia, Filosofia, Fisiologia, Genética e Psicologia – estágios básicos e específicos; e pelas atividades complementares. Articula, assim, os conhecimentos, habilidades e competências que definem o núcleo comum para a formação em Psicologia no País em torno dos eixos estruturantes previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas. O intuito é garantir que os alunos possam conhecer diferentes pontos de vista a respeito do objeto, dos métodos e das práticas psicológicas, aprendendo a confrontá-las e reconhecendo suas possibilidades e limites na compreensão do fenômeno psicológico e na intervenção na realidade social (UFPR, 2021, p.1).

Em 23 de novembro de 1973 foi iniciado o curso de Psicologia na Universidade Tuiuti do Paraná-UTP.

O Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP foi criado em 1973 e de lá para cá já formou mais de 15.000 psicólogos que estão espalhados pelo Brasil e atuando em todas as áreas da profissão. Um dos princípios do curso é a formação generalista, habilitando o profissional para atuar em diferentes contextos, tornando-o capaz de refletir criticamente, estruturar diagnósticos, intervir e avaliar situações decorrentes do atendimento ou de intervenções realizadas na clínica, na organização, na escola ou na comunidade (UTPPR, 2021, p.1).

Portanto, foram essas as três primeiras instituições (PUC/PR, UFPR e UTP) a ofertarem o curso de Psicologia em Curitiba, e por três décadas foram as únicas na capital paranaense.

Fora da capital a primeira IES a ofertar o curso de Psicologia foi o Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), situada no município de Londrina, pertencente à região do Norte Central paranaense. Nessa cidade, a data de início de funcionamento do primeiro curso foi 2 de fevereiro de 1972. Ocorre que 16 dias depois, em 18 de fevereiro, na mesma cidade, teve também início o curso de Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Sobre essas duas IES vale um parêntese para tecermos algumas comparações de como elas se apresentam atualmente, tendo em vista que ambas tiveram seus cursos de Psicologia iniciados no mesmo mês, no mesmo ano, e na mesma cidade (Quadro 11).

QUADRO 11 – DADOS COMPARATIVOS ENTRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DE DUAS IES DO MESMO MUNICÍPIO PARANAENSE, CUJOS CURSOS TIVERAM INÍCIO NO MESMO PERÍODO E SE ENCONTRAM EM ATIVIDADE ATÉ O MOMENTO

BACHARELADO EM PSICOLOGIA	UNIFIL	UEL
Modalidade	Educação Presencial	Educação Presencial
Início	02/02/1972	18/02/1972
Carga horária mínima	4000	4180
Natureza jurídica	privada	pública
Periodicidade	semestral	anual
Vagas anuais autorizadas	150	80

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

LEGENDA:

UNIFIL: Centro Universitário Filadélfia.

UEL: Universidade Estadual de Londrina.

Ao analisarmos o Quadro 11, encontramos uma pequena amostra do que tem ocorrido com os cursos de ensino superior no país, aqui em particular com os cursos de graduação em Psicologia. Ou seja, o número de vagas autorizadas anualmente é significativamente maior nas IES privadas, e em contrapartida, a carga horária mínima é menor nessas mesmas instituições.

Sobre a periodicidade dos cursos, as IES particulares em sua maioria funcionam de forma semestral. Esses quesitos comparados aqui entre a UNIFIL e a UEL, vão se manifestar, muitas vezes com maiores proporções, quando analisamos todas as instituições. Isso ocorre porque o número de IES privadas é superior ao número de IES públicas. Atualmente no Paraná, 94,37% dos cursos de Psicologia são ofertados em IES privadas e 5,63% em IES públicas (Figura 13).

FIGURA 13 – COMPARATIVO REFERENTE A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NO PARANÁ: IES PÚBLICAS X IES PRIVADAS



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

A seguir apresentamos a linha do tempo (Figura 14) referente a evolução da criação dos cursos de Psicologia que permanecem em atividade no Estado. Estamos considerando essa observação devido ao fato de que em 2003 também foi iniciado o curso de graduação em Psicologia (Bacharelado) da Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná – FEMPAR, não sendo este curso considerado na presente pesquisa por se encontrar “em extinção” voluntária. Essa informação foi encontrada no portal do e-MEC pela primeira vez em 2017, permanecendo sem alteração desde então.

FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CRIADOS E ATIVOS NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Observa-se que após quase quatro décadas da regulamentação da profissão de psicólogo(a) no Brasil, bem como de quase três décadas do início do primeiro curso no Paraná em sua capital, na PUCPR, como assinalado anteriormente, foram autorizados e iniciados (quase um curso de graduação em Psicologia por ano no período de 2001 a 2011) em outras oito IES de Curitiba, todas privadas.

Em 2001 a Universidade Positivo – UP, inaugurou seu curso de Psicologia. Em 27 de julho de 2003 deu-se início ao curso na antiga Faculdade Dom Bosco, hoje Centro Universitário Dom Bosco. Em 2007 foram mais duas IES, em 01 de janeiro, a Faculdade Integradas do Brasil-UNIBRASIL, e em 12 de fevereiro a Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACECEL. Posteriormente em 18 de agosto de 2008 iniciou-se o curso do Centro Universitário Franciscano do Paraná - FAE. Em 09 de fevereiro de 2009 teve início o curso no Centro Universitário Campus de Andrade – UNIANDRADE. Em 21 de novembro de 2011 deu-se início ao curso de Psicologia da Faculdade Pequeno Príncipe.

No período de 2011 e 2017 não houve início de nenhum novo curso de Psicologia na capital paranaense. Esse cenário muda a partir de 2018 com a criação de 4 novos cursos nas seguintes datas e IES: Faculdade Herrero (FATEC), em 10 de janeiro; Centro Universitário UniCuritiba (UniCuritiba)¹², em 02 de julho; Faculdade Adventista Paranaense (IAP) em 30 de julho, e, Centro Universitário do Paraná (UniFesp), em 06 de agosto.

Em 2019, Curitiba recebeu 3 novos cursos de Psicologia, sendo ofertados nas seguintes IES: Faculdade Cesumar (CESUMAR), com início 1º de fevereiro; Faculdade Estácio de Curitiba (ESTÁCIO CURITIBA), com início em 25 de fevereiro; Faculdade de Tecnologia de Curitiba (FATEC/PR), iniciado em 5 de agosto.

Respectivamente em 2020, tivemos 2 cursos iniciados, um no dia 17 de fevereiro na Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP/PR) e o outro no dia 18 de fevereiro na Faculdade Paranaense (FAPAR). Ainda em 2020, embora criados, ainda não foram iniciados outros dois cursos de Psicologia em Curitiba; eles serão ofertados nas seguintes instituições: Centro Universitário OPET e Centro Universitário do Paraná (UniFesp).

O número total de vagas autorizadas para os cursos de Psicologia nas 69 IES do Paraná é de 9.394 (nove mil trezentos e noventa e quatro). Desse total 40,13% estão na capital e região metropolitana e 59,86% se encontram nos demais municípios, conforme Quadro 12. No mesmo Quadro é possível verificar que a maioria dos cursos é de periodicidade semestral (76,05%) e 23,94% é de

¹² No e-MEC a IES aparece duas vezes com o mesmo nome, havendo diferença na utilização das letras (maiúscula e minúsculas, bem como na data de criação e início do curso), mas os dados referentes ao logradouro são os mesmos.

periodicidade anual. Vale dizer que o fato de ser autorizada a oferta desse número de vagas anualmente, não implica que todas elas sejam ocupadas, e ainda, ao longo do ano é comum haver mudanças de curso por parte dos acadêmicos, ou até mesmo desistências.

QUADRO 12 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (BACHARELADO) NO PARANÁ
(continua)

MUNICÍPIO	NOME DA IES	AC	AI	VAA	CH MIN.	P/I
CURITIBA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	1969	1969	360	4.005	SEM
LONDRINA	CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA	1972	1972	150	4.000	AN
CURITIBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	1972	1972	80	4.000	SEM
LONDRINA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	1971	1972	80	4.180	AN
CURITIBA	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	1973	1973	400	4.040	SEM
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	1979	1979	80	4.994	AN
MARINGÁ	UNIVERSIDADE CESUMAR	1999	1999	100	4.791	AN
CASCADEL	FACULDADE DE CASCADEL	2001	2001	100	4.000	SEM
CURITIBA	UNIVERSIDADE POSITIVO	2000	2001	520	4.000	AN
CASCADEL	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ (52073)	2002	2002	80	4020	AN
CURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM-BOSCO	2003	2003	450	4.040	SEM
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	2002	2003	130	4.080	AN
FOZ DO IGUAÇU	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIÃO DAS AMÉRICAS	2002	2003	100	4.135	SEM
IRATÍ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	2003	2004	30	4.176	AN
PATO BRANCO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO	2004	2004	100	4.000	SEM
UMUARAMA	UNIVERSIDADE PARANAENSE	--	2004	85	--	AN
FOZ DO IGUAÇU	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FÓZ DO IGUAÇU	2005	2005	80	4.000	SEM
LONDRINA	FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	2005	2005	200	4000	SEM
CASCADEL	UNIVERSIDADE PARANAENSE	1999	2005	84	4.000	AN
FOZ DO IGUAÇU	CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS	2006	2006	200	4000	SEM
GUARAPUAVA	CENTRO UNIVERSITÁRIO GUAIRACA	2006	2006	240	4.000	SEM
PONTA GROSSA	FACULDADE SANT ANA	2005	2006	60	4.080	SEM
JANDAIA DO SUL	FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	2006	2007	80	4.520	SEM
CURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL	2006	2007	150	4.000	SEM
TOLEDO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2006	2007	120	4.005	SEM
CURITIBA	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	2008	2008	120	4.326	SEM

QUADRO 12 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (BACHARELADO) NO PARANÁ
(continuação)

MUNICÍPIO	NOME DA IES	AC	AI	VAA	CH MIN.	PI
GUARAPUAVA	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	2007	2008	80	4.080	SEM
CURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	2008	2009	200	4.182	SEM
LONDRINA	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA	2008	2009	200	4.210	SEM
CAMPO MOURÃO	FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO	2010	2010	80	4.000	SEM
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE MARINGÁ	--	2010	100	4.800	SEM
LONDRINA	UNIVERSIDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	2010	2011	150	4.000	SEM
APUCARANA	FACULDADE DE APUCARANA	2010	2011	80	4.112	SEM
CURITIBA	FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	2010	2011	100	4.464	SEM
LONDRINA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2011	2012	180	4.010	SEM
FRANCISCO BELTÃO	UNIVERSIDADE PARANAENSE	2013	2014	80	4.800	AN
CAMPO MOURÃO	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO- CEI	2013	2014	60	4.000	SEM
UNIÃO DA VITÓRIA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	2013	2014	100	4.000	SEM
PONTA GROSSA	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	--	2016	100	4.000	SEM
PONTA GROSSA	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	2016	2016	120	4.000	AN
PARANAVAÍ	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE	2016	2016	150	4.000	SEM
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	2016	2017	100	4.120	SEM
IVAIPORÃ	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	2016	2017	60	4.000	SEM
CURITIBA	FACULDADE HERRERO	2018	2018	50	4.000	SEM
IVATUBA	FACULDADE ADVENTISTA PARANAENSE	2018	2018	120	5.681	AN
CURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ	2018	2018	100	4.024	SEM
MARINGÁ	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2017	2018	150	4.101	SEM
TELÊMACO BORBA	FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	2017	2018	60	4.116	SEM
CORNÉLIO PROCÓPIO	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	2017	2018	80	5.670	SEM
CURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA - UNICURITIBA	14/3/18	2018	200	4.110	SEM
LONDRINA	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	2016	2018	150	4.000	AN

QUADRO 12 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (BACHARELADO) NO PARANÁ
(conclusão)

MUNICÍPIO	NOME DA IES	AC	AI	VAA	CH MIN.	P/I
ARAPONGAS	UNIVERSIDADE PITÁGORAS DE ARAPONGAS	2018	2019	120	4.000	SEM
CURITIBA	FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA	2018	2019	120	4196	SEM
LONDRINA	FACULDADE POSITIVO LONDRINA	2019	2019	120	4000	SEM
CURITIBA	FACULDADE TECNOLÓGICA DE CURITIBA	2019	2019	100	4120	SEM
ARAPONGAS	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE ARAPONGAS	2018	2019	240	4686	SME
PONTA GROSSA	FACULDADE INTEGRADA DE PONTA GROSSA	2017	2019	150	5000	AN
CURITIBA	FACULDADE CESUMAR	2018	2019	200	4000	AN
CASCADEL	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL	2018	2019	120	4.200	SEM
CURITIBA	FACULDADE PARANAENSE	2019	2020	100	4000	SEM
MARECHAL CÂNDIDO RONDO	FACULDDAE DE ENSINO SUPERIOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	2020	2020	50	4500	SEM
ASSIS CHATEAUBRIAND	CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE	2019	2020	100	4000	AN
CURITIBA	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	--	2020	200	4.010	SEM
BANDEIRANTES	UNIVERSIDADE PITÁGORAS DE BANDEIRANTES	2020	--	50	4.000	SEM
IPORÃ	FACULDDAE DE IPORÃ PARANÁ	2018	--	75	4256	SEM
PATO BRANCO	FACULDADE MATER DEI	2020	--	100	8400	SEM
MARINGÁ	FACULDADE SANTA MARIA DA GLÓRIA	2018	--	200	4842	SEM
CURITIBA	FACULDADE FIDELIS	--	--	100	4000	SEM
CURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET	2020	--	120	4000	SEM

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

LEGENDA: IES: Instituição de Ensino Superior; AC: Ano de criação do cursos; AI: Ano de início do curso; VAA: Número de vagas anuais autorizadas; CH MIN: Carga horária mínima; P/I: Periodicidade/Integralidade.

IV.3 CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE PSICOLOGIA

Uma das características do quadro de docentes de cada curso do ensino superior, de acordo com o Art. 52 da LDB (9.394/96), é que ele tenha em sua composição um terço de professores “com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado” (p.26). Já no Plano Nacional de Educação-PNE (BRASIL, 2015), no que concerne aos títulos dos docentes do ensino superior e a sua qualificação profissional, está colocado que para esse nível de ensino:

A meta estabelecida para o percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior é de 75%. [...] Quanto ao percentual de docentes com doutorado, a meta a ser alcançada é de 35% (BRASIL, 2015, p. 225).

Assim, mostramos a seguir o cenário atual no aspecto do avanço na qualificação do corpo docente dos cursos de Psicologia do Paraná. Quanto a composição do corpo docente, 19 das IES consultadas não disponibilizavam em suas páginas virtuais, ou não foi possível encontrar, nem informações referentes ao corpo docente dos cursos de psicologia, nem sobre a coordenação dos cursos. Essa falta de informação vai de encontro ao estabelecido do Art. 47 da LDB (9.394/96), que apresenta no §1º desse Art.:

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente: (Redação dada pela lei nº 13.168, de 2015)

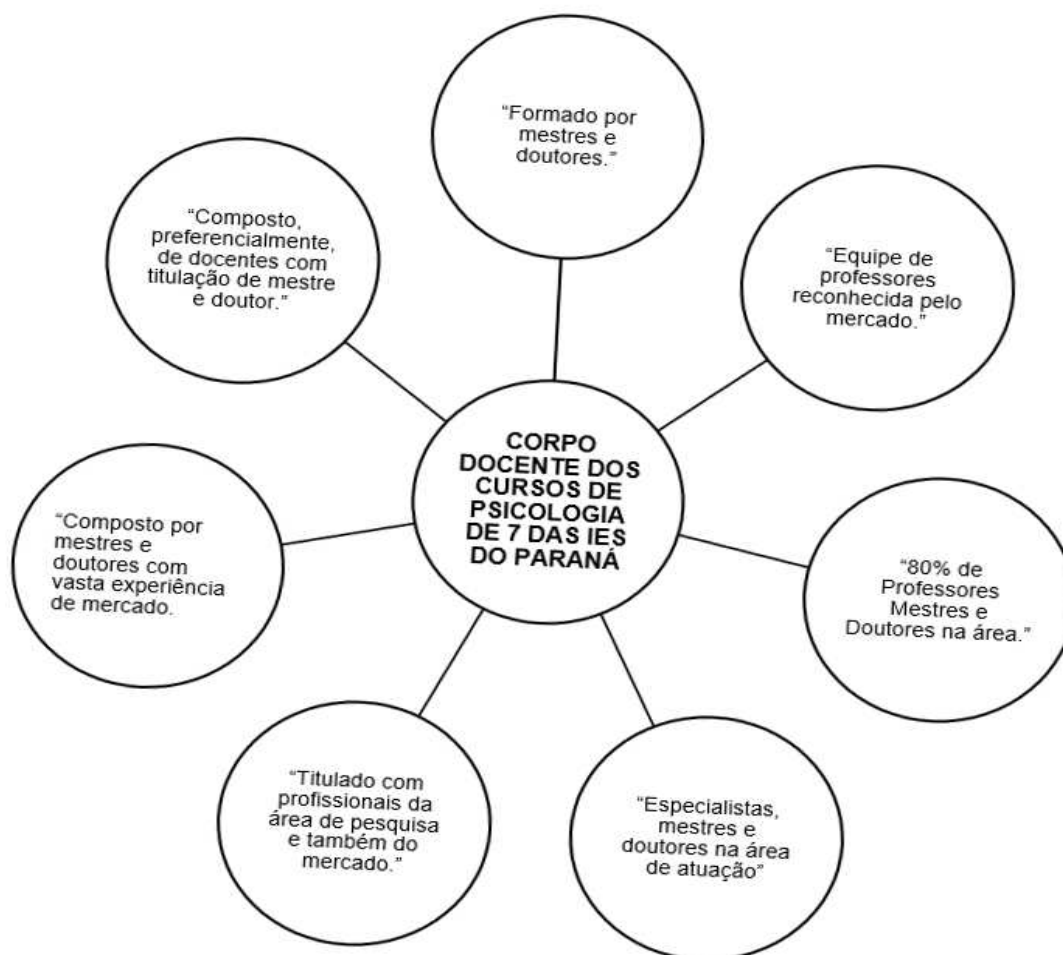
I - em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

a) toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título "Grade e Corpo Docente" [...] (BRASIL, 1996, p. 24-25)

Um total de 24 das 69 IES encontram-se em parte como aquelas mencionadas anteriormente, ou seja, não forneceram informações específicas em seus sítios eletrônico sobre a composição do quadro de professores dos cursos de graduação em Psicologia, mas constava em seus sites o nome do(a) coordenador(a), bem como o contato, em alguns casos e-mail e telefone, em outros casos apenas o e-mail.

Ainda sobre essas Instituições de Ensino Superior que apresentavam ao menos o contato junto à coordenação, 7 delas, mesmo não disponibilizando o quadro de docentes ofereciam informações genéricas sobre as qualidades dos mesmos, apontando que o quadro de professores do curso de psicologia daquela instituição, era composto, em sua maioria, por professores mestres e doutores com experiência no mercado, como apresentamos na Figura 15.

FIGURA 15 – INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS EM SEUS SITES OFICIAIS SOBRE O CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DE 7 DAS IES DO PARANÁ



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Conseguimos colher informações no site de 26 das 69 IES de graduação em Psicologia do Paraná. Ao acessar os sites encontramos neles, além de informações sobre a coordenação dos cursos, também o quadro referente a composição do corpo docente. No entanto, na maioria delas não havia informação sobre a titulação desses professores, o que nos levou a buscá-las na Plataforma Lattes.¹³

¹³“A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da

A partir das informações levantadas nessas 26 Instituições de Ensino Superior, que apresentavam a composição do quadro do corpo docente de seus cursos de Psicologia, chegamos a um total de 467 (quatrocentos e sessenta e sete) docentes, dos quais 61 são especialistas, 219 mestres, 174 doutores e 13 pós-doutores, conforme Quadro 13 e Figura 16.

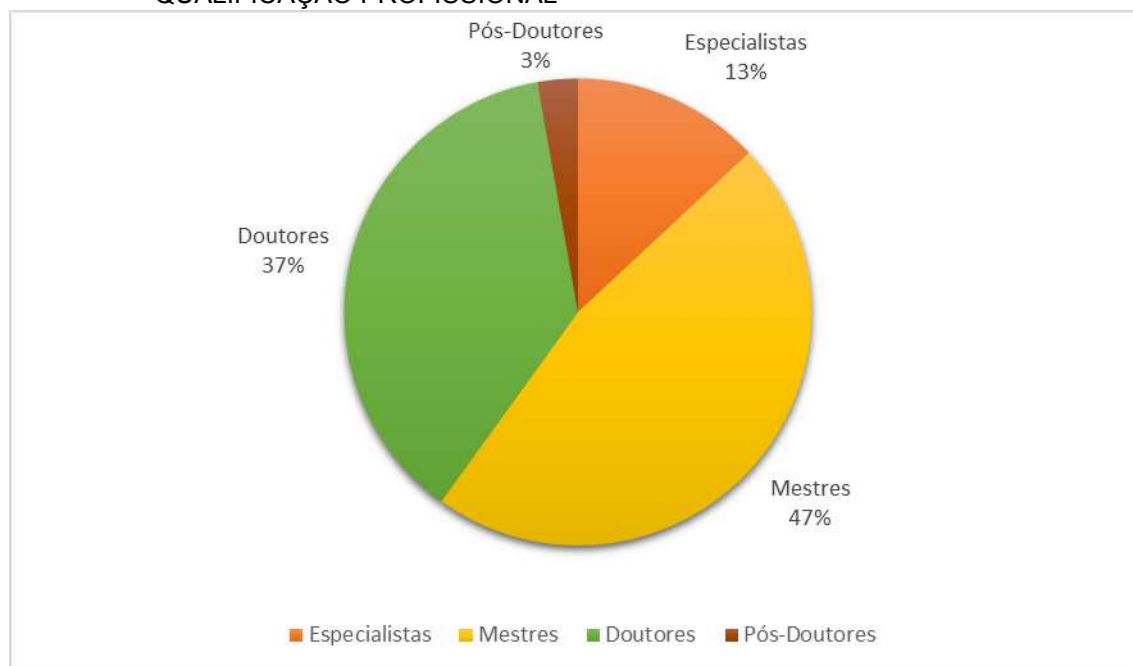
QUADRO 13 – CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM OS DADOS DISPONÍVEIS NOS SITES DAS IES ANALISADAS

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	TITULAÇÃO			
	ESP.	MES.	DR(A)	PÓS-DOC
CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE	2	6	0	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	5	3	0	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO	0	8	0	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	8	18	4	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO - CEI	0	10	1	0
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	3	20	1	0
FACULDADE DE APUCARANA	7	6	5	0
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	0	9	9	0
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	3	6	0	0
FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	3	5	3	0
FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	3	12	0	0
FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	5	1	1	0
FACULDADE HERRERO	0	10	4	0
FACULDADE MATER DEI	1	6	0	0
FACULDADE SANT ANA	5	13	3	1
FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO	3	4	2	0
FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	4	7	3	0
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	2	9	2	0
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FÓZ DO IGUAÇU	5	4	0	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ-CURITIBA	0	18	13	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - MARINGÁ	0	6	6	0
UNIVERSIDADE CESUMAR	2	20	5	2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	0	4	43	9
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	0	4	28	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	0	9	13	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	0	1	28	0
TOTAL	61	219	174	13

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

LEGENDA: ES: Especialista; MES: Mestre; DR(A):Doutor(a); PÓS-DOC: Pós-doutor(a).

FIGURA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM A MAIOR TITULAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Após a identificação dos 467 (docentes, dos cursos de Psicologia do Estado do Paraná, buscamos separá-los de acordo com a categoria administrativa das IES, pública ou privada, a partir dos dados disponíveis em suas páginas virtuais. (Vide Quadros 14 e 15).

QUADRO 14 – CARACTERÍSTICAS DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DAS IES DO ESTADO DO PARANÁ

(continua)

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	TITULAÇÃO			
	ESP.	MES.	DR(A)	PÓS-DOC
CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE	2	6	0	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	5	3	0	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO	0	8	0	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	8	18	4	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO - CEI	0	10	1	0
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	3	20	1	0
FACULDADE DE APUCARANA	7	6	5	0
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	0	9	9	0
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	3	6	0	0
FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	3	5	3	0
FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	3	12	0	0

QUADRO 14 – CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DAS IES PARTICULARES DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM OS DADOS DISPONÍVEIS EM SUAS PÁGINAS VIRTUAIS

(conclusão)

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	TITULAÇÃO			
	ESP.	MES.	DR(A)	PÓS-DOC
FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	5	1	1	0
FACULDADE HERRERO	0	10	4	0
FACULDADE MATER DEI	1	6	0	0
FACULDADE SANT ANA	5	13	3	1
FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO	3	4	2	0
FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	4	7	3	0
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	2	9	2	0
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FÓZ DO IGUAÇU	5	4	0	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ-CURITIBA	0	18	13	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - MARINGÁ	0	6	6	0
UNIVERSIDADE CESUMAR	2	20	5	2
TOTAL	61	201	62	4

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

LEGENDA: ES: Especialista; MES: Mestre; DR(A):Doutro(a); PÓS-DOC: Pós-doutor(a).

Após a separação dos docentes dos cursos de Psicologia do Estado do Paraná de acordo com a categoria administrativa das IES, obtivemos a seguinte distribuição:

- a) Dos 328 docentes das IES particulares, 61 são especialistas, 201 mestres, 62 doutores e 4 pós-doutores.
- b) Dos 139 docentes das IES públicas, 18 são mestres, 112 doutores e 9 pós-doutores.

QUADRO 15 - CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DAS IES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM OS DADOS DISPONÍVEIS EM SUAS PÁGINAS VIRTUAIS

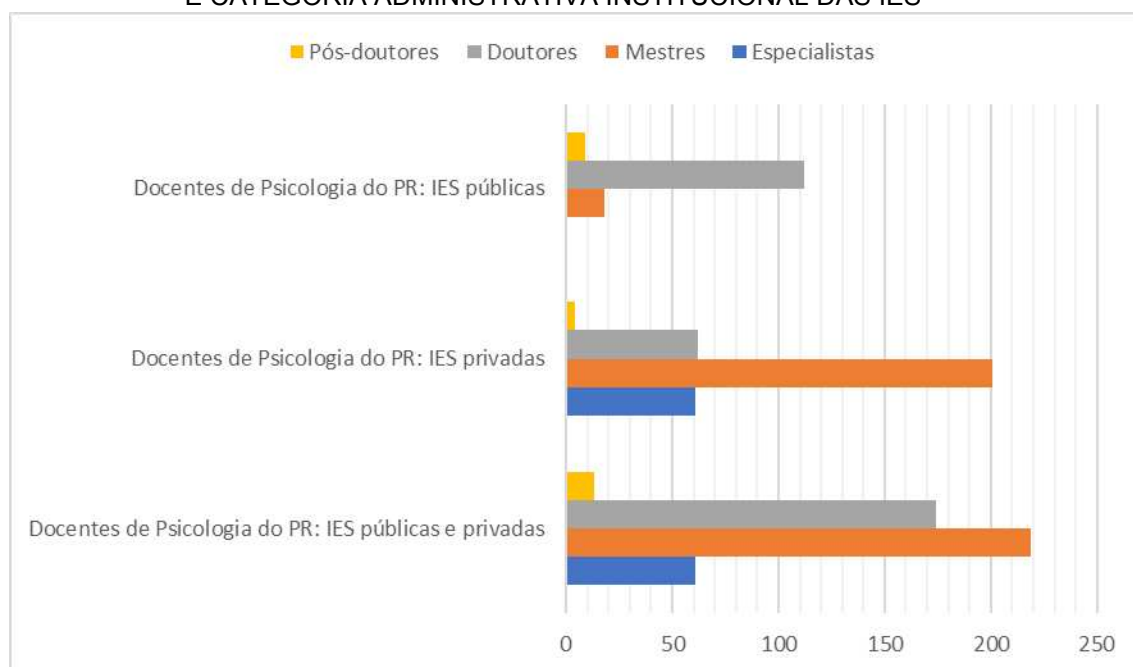
NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	TITULAÇÃO			
	ESP.	MES.	DO(A)	PÓS-DOC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	0	4	43	9
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	0	4	28	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	0	9	13	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	0	1	28	0
TOTAL	0	18	112	9

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

LEGENDA: ES: Especialista; MES: Mestre; DR(A):Doutro(a); PÓS-DOC: Pós-doutor(a).

Na Figura 17, apresentamos como se encontra a distribuição dos docentes dos cursos de graduação em Psicologia paranaenses. Nele é possível visualizar um comparativo no que tange a concentração de docentes por titulações acadêmicas – compreendendo as seguintes terminologias: especialistas, mestres, doutores e pós-doutores – no Paraná, bem como a diluição dessa distribuição entre as Instituições de Ensino Superior públicas e particulares do Estado.

FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ DE ACORDO COM SUAS TITULAÇÕES E CATEGORIA ADMINISTRATIVA INSTITUCIONAL DAS IES



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Os resultados referentes à titulação dos docentes dos cursos de Psicologia do Paraná, revelam que sobre o que traz a LDB (9.394/96) e o PNE/2014-2024 (BRASIL, 2015), tomando como referência as Instituições de Ensino Superior que publicizam os dados sobre o corpo docente dos seus cursos de graduação em Psicologia em seus sítios eletrônicos, em uma análise de todos os cursos reunidos (IES públicas e particulares), vamos encontrar a seguinte distribuição sobre a maior titulação dos docentes:

- a) 13% dos docentes são especialistas;
- b) 47% dos docentes são mestres;

- c) 37% dos docentes são doutores;
- d) 2,7% dos docentes são pós-doutores.

Analisando as Instituições de Ensino Superior (IES) em blocos separados de acordo com a categoria administrativa vamos nos deparar com um número de doutores nas IES particulares bem inferior a meta estabelecida, conforme Quadro 16. Ou seja, se por um lado temos verificado a expansão veloz e ininterrupta na oferta de cursos de Psicologia em IES particulares e o aumento do número de vagas, por outro lado a expansão da melhoria na qualificação dos professores não anda no mesmo ritmo. Esse resultado piora quando analisamos cada uma das IES individualmente. Na Quadro 16, apresentamos as características gerais da titulação dos professores dos cursos de graduação em Psicologia no Paraná.

QUADRO 16 – CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ

TITULAÇÃO	DAS 22 IES PARTICULARES		DAS 4 IES PÚBLICAS	
	Nº Profs.	%	Nº Profs.	%
ESPECIALISTA	61	18,6	0	0
MESTRE(A)	201	61,2	18	12,9
DOUTOR(A)	62	19,0	112	80,6
PÓS-DOUTORADO	4	1,2	9	6,5
TOTAL	328	100	139	100

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

LEGENDA: Nº Profs.: Número de professores.

No que concerne às IES de categoria administrativa pública, os resultados apontam que as metas sobre a melhoria na qualificação docente foram superadas. Temos de um lado IES públicas que se mostram avançadas em relação a qualificação do corpo docente, mas com número de cursos de graduação em Psicologia e número de vagas para estudantes bem inferiores aos números das IES particulares. De outro lado, temos IES particulares que se expandem sem precedentes, com número de vagas surpreendentemente maiores que as vagas em IES públicas, mas que não mostram resultados equivalentes em relação a melhoria na qualificação docente.

O tripé da educação superior está pautado no ensino, na pesquisa e na extensão, implicando assim na necessidade de professores qualificados para esse

ensino, comprometidos com a produção de novos conhecimentos que possam contribuir com a sociedade e o seu desenvolvimento.

Ao olhar o corpo docente dos cursos de graduação em Psicologia do Paraná como um todo, vamos enxergar um corpo docente qualificado para formar novos psicólogos e psicólogas. Mas quando aproximamos o nosso olhar dos dados encontrados, e examinamo-los com a ajuda de uma lupa, vamos nos deparar com uma disparidade preocupante. Ao contrário das IES públicas (que se encontram em um nível de excelência no quesito qualificação docente) com o seguinte quadro: 1 IES tem 22 professores, dos quais 40,9% são mestres e 50% são doutores, 1 IES tem 29 professores dos quais 3,4% são mestres e 96,5% são doutores, 1 IES tem 32 professores, dos quais 12,5% são mestres e 87,5% são doutores, e 1 IES tem 56 professores, dos quais 7,1% são mestres, 76,7% são doutores e 16% são pós-doutores. Ou seja, não há especialistas compondo o quadro de professores das IES públicas.

O cenário apresentado anteriormente em relação às IES públicas que ofertam o curso de graduação em Psicologia, é bem distinto daquele encontrado nas IES particulares, nessas instituições encontramos diferenças quanto ao número de professores: 2 IES têm apenas 7 professores, 3 IES têm 8 professores, 3 IES têm 9 professores, 2 IES têm 11 professores, 1 IES tem 12 professores, 1 IES tem 13 professores, 2 IES têm 14 professores, 1 IES tem 15 professores, 2 IES têm 18 professores, 1 IES tem 22 professores, 1 IES tem 24 professores, 1 IES tem 29 professores, 2 IES têm 31 professores, conforme Quadro 17.

QUADRO 17 - TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ

(continua)

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PERCENTUAL DE DOCENTES EM CADA IES, POR CURSO, DE ACORDO COM SUAS TITULAÇÕES								TOTAL
	Esp.	%	Me.	%	Dr(a)	%	Pós-doc.	%	
FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	5	71,4	1	14,2	1	14,2	0	0	7
FACULDADE MATER DEI	1	14,2	6	85,7	0	0	0	0	7
CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE	2	25	6	75	0	0	0	0	8

QUADRO 17 – TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ

(continuação)

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PERCENTUAL DE DOCENTES EM CADA IES, POR CURSO, DE ACORDO COM SUAS TITULAÇÕES								TOTAL
	Esp.	%	Me.	%	Dr(a)	%	Pós-doc.	%	
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	5	62,5	3	37,5	0	0	0	0	8
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO	0	0	8	100	0	0	0	0	8
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	3	33,3	6	66,6	0	0	0	0	9
FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO	3	33,3	4	44,4	2	22,2	0	0	9
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FÓZ DO IGUAÇU	5	55,5	4	44,4	0	0	0	0	9
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO - CEI	0	0	10	90,9	1	9	0	0	11
FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	3	27,2	5	45,4	3	27,2	0	0	11
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - MARINGÁ	0	0	6	50	6	50	0	0	12
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	2	15,3	9	69,2	2	15,3	0	0	13
FACULDADE HERRERO	0	0	10		4		0	0	14
FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	4	28,5	7	50	3	21,4	0	0	14
FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	3	20	12	80	0	0	0	0	15
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	0	0	9	50	9	50	0	0	18
FACULDADE DE APUCARANA	7	38,8	6	33,3	5	27,7	0	0	18
FACULDADE SANT ANA	5	22,7	13	59	3	13,6	1	4,5	22
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	0	0	9	40,9	13	59	0	0	22
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	3	12,5	20	83,3	1	4,1	0	0	24
UNIVERSIDADE CESUMAR	2	6,8	20	68,9	5	17,2	2	6,8	29
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	0	0	1	3,4	28	96,5	0	0	29

QUADRO 17 – TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ

(conclusão)

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PERCENTUAL DE DOCENTES EM CADA IES, POR CURSO, DE ACORDO COM SUAS TITULAÇÕES								TOTAL
	Esp.	%	Me.	%	Dr(a)	%	Pós-doc.	%	
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	8	25,8	18	58	4	12,8	1	3,2	31
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ-CURITIBA	0	0	18	58	13	41,9	0	0	31
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	0	0	4	12,5	28	87,5	0	0	32
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	0	0	4	7,1	43	76,7	9	16	56
TOTAL	61		219		174		13		467

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

NOTA: Devido aos arredondamentos, os valores deste e de alguns outros quadros podem não somar precisamente 100%.

IV.4 ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

Um(a) psicólogo(a) graduado(a) encontra-se habilitado(a) para a prática profissional nas áreas de atuação das especialidades apresentadas no Art. 3º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia de nº 13, de 14 de setembro de 2007, atualizada pela Resolução de nº 18, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019, p. 2). As especialidades descritas no documento são:

- I - Psicologia Escolar/Educacional;
- II - Psicologia Organizacional e do Trabalho;
- III - Psicologia de Trânsito;
- IV - Psicologia Jurídica;
- V - Psicologia do Esporte;
- VI - Psicologia Clínica;
- VII - Psicologia Hospitalar;
- VIII - Psicopedagogia;
- IX - Psicomotricidade;
- X - Psicologia Social;

- XI - Neuropsicologia;
- XII - Psicologia em Saúde;
- XIII - Avaliação Psicológica.

Percebe-se que as especialidades na área da Psicologia estão em constante expansão no Brasil. E as já existentes permanecem evoluindo. Isso implica que, atualizar-se continuamente em relação as inovações teóricas e práticas de sua área, bem como, em relação as transformações tecnológicas científicas, torna-se uma necessidade com a qual o profissional da Psicologia é convidado a se comprometer, pois essa atualização contínua poderá interferir diretamente na sua performance profissional.

Refletir sobre as questões relacionadas ao exercício profissional futuro, vai ao encontro da escolha do campo de atuação que o estudante de Psicologia terá que fazer em algum momento de sua formação. Por isso mesmo, é que previamente as Ênfases Curriculares do curso no qual está inserido, devem ser consideradas.

Analisando as 63 Instituições de Ensino Superior (IES) que se encontram ativas e iniciadas no Paraná, foi possível levantar uma grande variedade de Ênfases Curriculares (EC) nas páginas eletrônicas reservadas para tais cursos, englobando diferentes abordagens teórico-metodológicas, os estágios obrigatórios e eletivos de cada IES, e indo ao encontro dos espaços de inserção do(a) psicólogo(a) no mercado de trabalho.

IV.5 ÊNFASE CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ

A organização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação em Psicologia deve apresentar:

[...] pelo menos duas ênfases curriculares, que possibilitem a escolha do estudante, e que se constituam em 'um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia'; as ênfases não devem representar tendências à especialização, nem devem fugir às competências e habilidades contempladas no núcleo comum de formação,

mas representar um recorte delas, compatível com as demandas sociais e com as características da instituição de ensino (CFP, 2018, p. 26).

Sobre a(s) Ênfase(s) Curriculares da formação do psicólogo no Paraná, buscou-se por essas informações nos endereços eletrônicos, de todas as IES do Estado. No entanto, das 69 instituições consultadas, 3 não disponibilizavam a informação que procurávamos ou seus endereços eletrônicos não estavam disponíveis, ou ainda, apresentaram erro nas diferentes tentativas de acesso. Estamos nos referindo às seguintes IES: Faculdade de Cascavel; Faculdade Integrada de Ponta Grossa; e Instituto de Ensino Superior de Londrina.

Ao final do levantamento dos dados referente às Ênfases Curriculares dos cursos de Psicologia do Paraná, conseguimos as informações de 66 dos 69 cursos listados no e-MEC como ativos e iniciados no Estado paranaense.

Após a coleta de todas as Ênfases Curriculares dos cursos de graduação Bacharelado em Psicologia disponíveis nos *sites* das IES do Paraná, geramos uma Nuvem de Palavras¹⁴ (NP) com o intuito de verificar quais foram os termos que mais se destacaram.

A análise da Nuvem de Palavras possibilitou uma leitura rápida e eficaz, dos termos que compunham os títulos das Ênfases Curriculares dos cursos de Psicologia do Paraná, representando uma alternativa adicional de análise do conteúdo coletado. Os resultados encontrados indicam que psicólogos e psicólogas vêm tendo a possibilidade de escolher entre distintas áreas de atuação no seu campo de formação conforme apresentado na (Figura 18). Ainda se encontra em destaque a oferta daquelas Ênfases Curriculares tradicionais da psicologia: Clínica; Organizacional e Educacional. Entre eles a Saúde também aparece, indicando já a emergência de interesses na área da saúde que teve um aparecimento mais forte na primeira década deste século. Ao lado também destacam-se em equivalência as áreas Social e Jurídica.

¹⁴ “um tipo de visualização, assim como os gráficos, bem própria da era digital, que democratizou uma série de ferramentas e capacidades analíticas para a pessoa comum. [...] cada palavra tem seu tamanho regido pela relevância em determinado corpus de texto. Geralmente se trata de contagem simples das ocorrências de determinada palavra no texto.” (SILVA, 2013. p. 1).

QUADRO 18 – CATEGORIZAÇÃO DAS ÊNFASES CURRICULARES DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO PARANÁ

ÊNFASES CURRICULARES IDENTIFICADAS	Quant.
Psicologia Organizacional, do Trabalho e Institucional	40
Processos Clínicos	32
Prevenção e Promoção da Saúde	27
Desenvolvimento Humano e Processos Educativos	22
Psicologia Social	11
Processos Psicossociais	10
Psicologia Hospitalar	8
Psicologia Jurídica, Forense, Judiciária e Direitos Humanos	8
Pesquisa/ Investigação Científica	8
Formação Generalista	5
Psicologia Comunitária	4
Psicologia Social Comunitária	2
Aspectos Sócio-Político-Econômicos	1
Teoria Histórico-Cultural	1
Psicologia Esporte	1
Assistência	1

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

IV. 6 BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo sobre os cursos de Psicologia existentes no Paraná, foram encontrados no total, pelo portal e-MEC, 71 cursos ativos que estão localizados em 7 das 10 mesorregiões do Estado, distribuídos em 26 dos seus 399 municípios. Em uma observação mais apurada, verificou-se que dois desses cursos apareciam duplicados (Centro Universitário Assis Gurgacz e Centro Universitário UniCuritiba), por este motivo foram computados apenas 1 única vez, chegando-se a 69 cursos.

Desses 69 cursos, 63 estão ativos e iniciados e, 6 estão ativos porém as suas primeiras turmas não foram ainda começadas, até maio de 2021. Nessa situação, estão os cursos das seguintes IES: Universidade Pitágoras (Unopar) – Bandeirantes; Faculdade Mater Dei (FMD) – Pato Branco; Faculdade Santa Maria da Glória (SMG) – Maringá; Faculdade Fidelis (FF) – Curitiba; Centro Universitário (OPET/UNIOPET) – Curitiba; Faculdade de Iporã (FIP) – Iporã.

Do total de 69 cursos, encontram-se em Curitiba 19 cursos de Psicologia, dos quais 18 são ativos e iniciados. Os demais 50 cursos no Paraná estão distribuídos em outras 6 mesorregiões do Estado.

Administrativamente falando, quatro Instituições de Ensino Superior são públicas, são elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual

de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) localizada em Guarapuava, e as demais 65 IES são particulares.

Sobre a organização acadêmica temos 2 Institutos de Ensino Superior; 27 Faculdades; 19 Universidades e 21 Centros Universitários. O regime letivo da maioria dos cursos acontece de modo semestral. Anualmente são ofertadas em torno de 9.394 vagas para o curso de Psicologia em todo o Estado paranaense.

Entre os cursos mais antigos estão o da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em Curitiba, iniciado no ano de 1969; o da Universidade Federal do Paraná (UFPR), iniciado em 1972 em Curitiba; dois cursos na cidade de Londrina, o do Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), e o da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ambos iniciados em 1972; e o curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em Curitiba, iniciado no ano de 1973.

Desde a autorização e regulamentação do curso de Psicologia e profissão de psicólogo(a) no Brasil, o número de cursos de Psicologia ativos no Paraná cresceu significativamente, e esta expansão compreende, em sua maioria, IES privadas, nas quais estão atualmente 94,37% dos cursos de Psicologia ofertados, e apenas 5,63% em IES públicas.

No que se refere ao quadro de docentes dos cursos analisados os achados revelaram que 13% dos docentes dos cursos de Psicologia do Paraná são especialistas; 47% dos docentes são mestres; 37% dos docentes são doutores; 2,7% dos docentes são pós-doutores. Ao se analisar os números de acordo com a categoria administrativa das instituições, identificamos que o número de doutores das IES públicas é bem maior do que nas IES particulares. Embora venha ocorrendo uma expansão acelerada dos cursos nas IES particulares, há lentidão no que tange à qualificação dos professores. Verificando as IES particulares de modo individual constatamos que na maioria dos seus cursos no que tange à titulação dos professores há maior presença de especialistas em boa parte delas.

Assim, em se tratando das IES públicas, sobre as características do corpo docente há um alto nível de titulação. Identificam-se mestres e doutores nas IES públicas, e a ausência de especialistas como docentes dos cursos de Psicologia; e nas IES particulares há uma escassez de mestres e doutores.

Quanto às matrizes curriculares dos 63 cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) ativas e iniciadas no Paraná, identificamos a partir das Ênfases Curriculares (EC) uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas, como: Psicologia Organizacional e do Trabalho, Processos Clínicos, Prevenção e Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano, Psicologia Social e Processos Psicossociais, entre as predominantes nas IES, (Conforme Quadro 18).

Ainda sobre as Ênfases Curriculares da formação do(a) psicólogo(a) no Paraná, ao final do levantamento dos dados referentes a esta questão identificou-se por meio da análise da Nuvem de Palavras (Ver Figura 18) os termos com maior evidência foram: clínica; clínicos; processos; organizacional, saúde, social, hospitalar, escolar, educacionais, jurídica. Numa análise contemplando não mais os termos separados, e sim, a frequência dos títulos das Ênfases Curriculares, encontramos uma prevalências das áreas tradicionais em relação às demais áreas da Psicologia. Os principais destaques foram para as seguintes áreas: Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia Clínica; Psicologia da Saúde; Psicologia Escolar/Educacional e Psicologia Social, nessa ordem.

CAPÍTULO V

PSICOLOGIA (SOCIAL) COMUNITÁRIA E DISCIPLINAS ANÁLOGAS

O presente capítulo faz considerações a respeito dos desdobramentos na área da Psicologia que culminaram na atuação dos(as) profissionais da psicologia em comunidades e na institucionalização da PSC como disciplina importante para a prática social transformadora.

V.1 APROXIMAÇÕES E “CRISE” NO CAMPO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Para entendermos a relação entre Psicologia, Psicologia Social (PS) e Psicologia Social Comunitária (PSC), se faz necessário compreender como a Psicologia Social foi sistematizada ainda na década de 1950 embasada em duas tendências consideradas dominantes naquele contexto histórico: uma na tradição pragmática dos Estados Unidos e a outra na tradição filosófica europeia.

É nos Estados Unidos, com sua tradição pragmática, que a Psicologia Social atinge o seu auge, a partir da Segunda Guerra Mundial, através de pesquisas e experimentos que procuravam procedimentos e técnicas de intervenção nas relações sociais para garantir uma vida melhor para os homens. Os temas de estudo continuavam sendo os mesmos; partindo ou não de sistemas teóricos da psicologia, todos se voltavam para a procura de fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social. A sociedade era um dado, um pano de fundo de um cenário, onde o indivíduo atuava e desta forma procurava-se explicar o seu comportamento por “causas” internas, tais como traços de personalidade, atitudes, motivos, quando não por instintos. É uma Psicologia Social que isola o indivíduo, criando uma dicotomia entre ele e a sociedade – um poderia influenciar o outro, mas se tratavam de dois fenômenos distintos. Durante a década de 1950, parecia que a Psicologia Social daria respostas a todos os problemas sociais, e este clima de otimismo persistiu durante os primeiros anos após 1960, sem que se observasse grandes mudanças; o preconceito continuava gerando violências; nas fábricas, as greves se sucediam; no campo, a miséria aumentava e, nos centros urbanos o homem se desumanizava (LANE, 1983, p. 76-77).

Lane aponta que foi em meados da década de 1960 que a eficácia da Psicologia Social passou a ser discutida com mais ênfase, diante dessas primeiras discussões deu-se o início a chamada crise “do conhecimento psicossocial que não

conseguia intervir nem explicar, muito menos prever comportamentos sociais.” (LANE, 2012, p. 11).

O acúmulo de dados de pesquisa vai permitir uma análise crítica dos conhecimentos até então obtidos constatando-se que, se um estudo afirmava a relação positiva entre duas variáveis, um outro estabelecia a relação negativa entre elas, e um terceiro demonstrava não haver qualquer relação entre as duas.

A proposta inicial de se acumular dados de pesquisa para depois se chegar à formulação de teorias globalizadoras, se mostrou inviável e começam a surgir críticas e questionamentos que irão caracterizar a “crise da Psicologia Social” título de vários artigos publicados nos Estados Unidos e em Países da Europa.

É na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, onde surgem, no final da década de 60, as críticas mais incisivas à Psicologia Social norte-americana, denunciando o seu caráter ideológico e, portanto, mantenedor das relações sociais. Obviamente, nada poderia ser alterado nas condições sociais de vida de qualquer sociedade, se a base fossem os conhecimentos desenvolvidos até aquele momento (LANE, 1983, p. 77-78).

E ainda, diante da realidade social latino-americana, inferimos a partir da leitura de (LANE, 2012) que nem a Psicologia Social norte-americana, nem a Psicologia Social europeia, davam conta de acolher as demandas de distintas sociedades. Tanto a primeira tendência quanto a segunda não compreendiam o homem em sua historicidade, seja ela cultural e(ou) social.

Vamos encontrar em alguns autores (LANE, 1983, 2012; OZELLA, 1996; FREITAS, 2019) que diante da discussão levantada por meio da crise e buscando superá-la, desponta em 1979 na América Latina uma Psicologia Social que vai ao encontro “da materialidade histórica produzida por e produtora de homens” (LANE, 2012, p. 16), com bases materialista-históricas e voltadas para trabalhos comunitários, sem descartar a condição social e histórica do ser humano. Ainda conforme Silvia Lane:

É dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que vamos encontrar os pressupostos epistemológico para a reconstrução de um conhecimento que atenda a realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo – objeto da psicologia social (LANE, 2012, p. 16).

Assim, dá-se início a uma nova Psicologia Social que tem como desígnio abranger o indivíduo concreto, aquele que tem sua sobrevivência relacionada com outros homens pois está inserido num grupo social.

O se defrontar com os outros, o se descobrir diferente, único e, ao mesmo tempo, assumir a igualdade de direitos e deveres, a responsabilidade de pensar, de decidir e de agir, é um processo que se desenvolve através de práticas e reflexões sucessivas. Não há receitas, nem técnicas pré-definidas, cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos (LANE, 1983, p. 70).

O esforço em buscar compreender esse processo histórico, pode possibilitar análises mais aprofundadas e significativas sobre as ações do indivíduo dentro do(s) grupo(s) que participa e fora deles.

Em decorrência dessa nova Psicologia Social, faz-se necessária uma nova metodologia de pesquisa, na qual não há possibilidade de neutralidade do conhecimento por ela gerado. Tanto pesquisador quanto pesquisado se apresentam enquanto subjetividades que se materializam nas relações desenvolvidas, ambos são afetados em sua existência, e por serem afetados, são transformados. Sobre isso Freitas (2014) defende que:

Os valores e significados atribuídos, em cada um dos polos desta relação, àquilo que consideram como necessidade – real e valorizada – e à ação implementada, são aspectos importantes que contribuem para o tipo de trabalho a ser realizado e para o conteúdo político que o mesmo adquire no cotidiano dos envolvidos no projeto comunitário. Neste sentido, pode-se afirmar que os trabalhos de intervenção comunitária têm uma tal complexidade que permite afirmar que não basta a garantia das condições objetivas para que o trabalho caminhe na direção proposta. Por isto, os processos psicossociais relativos à interação profissional e comunidade, deveriam ser considerados para uma compressão das dimensões subjetivas da vida cotidiana que levem ao entendimento das razões para o retrocessos ou avanços das práticas comunitárias (FREITAS, 2014, p. 80).

Esse movimento de relação entre pesquisador e pesquisado implica em práticas metodológicas que se apoiam nos recursos da pesquisa participante e da pesquisa-ação¹⁵ (FREITAS, 2015; GIL, 2008; NASCIUTTI, 2013), que “parte de uma perspectiva epistemológica interdisciplinar e que inclui assim diferentes saberes acadêmicos, além da relação entre saber científico e saber popular” (NASCIUTTI,

¹⁵ “Tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Neste sentido distanciam-se dos princípios da pesquisa científica acadêmica. A objetividade da pesquisa empírica clássica não é observada.” (GIL, 2008, p. 31).

2013. p. 91), incluindo os compromissos político e social inerentes às práticas comunitárias. E ainda que, como afirma Ximenes et al. (2014):

Não se pode intervir sem uma ação de produção de conhecimento, por meio da pesquisa, em parceria com os sujeitos e coletivos com quem se pretende as práticas de intervenção. Para tanto, torna-se fundamental destacar que aspectos de natureza teórico-políticos estão em jogo na compreensão da realidade que se pretende atuar (XIMENES, et al., 2014, p. 93).

Ainda sobre a “crise” mencionada no início desse capítulo, ela não desconstruiu o objetivo primeiro da Psicologia Social. Esse permaneceu o mesmo, qual seja, “conhecer o Indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social” (LANE, 2012, p.19). Contudo, fazendo uma analogia ao Heraclitimos, termo este que indica “o ponto mais relevante da doutrina de Heráclito de Éfeso (séc. V a.C), ou seja, o princípio do devir incessante das coisas [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 579). Para elucidar o referido princípio, o filósofo dizia não ser possível “entrar duas vezes no mesmo rio [...]”¹⁶. Para Lane (1983, p. 60) esse aforismo “é válido tanto para as águas do rio quanto para aquele que se banha”. Depois da crise, Psicologia e Psicologia Social – rio e banhista –, nem uma, nem a outra, são as mesmas. Entender o homem enquanto “sujeito da história e transformador de sua própria vida e da sociedade” deixa de ser apenas uma possibilidade e passa a ser uma busca que se estende à outras áreas da Psicologia.

Vê-se que, como afirma Motta e Mizoguchi (2019, p. 2) a Psicologia Social é “um campo disperso e disputado em que se encontram pensadores tão díspares quanto Wilhelm Wundt, Gustave Le Bon, George Herbert Mead, Floyd Allport, Gordon Allport, Kurt Lewin e Silvia Lane.”.

Em se tratando de outras áreas da Psicologia, somam-se às já existentes, novas áreas, que são desenvolvidas ou desdobradas a partir do contexto histórico anteriormente detalhado. Nesse sentido, a Psicologia Social se ramifica, produz novas folhas, floresce e frutifica, sendo ela mesma a base da Psicologia Social Comunitária e outras. Assim sendo, tais áreas não são rivais e nem podem ser vistas

¹⁶ “Segundo Platão, Heráclito disse que não podemos entrar duas vezes no mesmo rio, isto é, coisas e estados no Universo não permanecem eternamente os mesmos, e entidades que nos parecem duradouras estão sempre se tornando outra coisa. (LAW. 2009, p. 238). “Não há, portanto jamais uma segunda vez, já que nada pode ser idêntico primeira vez.” (GRISSAUT, 2012, p. 19).

dessa maneira. Ambas são áreas do saber da Psicologia, que possuem suas parecenças e, também, suas distinções (que nem por isso se afastam, ao contrário, elas se completam/integram). Em particular, no que concerne o conhecimento gerado e transmitido em suas disciplinas específicas, se é que é possível dizer assim. Ou seja, em termos de organização curricular a disciplina Psicologia Social pode ser configurada como pré-requisito para a disciplina de Psicologia Social Comunitária e outras.

De tal modo, longe de constituírem/formarem conceitos incompatíveis regido por rupturas teóricas/epistemológicas, a Psicologia Social (PS) e a Psicologia Social Comunitária (PSC) podem ser compreendidas como campos interligados.

V.2 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: BASES, PRESSUPOSTOS E PRÁTICAS

As origens dos pressupostos teóricos e conceituais do campo da Psicologia Social Comunitária se encontram embasadas na Psicologia Social, e na Psicologia Política (FREITAS, 1998, 2010; CRUZ; FREITAS; AMORETTI, 2010).

Em Andery (2012) é possível verificar que a expressão “psicologia na comunidade” já vem sendo utilizada há mais de cinco décadas no campo da Psicologia e, desde de então a prática dos psicólogos e psicólogas na comunidade vem sendo reavaliada criticamente nos cursos de graduação em Psicologia no país, ou pelo menos, espera-se que isso venha ocorrendo, tendo em vista que, de acordo com Freire (2011, p. 24) “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” .

Alinhar e discutir reflexivamente sobre a prática do(a) psicólogo(a) em comunidades representa, portanto, um progresso na postura e prática desse(a) profissional, levando-os para uma reflexão sobre a realidade concreta e sobre seu contexto de atuação nas mais diversas possibilidades, no qual, diferencia-se da abordagem tradicional. A efetivação desses alinhamentos e o resultado dessa dialética, mesmo que esteja longe de ser o resultado almejado, merece ser festejado, mas de forma humilde. Os desafios são constantes e, segundo Bernardes

(2012, p. 228) “muito mais comemoraremos no avanço aos desafios em busca de caminhos progressistas e críticos para o diálogo sobre formação em Psicologia.’.

Nesse processo de mudança a palavra comunidade na expressão “Psicologia na Comunidade”, segundo Andery (2012), assinalava a instrumentalização de conhecimentos e técnicas psicológicas que indicavam a necessidade de contribuir junto a pessoas e grupos para a melhoria na qualidade de vida dos mesmos. Em Freitas (2013), vamos encontrar que:

A psicologia na *comunidade* de fato surgiu e recebeu essa identificação de na *comunidade*, em uma época em que isso era fundamental: eram momentos em que a psicologia vivi, fortemente uma crise em relação aos modelos importados e alheios à realidade brasileira e, dessa forma, assumia a proposta de se deselitizar e de se tornar mais ligada às condições de vida da população (FREITAS, 2013, p. 58).

Tanto em Andery (2012), quanto em Freitas (2013) é possível compreender que a entrada do psicólogo na comunidade passou a ser uma nova forma de pensar e praticar a psicologia, visando explicar, ajudar e modificar a sociedade de forma que ela se tornasse favorável à sobrevivência do homem. Diante desse novo contexto, a psicologia precisava admitir outros espaços de ação para além dos consultórios e escolas “e passar a ser desenvolvida na comunidade” (p. 59). Por meio dessa inserção, há uma renovação dos conteúdos, das metodologias e das técnicas da Psicologia aproximando-a cada vez mais de uma Psicologia Social.

A Psicologia na Comunidade tornou-se uma possibilidade para a reavaliação da Psicologia enquanto teoria e prática, não sendo essa psicologia nem só uma coisa, nem outra. Nem só pesquisa, nem só extensão. Nem só sala de aula, nem só estágio. Mas, as duas coisas acontecendo concomitantemente nos ambientes que permitem essa nova forma de fazer psicológico. Apoiados em Mayorga (2012) e concordando com ela, acrescentamos :

O social da psicologia social não pode ser reduzido a um lugar, mas consiste em um ponto de vista, uma forma de analisar a realidade que deve, a nosso ver, ultrapassar as delimitações da psicologia, mas sem deixar de dialogar com a mesma (p.158)

De acordo com Andery (2012) a práxis na Psicologia na Comunidade surge numa época em que a interdisciplinaridade das ciências sociais e humanas é

valorizada, e caracteriza-se por sua aproximação das classes populares e pela sua não neutralidade enquanto ciência “nas suas alianças com as forças econômicas e políticas atuantes na Sociedade” (p. 207).

Negar essa interdisciplinariedade poderá nos levar a um reducionismo psi. Reconhecer a não totalidade e a incompletude desse saber, possibilitará, a nosso ver, diálogos diversos e ampliação das nossas formas de compreender e atuar na realidade e, conseqüentemente, no futuro dos nossos campos de conhecimento (MAYORGA, 2012, p. 158)

Andery (2012) esclarece que a opção pelos indivíduos e grupos das classes populares por parte da Psicologia na Comunidade acaba por redirecionar as pesquisas em Psicologia, de forma que os subsídios do passado sejam reaproveitados junto aos subsídios do presente dispondo-se a compor numa nova práxis e numa ciência psicológica legitimamente Psicologia Social.

Naquele contexto da década de 1984 em que o autor se encontrava, havia divergências no que tange à visão social e dialética da Psicologia na Comunidade. Vale um parêntese aqui para destacarmos que nós acreditamos na visão dialética marxista, o que merece um esclarecimento embasado em Iray Carone (1984). A autora salienta que o método dialético, ou método de exposição para Marx, é o modo de tratar o objeto, onde observá-lo apenas direta ou indiretamente não é suficiente para fins científicos. A possibilidade de uma exposição adequada do objeto, está relacionada ao estabelecimento de conexões por parte do pesquisador, entre as diferentes formas de desenvolvimento do objeto, para tal ele precisa se apropriar dos seus detalhes.

O método dialético é um método crítico que volta ao ponto de partida (do objeto) para analisá-lo, mas, quando avança em sua análise para o ponto de chegada possibilita uma ampliação do nível de compreensão do objeto. Assim, o ponto de partida e de chegada encaixam-se um no outro, porém acontece uma transformação no nível de compreensão em meio ao processo.

Voltemos a Andery e às divergências em relação à visão social e dialética da Psicologia na Comunidade. De um lado havia os que não pensavam em inovações técnicas, nem admitiam novas visões teóricas e reconheciam a Psicologia na Comunidade somente como uma atuação na comunidade em prol das “classes mais baixas”. De outro lado, havia um entendimento de que os psicólogos formados

para atuar na área comunitária agiriam “nos bairros e instituições populares na qualidade de controladores morais dos hábitos e comportamentos desviantes. ” (ANDERY, 2012, p. 209).

Somada a essas visões havia uma terceira que apontava “para um ativismo político partidário, nos bairros populares, sob a denominação de Psicologia na Comunidade” (ANDERY, 2012, p. 209). Concordando com Andery, Sarriera sinaliza que um dos entendimentos mais precários sobre trabalhar em Psicologia Comunitária naquele contexto era:

[...] como focalizar a intervenção em parâmetros assistencialistas/caritativos ou como uma ação social de caráter político/partidário, utilizando referenciais que pouco tinham a ver com a cientificidade devida ao trabalho em Psicologia Comunitária (SARRIERA, 1998, p. 374).

De acordo com Andery (2012), embora a maioria dos profissionais que atuavam nas comunidades estivessem envolvidos com seriedade no que tange a implantação da Psicologia na Comunidade, infelizmente todos eram vistos como ativistas partidários.

Andery (2012) sinaliza para algumas publicações referentes a experiências de Psicologia na Comunidade que vinham acontecendo naquele contexto, e envolviam profissionais de diferentes áreas de atuação. Ainda nesse sentido o autor apresenta que em outros países da América Latina também se examinou por meio de publicações as vivências em Psicologia na Comunidade, e que as mesmas se aproximam das experiências brasileiras devido as semelhanças históricas, políticas e sociais.

Apoiado nas publicações, Andery (2012) menciona as seguintes experiências: - Na área da saúde mental da população; - Em grupos de mulheres e de jovens nos bairros; - Em instituições populares; e - Nas escolas de 1º grau da rede pública. O autor ainda explicita questões relacionadas as Publicações científicas de pesquisas participantes, ressaltando a importância das atividades científicas para o futuro da Psicologia no meio acadêmico.

Em sua dissertação de mestrado, Batista (2016) trouxe informações de que embora pequena (até aquela data), já havia uma presença, da disciplina Psicologia

Social Comunitária (PSC) com essa nomenclatura nas matrizes curriculares de alguns cursos de graduação em Psicologia do Sul do Brasil:

[...] a Psicologia Social Comunitária enquanto disciplina encontra-se presente em um pequeno número de currículos, por outro lado, existe uma quantidade considerável de disciplinas consideradas similares e/ou que tratam da PSC. Ou seja, há evidência de uma construção teórica com base na Psicologia Social Comunitária, no entanto, há um maior número de disciplinas similares, que abordam a Psicologia Social Comunitária do que a disciplina PSC propriamente dita (BATISTA, 2016, p. 59).

Ainda de acordo com (BATISTA, 2016), foi possível constatar a presença de conteúdos relacionados a PSC nas disciplinas de Psicologia Social dos cursos de graduação em Psicologia no Sul do Brasil. Em relação ao Paraná, foi observado que, naquele contexto, a disciplina PSC apareceu em oito das 34 matrizes curriculares analisadas. (BATISTA, 2016, p. 50).

V.3 DISCIPLINA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E DISCIPLINAS ANÁLOGAS, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ

Enquanto disciplina, de acordo com Freitas (2011) a partir do final de 1999 e início do século XXI, a Psicologia Social Comunitária passou ser ofertada de forma obrigatória em todos os currículos dos cursos de graduação em Psicologia do país, bem como passou a configurar-se como área de estágio no processo de formação desses cursos também em caráter de obrigatoriedade.

En verdad, la entrada y la incorporación de la PSC como una disciplina obligatoria en los cursos de psicología, y también como un área de pasantía en el proceso de formación de los futuros/as profesionales, pasa a ocurrir solamente a partir de los años noventa, con una mayor expansión a fines de 1999 y principios del siglo XXI, cuando integra el currículo de todos los cursos de psicología del País (FREITAS, 2011, p. 94).

No Paraná, já avançadas as duas primeiras décadas do século XXI, a partir da análise das matrizes curriculares das Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de graduação em Psicologia, os resultados que nos deparamos apontam que a disciplina Psicologia Social Comunitária vem se consolidando. Das 69 IES, obtivemos 45 matrizes curriculares. Considerando o total de matrizes

analisadas, verificamos que a disciplina PSC, ou disciplinas análogas, está presente em 69% dos cursos, além da PS. Em 27% não encontramos a PSC ou disciplinas análogas, mas era ofertada a disciplina Psicologia Social. Em 3% das matrizes não havia referência a nenhuma das disciplinas investigadas. Nem todas as matrizes curriculares continham informações sobre a carga horária da disciplina, em que período ela era ofertada. Ao esmiuçarmos os dados, percebemos que a maior concentração da oferta das disciplinas Psicologia Social Comunitária ou disciplinas análogas, ocorre entre o final do 2º ano e 4º ano do curso. Apresentamos na Quadro 19, a lista de IES, das quais acessamos as matrizes curriculares e as disciplinas encontradas.

QUADRO 19 – LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ, CUJAS MATRIZES ESTAVAM DISPONÍVEIS EM SEUS SITES OFICIAIS E OS DETALHES REFERENTES AS DISCIPLINAS INVESTIGADAS				
	NOME DA IES	Disciplina PSC e afins	Per.	CH
1	CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE	Psicologia Social e Comunitária	3º Ano	80h
2	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	Psicologia Social e Comunitária	5º Ano	--
3	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO	Psicologia Comunitária	4º Per.	--
4	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL	Projeto Integrador IV: Intervenções em Escolas e Comunidades	4º Per.	--
5	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	Disciplina Psicologia Comunitária	4º Per.	--
6	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	Psicologia Social e Comunitária	8º Per.	80h
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	Psicologia Social Comunitária	--	--
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	Psicologia Comunitária e Ambiental	--	--
9	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ	Psicologia da Saúde e Comunitária	--	--
10	CENTRO UNIVERSITÁRIO GUAIRACA	Psicologia Comunitária	6º Per.	--
11	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC I	1º Per.	--
12	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	Psicologia Social e Comunitária I programa de Integração Escola Comunidade - PIESC II	2º Per.	--
13	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC III	3º Per.	--
14	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC IV	4º Per.	--
15	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC V	5º Per.	--
16	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO- CEI	Psicologia Social e Comunitária.	7º Per.	--
17	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE MARINGÁ	Psicologia Social e Comunitária	--	--
18	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM-BOSCO	Psicologia e Comunidade	8º Per.	--
19	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE	Psicologia Social e Comunitária	6º Per.	

QUADRO 19 – LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ, CUJAS MATRIZES ESTAVAM DISPONÍVEIS EM SEUS SITES OFICIAIS E OS DETALHES REFERENTES AS DISCIPLINAS INVESTIGADAS

(continuação)

	NOME DA IES	Disciplina PSC e afins	Per.	CH
15	FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	Psicologia Social e Comunitária I	3º Per.	54h
		Psicologia Social e Comunitária II	4º Per.	54h
16	FACULDADE ADVENTISTA PARANAENSE	Psicologia Comunitária	6º Per.	57h
		Psicologia da Saúde e Comunidade	7º Per.	399h
17	FACULDADE CESUMAR	ESTÁGIO EM PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA COMUNIDADE	4º Per.	--
18				
19		PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL	4º Per.	--
20	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	ESTÁGIO EM PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA COMUNIDADE	4º Per.	--
21				
22		PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL	4º Per.	--
23	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	ESTÁGIO EM PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA COMUNIDADE	4º Per.	--
24				
25		PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL	4º Per.	--
26	FACULDADE DE APUCARANA	PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA	5º Per.	68h
27	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	Práticas Emergentes em Psicologia	10º Per.	69h
28	FACULDADE HERRERO	Psicologia Social Comunitária	7º Per.	54h
29	FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	Psicologia Social e Institucional	9º Per.	120h
		Psicologia Social e Comunitária 80h presenciais + 16h *EAD	--	96h
30	FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	Estágio do NC I (Comunidade)* Supervisão 80h e prática de campo 20h	--	100h
31	FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA	Psicologia Comunitária	--	--
32	FACULDADE FIDELIS	Psicologia Social e Comunitária	7º Per.	
33	FACULDADE MATER DEI	Psicologia da Saúde e Comunitária I	5º Per.	40h
		Psicologia da Saúde e Comunitária II	6º Per.	40h
34	FACULDADE PARANAENSE	Psicologia Comunitária		30h
35	FACULDADE TECNOLÓGICA DE CURITIBA	INTERAÇÃO COMUNITÁRIA I	--	--
		INTERAÇÃO COMUNITÁRIA II	--	--
36	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE ARAPONGAS	ESTÁGIO EM PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA COMUNIDADE	4º Per.	--
37		PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL	4º Per.	--
38	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	Psicologia Social e Comunitária	5º Per.	72h
39	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FÓZ DO IGUAÇU	Psicologia Comunitária	--	30h
40	UNIVERSIDADE CESUMAR	ESTÁGIO EM PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA COMUNIDADE	4º Per.	--
		PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL	4º Per.	--
41	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	PSICOLOGIA SOCIAL, GRUPOS E INSTITUIÇÕES EMENTA: Indivíduo, grupo social e sociedade. Processos grupais, massa e multidão. [...] Implicações para atuação socio clínica do psicólogo nas instituições. Diálogos entre Psicologia Social e Comunitária.	3º Per.	--

QUADRO 19 – LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ, CUJAS MATRIZES ESTAVAM DISPONÍVEIS EM SEUS SITES OFICIAIS E OS DETALHES REFERENTES AS DISCIPLINAS INVESTIGADAS

				(conclusão)
	NOME DA IES	Disciplina PSC e afins	Per.	CH
42	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	Psicologia Comunitária	Optativa	68h
		EMENTA: (0212/I) Comunidade: conceito e dinâmicas. A Psicologia e as práticas comunitárias. Psicologia preventiva e comunidade. Práticas em saúde, educação e trabalho em comunidades urbanas e rurais.		
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PR	Psicologia Comunitária	7º Per.	90h
44	UNIVERSIDADE POSITIVO	PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA	8º Per.	80h
45	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E DA SAÚDE	6º Per.	--
		PSICOLOGIA COMUNITÁRIA APLICADA	8º Per.	--
		ESTÁGIO ESPECÍFICO: Psicologia Comunitária e de Saúde I	9º Per.	--
		ESTÁGIO ESPECÍFICO: Psi. Comunitária e de Saúde II	10º Per.	--
FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).				

Após essa primeira análise, separamos as disciplinas entre disciplinas exclusivamente teóricas, daquelas que envolviam teoria e prática, de modo que chegamos a um total de 57 disciplinas, das quais 40 se referiam a disciplinas teóricas e 17 à disciplinas teórico-prática. Vale dizer que de todas as disciplinas analisadas, apenas uma apareceu com a indicação de optativa. Como apresentamos nas Quadros 20 e 21.

QUADRO 20 – LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO

(continua)			
	Disciplina PSC e afins - Teóricas	Per.	CH
1	Psicologia Comunitária		30h
2	Psicologia Social Comunitária	--	--
3	Psicologia Comunitária e Ambiental	--	--
4	Psicologia da Saúde e Comunitária	--	--
5	Psicologia Social e Comunitária	--	--
6	Psicologia Social e Comunitária 80h presenciais + 16h *EAD	--	96h
7	Psicologia Comunitária	--	--
8	Psicologia Comunitária	--	30h
9	Psicologia Social e Comunitária	3º Ano	80h
10	Psicologia Social e Comunitária I	3º Per.	54h
11	Psicologia Social, Grupos e Instituições	3º Per.	--

QUADRO 20 – LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO

(conclusão)			
	Disciplina PSC e afins - Teóricas	Per.	CH
12	Disciplina Psicologia Comunitária	4º Per.	--

13	Psicologia Social e Comunitária II	4º Per.	54h
14	Psicologia Comunitária e Institucional	4º Per.	--
15	Psicologia Comunitária e Institucional	4º Per.	--
16	Psicologia Comunitária e Institucional	4º Per.	--
17	Psicologia Comunitária	4º Per.	--
18	Psicologia Comunitária e Institucional	4º Per.	--
19	Psicologia Comunitária e Institucional	4º Per.	--
20	Psicologia Social e Comunitária	5º Ano	--
21	Psicologia Social e Comunitária	5º Per.	68h
22	Psicologia da Saúde e Comunitária I	5º Per.	40h
23	Psicologia Social e Comunitária	5º Per.	72h
24	Psicologia Social e Comunitária I	6º Per.	--
25	Psicologia Comunitária	6º Per.	--
26	Psicologia Social e Comunitária	6º Per.	
27	Psicologia Comunitária	6º Per.	57h
28	Psicologia da Saúde e Comunitária II	6º Per.	40h
29	Psicologia Comunitária e Saúde	6º Per.	--
30	Psicologia Social e Comunitária.	7º Per.	--
31	Psicologia da Saúde e Comunidade	7º Per.	399h
32	Psicologia Social e Comunitária	7º Per.	
33	Psicologia Social Comunitária	7º Per.	54h
34	Psicologia Comunitária	7º Per.	90h
35	Psicologia Social e Comunitária	8º Per.	80h
36	Psicologia e Comunidade	8º Per.	--
37	Psicologia Social Comunitária	8º Per.	80h
38	Psicologia Comunitária Aplicada	8º Per.	--
39	Psicologia Social e Institucional	9º Per.	120h
40	Psicologia Comunitária	Optativa	68h

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

QUADRO 21 – LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO/PRÁTICO

(continua)

Disciplina PSC e afins – Teórica/prática		Per.	CH
1	Estágio do Núcleo Comum I (Comunidade)	--	100h
2	Estágio em práticas psicológicas em comunidades	4º Per.	--
3	Estágio em práticas psicológicas em comunidades	4º Per.	--
4	Estágio em práticas psicológicas em comunidades	4º Per.	--
5	Estágio em práticas psicológicas em comunidades	4º Per.	--
6	Estágio em práticas psicológicas em comunidades	4º Per.	--
7	Estágio Específico: Psicologia Comunitária e de Saúde I	9º Per.	--
8	Estágio Específico: Psicologia Comunitária e de Saúde II	10º Per.	--
9	Interação Comunitária I	--	--
10	Interação Comunitária II	--	--
11	Práticas Emergentes em Psicologia	10º Per.	69h
12	Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC I	1º Per.	--
13	Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC II	2º Per.	--

QUADRO 21 – LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO/PRÁTICO

(conclusão)

Disciplina PSC e afins – Teórica/prática		Per.	CH
14	Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC III	3º Per.	--
15	Programa de Integração Escola Comunidade - PIEESC IV	4º Per.	--

16	Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC V	5º Per.	--
17	Projeto Integrador IV: Intervenções em Escolas e Comunidades	4º Per.	--

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Ao organizar as disciplinas de acordo com suas nomenclaturas, obtivemos a seguinte leitura:

QUADRO 22 – LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO TEÓRICO AGRUPADAS DE ACORDO COM SUAS NOMENCLATURAS

Disciplina PSC e afins - Teóricas	Frequência
Psicologia Comunitária Aplicada	1
Psicologia Comunitária e Ambiental	1
Psicologia Comunitária e Saúde	1
Psicologia da Saúde e Comunidade	1
Psicologia e Comunidade	1
Psicologia Social e Institucional	1
Psicologia Social, Grupos e Instituições	1
Psicologia Social Comunitária	3
Psicologia da Saúde e Comunitária	3
Psicologia Comunitária e Institucional	5
Psicologia Comunitária	9
Psicologia Social e Comunitária	13
Total	40

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

QUADRO 23 – LISTA DAS DISCIPLINAS DE PSC OU ANÁLOGAS DE CUNHO PRÁTICO AGRUPADAS DE ACORDO COM SUAS NOMENCLATURAS

Disciplina PSC e afins – Teórica e prática	Frequência
Estágio do Núcleo Comum I (Comunidade)	1
Práticas Emergentes em Psicologia	1
Projeto Integrador IV: Intervenções em Escolas e Comunidades	1
Estágio Específico: Psicologia Comunitária e de Saúde	2
Interação Comunitária I	2
Estágio em práticas psicológicas em comunidades	5
Programa de Integração Escola Comunidade - PIESC	5
Total	17

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

V.4 PRESENCIALIDADE DURANTE O PROCESSO DE FORMAÇÃO

Ao longo do processo histórico de solidificação dos cursos de graduação em psicologia, ocorreram aceleradas transformações produtivas e sociais que impactaram e vem impactando todas as profissões (tanto as já consolidadas, quanto aquelas que vem surgindo) em termos práticos. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) modificaram e vêm modificando as formas de comunicação e de interação entre as pessoas, ora mediando, ora aproximando esses processos e, em muitas situações, substituindo-os.

Fala-se muito na revolução das relações profissionais e na extinção de muitas profissões em decorrência dos avanços tecnológicos e no surgimento de novas profissões (ZARIAS; EVANGELISTA, 2004). Por um lado, muitas profissões vão deixando de existir, ao mesmo tempo, por outro lado, outras tantas, de acordo José Pastore, especialista em mercado de trabalho, são chamadas a se aperfeiçoarem para atenderem as novas demandas:

É preciso estar sempre atento, sempre alerta. Principalmente para as profissões do emocional, do social, que vão aumentar muito daqui para a frente, porque os robôs têm as suas limitações. O robô não interpreta Beethoven, não interpreta Traviata, não interpreta Shakespeare também. Isso vai aumentar, a psicologia vai aumentar, o serviço social vai aumentar, a medicina e uma série de profissões atuais vão aumentar, porém, vão ser transformadas. Serão outras atividades e pra tanto é preciso acompanhar constantemente (PASTORE, 2018).

Tais avanços tecnológicos e mudanças nos cenários formativos, embora venham impactando a formação em Psicologia, não chegam a ameaçar a profissão a ponto de levá-la a extinção. Muito pelo contrário, ela se consolida cada vez mais, como apresentou Pastore (2018).

Além de resistir por exemplo às insistentes tentativas de permitir que o curso seja ofertado em sua totalidade no formato de Educação a Distância¹⁷ (CRP-PR, 2018). Os cursos de ensino superior, inclusive os de Psicologia, já estavam autorizados a ofertar uma carga de até 20% de suas disciplinas na modalidade a distância.

¹⁷ “[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.” (BRASIL, 2017, p.1).

V.4.1 Alguns Debates

As argumentações que vão contra a oferta do curso de Psicologia em sua totalidade no formato EaD defendem a ideia de que um curso que é pautado na investigação e estudo do comportamento humano e seus processos psicológicos nos mais variados contextos, compreendendo aspectos biológicos, afetivos/emocionais, sociais e cognitivos, não pode ser ofertado dessa maneira. Concordamos com tal argumentação, bem como com o fato de que a Psicologia deve avançar no sentido de reconfigurar suas matrizes curriculares para atender as demandas sociais, considerando a contribuição de pressupostos filosóficos e direcionamentos metodológicas, que embora diferenciados entre si, são complementares na psicologia.

Embora esteja em evidência, a pauta sobre a ampliação da oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EAD) em cursos de graduação presenciais, incluindo disciplinas em formato parcial ou integralmente a distância, essa pauta já se configura como objeto de atenção do Ministério da Educação faz algum tempo.

Em relação às discussões sobre a oferta do ensino de graduação em Psicologia na modalidade de Educação a Distância (EAD), há na área debates contínuos. Lisboa e Barbosa (2009) já apontavam a probabilidade de credenciamento de cursos de Psicologia nessa modalidade. Ainda nesse sentido eles ressaltam que muitos cursos já adotavam, em 2007, disciplinas a distância e semipresenciais.

Esclarecem Lisboa e Barbosa (2009) que, embora essas discussões venham acontecendo, e que argumentos em apologia à EaD sejam apresentados, como por exemplo: – a expansão que a EaD vem tendo, em consequência do apoio advindo do Governo Federal; – a promoção de uma educação superior mais acessível em termos de investimento financeiro, entre outros, ressalta-se que desde o VI Congresso Nacional de Psicologia, realizado em julho de 2007, o posicionamento é desfavorável ao uso de EaD na formação inicial do psicólogo de forma integral.

Por um lado, os cursos de Psicologia ativos no Brasil, por nós levantados, mostraram afinidade em relação a pesquisa realizada por Lisboa e Barbosa (2009) sobre o tipo de oferta dos cursos, ou seja, oferta presencial. Por outro lado, identificamos na presente pesquisa que a Instituição de Ensino Superior Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST, com sede em Lages-SC e polos espalhados por todo país, se encontrava (na ocasião do levantamento dos dados aqui apresentado) autorizada a ofertar em um primeiro momento 200 vagas (Figuras 19 e 20), e num segundo momento 9.999 vagas (Figura 21), totalizando 10.199 vagas para o Curso de “Bacharelado em Psicologia – Formação em Psicólogo” em inúmeros municípios brasileiros na modalidade de Educação a Distância (particular).

FIGURA 19 – OFERTA DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA EAD FACVEST – UNIFACVEST

The screenshot displays the e-MEC (Sistema de Regulação do Ensino Superior) interface in Google Chrome. The browser address bar shows the URL: emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mzg0MA==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDQ2Mw==. The page is titled "Instituição de Educação Superior" and shows details for the institution "CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST - UNIFACVEST" (Código: 3840). The course "Bacharelado em Psicologia - Formação em Psicólogo" (Código: 1457214) is listed under the "RELACÃO DE CURSOS" section. The course is offered in the "A Distância" modality, with a minimum load of 4000 hours. The start date is 31/10/2018, and the periodicity is Semestral (10.0). The status is "Ativa".

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Municípios	ENADE	CPO	CC	ISO
1457214	A Distância	Bacharelado	PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO	Vários municípios	-	-	-	-	-
1457291	A Distância	Bacharelado	PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO	Vários municípios	-	-	-	-	-

Registros: 1 a 2 de 2

Página 1 de 1

DETALHES DO CURSO - (1457214) Bacharelado em PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

(Código) Grau: (1457214) Bacharelado em PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

Modalidade: Educação a Distância

Data de início de funcionamento: Não iniciado

Carga horária mínima: 4000 horas

Data prevista de início: 31/10/2018

Periodicidade (Integralização): Semestral (10.0)

Gratuito? Não

FONTE: e-MEC

FIGURA 20 – OFERTA DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA EAD (200 VAGAS) FACVEST – UNIFACVEST

Curso: (1457214) Bacharelado em PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

Modalidade: Educação a Distância

Data de início de funcionamento: Não iniciado

Data prevista de início: 31/10/2018

Gratuito? Não

Carga horária mínima: 4000 horas

Periodicidade (Integralização): Semestral (10.0)

Coordenador: ROBERTO LOPES DA FONSECA

Situação de Funcionamento: Em atividade

Vagas Anuais Autorizadas: 200

HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

ANO	ENADE	CPC	CC	BDI
Nenhum registro encontrado				

POLOS EAD VINCULADOS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Denominação	Endereço	CEP	Município	UF	Vagas por polo
LAGES	Avenida Marechal Floriano 947	88501-103	Lages	SC	

Registro(s): 1 a 1 de 1

FONTE: e-MEC

FIGURA 21– OFERTA DE CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA EAD (9.999 VAGAS) FACVEST – UNIFACVEST

Curso: (1457291) Bacharelado em PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

Modalidade: Educação a Distância

Data de início de funcionamento: Não iniciado

Data prevista de início: 03/12/2018

Gratuito? Não

Carga horária mínima: 4000 horas

Periodicidade (Integralização): Semestral (10.0)

Coordenador: GUSTAVO CAPOBIANO VOLACO

Situação de Funcionamento: Em atividade

Vagas Anuais Autorizadas: 9999

RELACÃO DE CURSOS

Código	Modalidade	Grau	Curso	ID	Município	ENADE	CPC	CC	BDI
1457214	A Distância	Bacharelado	PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO		Vários municípios	-	-	-	-
1457291	A Distância	Bacharelado	PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO		Vários municípios	-	-	-	-

Registro(s): 1 a 2 de 2

DETALHES DO CURSO - (1457291) Bacharelado em PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

Código: (1457291) Bacharelado em PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

Modalidade: Educação a Distância

Data de início de funcionamento: Não iniciado

Data prevista de início: 03/12/2018

Gratuito? Não

Carga horária mínima: 4000 horas

Periodicidade (Integralização): Semestral (10.0)

Coordenador: GUSTAVO CAPOBIANO VOLACO

Situação de Funcionamento: Em atividade

Vagas Anuais Autorizadas: 9999

HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

FONTE: e-MEC

Entendendo o achado como uma informação de natureza controversa e seu debate importante, e acreditando na não neutralidade da ciência, é imprescindível que nos manifestemos e nos posicionemos sobre o assunto. Ainda mais agora, diante do momento histórico que vivemos, um período sem precedentes.

Em dezembro de 2019, foram identificados, em Wuhan, na China, casos de pneumonia que, em 07 de janeiro, foram associados a um novo coronavírus, o nCoV, e, em 12 de janeiro, foi comunicado à OMS de que havia transmissão entre humanos. Esse novo vírus em pouco tempo evoluiu de um surto isolado para uma pandemia global (SPINK, 2020, p. 2).

Devido à magnitude da pandemia da COVID-19¹⁸, à situação de isolamento social, às reconfigurações das práticas educacionais para que os trabalhos nas instituições de ensino, tanto no nível de educação básico¹⁹, quanto no nível superior, pudessem ser continuados e não fossem de todo perdidos, em um caráter de emergência pública, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) foram bastante utilizadas para a efetivação de aulas ao longo do ano letivo de 2020. De forma oportunista, àqueles que já manifestavam o interesse em ofertar o cursos de graduação em psicologia no formato EaD, se aproveitam do colapso generalizado em defesa do aumento das ofertas de disciplinas parcial ou integralmente a distância nos cursos de graduação de todas as áreas.

Acreditamos ser relevante manifestar o nosso posicionamento sobre a EaD e os cursos de graduação em Psicologia – antecipamos que é desfavorável, adiante explanaremos os nossos motivos –, bem como apresentar nossa contribuição para o diálogo sobre o tema. A LDB 9.394 de 1996 sobre a Educação a Distância (EAD) entre outras orientações determina em seu Art. 80 que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos

¹⁸ Em dezembro de 2019 foi identificado em Wuhan, na China um novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19. Diante de uma acelerada disseminação da doença em outros países no início do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou se tratar de uma condição pandêmica. No momento, embora muitos já estejam vacinados, todo o planeta, infelizmente ainda vem registrando casos de contaminação e óbitos. Diante do contexto o qual nos encontramos, o ritual de defesa da presente está programado para acontecer no formato não presencial, por meio de videochamada *on-line*.

¹⁹ De acordo com o Art. 21 da Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394 de 1996, a educação escolar brasileira é composta por dois níveis de ensino: I - educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e II - educação superior (BRASIL, 1996).

respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996, p. 50).

Cabe refletir criticamente a quem pretendem beneficiar os novos formatos. A quem m atender as configurações da modalidade de ensino em questão. O tratamento diferenciado do qual gozará a EaD pode ser entendido como estratégias mercantilista?

Atentemos para o seguinte detalhe: aquela IES que almeja disponibilizar um curso superior na modalidade a distância precisa realizar um processo de credenciamento junto ao MEC, devendo este credenciamento atender aos termos da LDB (9.394 de 96) apresentados anteriormente.

De acordo com o exposto no § 1º do Art. 11. Do Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2007, por meio do credenciamento será possível a realização de avaliação, de regulação e de supervisão por parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Destaquemos o § 2º: “É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.”

A Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 traz que não é preciso o credenciamento de oferta de cursos presenciais para que seja permitido o credenciamento de IES para oferta de cursos superiores a distância. Um outro trecho que nos chama atenção e que corrobora a discussão aqui colocada é o que consta no Art. 2º em seu § 3º “O credenciamento de EaD será refletido no Cadastro e-MEC e a IES deverá informar no prazo máximo de sessenta dias seu primeiro curso de EaD, em conformidade com o Art. 14 do Decreto nº 9.057, de 2017.” Veja, é preciso um credenciamento e liberação deste, para ter autonomia na inserção de dados na plataforma e-MEC. Lembrando que:

Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.

As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017) (BRASIL, 2020).

Diante de toda a exposição apresentada anteriormente, como explicar aquele Curso de “Bacharelado em Psicologia – Formação em Psicólogo” da Instituição de Ensino Superior Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST, que mesmo não sendo legalmente permitido, nem naquela ocasião, nem agora, se encontrava autorizado na plataforma oficial da educação do Ensino Superior (e-MEC) na modalidade de Educação a Distância (EAD)? Tem explicação?

O curso, de acordo com informações colhidas a partir do portal e-MEC, estava com data de início prevista para o dia 31 de outubro com liberação de 200 vagas com o código (1457214) e 03 de dezembro de 2018 com liberação de 9.999 vagas no código (1457291), totalizando 10.199 vagas sendo ofertadas em inúmeros municípios brasileiros, com duração de 5 anos, portanto 10 semestres, com um total de 4000 horas. A repercussão dessas informações foi bastante negativa. Sobre essa questão, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná emitiu uma nota na qual apresenta um trecho da resposta do MEC sobre o que teria ocorrido.

A divulgação de um curso superior de Psicologia na modalidade a distância chamou a atenção nas redes sociais. Atualmente, a graduação em Psicologia com carga de disciplinas na modalidade a distância ou semipresencial superior a 20% não é permitida e nenhuma instituição está autorizada a oferecer este tipo de curso.

Apesar disto, a informação de um curso ofertado pela UNIFACVEST constava na plataforma do Ministério da Educação, o que aprofundou as dúvidas entre profissionais e estudantes. Consultado pelo CRP-09, o MEC informou, via email, que “o curso de Psicologia – Formação de Psicólogo cadastrado no sistema E-MEC não está autorizado e por uma inconsistência do sistema foi refletido no cadastro. Os cursos da UNIFACVEST já foram retirados do sistema”.

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) acompanha com preocupação o crescimento na abertura de vagas nesta modalidade na área de saúde e se posiciona contrário à oferta de cursos de graduação a distância de Psicologia (CRP/PR, 2018).

Esta resposta do MEC é insatisfatória, em nosso modo de entender, tendo em vista que não foi um simples erro, ou como apresentado pelo MEC “uma inconsistência do sistema”, visto que havia grande volume de dados que haviam sido inseridos, em períodos diferentes, tendo recebido autorização por parte do reitor da IES. Em 2019 foi a vez do Centro Universitário Uningá em Maringá. O CRP/PR entrou em contato com a IES solicitando maiores informações.

O documento do CFP, ABEP e Fenapsi explica que está havendo, no Brasil, um grande aumento na oferta de cursos privados “em que a educação se transformou em um negócio e não em um direito social, a despeito do empenho e seriedade das coordenações de curso e corpo docente”. A formação em Psicologia, no entanto, requer o aprendizado de habilidades que só podem ser ensinadas presencialmente, como “a empatia com o sofrimento e os dilemas da vida vivida, pela capacidade de compreender e dialogar com as muitas formas de pensar e ser, contidas em nossa cultura e diversidade nacional”.

As instituições ainda defendem que “a recusa da oferta de cursos de graduação em Psicologia não se constitui em resistência ao uso das tecnologias nos processos ensino-aprendizagem”, mas sim “nos requisitos essenciais à constituição de uma identidade profissional comprometida, competente e ética” (CRP/PR, 2019).

Em relação aos documentos legais que dispõem sobre a oferta, por IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial, o que é apresentado não se alinha ao posicionamento dos órgãos competentes de Psicologia que se manifestaram contrariamente à oferta de disciplinas no caráter à distância.

No tocante aos discursos favoráveis, as propostas diversas da implementação da EaD nos cursos de Psicologia e outros, no Brasil (EaD, inserção de disciplinas a distâncias, ensino híbrido) defendem, como justificativa de sua implementação, a democratização do ensino.

A grande novidade trazida para a comunidade acadêmica está prevista no artigo 3º da portaria citada, que é a extensão do alcance das disciplinas à distância para até 40% nos cursos de graduação presencial, ou seja, o limite que era de um

dia de aula a distância por semana pode ser elevado para até dois dias de aulas por semana.

V.4.2 Entidade de Classe e o Debate atual

Qual o posicionamento do Conselho Federal Psicologia do Brasil sobre o tema? Apesar da expansão de ofertas de cursos totalmente EaD em outras áreas e de manifestações favoráveis do senso comum e até de intelectuais, à criação de uma graduação em Psicologia totalmente a distância, não é defendida pelo CFP. Ao contrário, esse se manifesta com preocupação em relação a este tipo de oferta, com exceções ao ensino híbrido²⁰ que, como esclarece Brito (2020, p. 2) “surgiu nos Estados Unidos e na Europa como forma de resolver o problema da evasão escolar de alunos de cursos à distância, gerada pela sensação de abandono que eles sentiam”, ou seja, a EaD 100% não presencial já havia sinalizado fragilidades. Está comprovado que não funciona. Não é surpresa que instituições sérias, ocupadas e preocupadas com o ensino de psicologia sejam contrárias a oferta de seus cursos, em sua totalidade, nessa modalidade.

A Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, composta pelos vinte e quatro Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Psicologia, em consonância com Associação Brasileira de Ensino de Psicologia com (ABEP), Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e diversos Conselhos Profissionais da área da Saúde, manifesta o seu REPÚDIO à Portaria nº 2.117 de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de 40% da carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD para cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (CFP, 209, p. 1).

No presente contexto da mercantilização da educação, da precarização das relações de trabalho e docência, reafirmamos que a formação em Psicologia, enquanto ciência e profissão, se faz com presença. A Psicologia se edifica nas relações humanas, na intersubjetividade e no encontro com o outro. Exige vivência acadêmica na sala de aula e fora dela, nas comunidades, nos espaços de atuação profissional, implicando reflexão, confronto de ideias e o desenvolvimento de uma postura ética e de respeito à diversidade. Os processos de ensino-aprendizagem pressupõem uma formação que se realiza na troca de experiências, implicando convivência e diálogo, além de práticas colaborativas fundamentalmente presenciais.

²⁰ De acordo com (GALDINO, 2013; VALENTE, 2015) trata-se de uma abordagem pedagógica de ensino que harmoniza atividades presenciais e não presenciais, estas últimas desenvolvidas com a utilização das TDICs.

Dessa maneira, o Sistema Conselhos de Psicologia se manifesta contrário ao aumento da carga horária de ensino a distância, pois entendemos que essa é uma modalidade restritiva, que prejudica a construção da identidade profissional frente à complexidade do saber psicológico e da diversidade de suas práticas (CFP, 2019).

Diante dos embates que vêm sendo travados entre conselhos (estaduais e federal) e governo sobre a questão da EaD nos cursos de Psicologia, temos acompanhado a vitória do governo, o que não significa vitória da sociedade. Mesmo diante das manifestações:

Por diversas vezes, em congressos, publicações oficiais e audiências, o CFP e os CRPs manifestaram suas posições sobre a formação EaD, como em audiência pública sobre as DCNs da Psicologia, realizada pelo CNE em 07 de novembro de 2019. Inclusive no 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), a categoria de psicólogas e psicólogos aprovou moção de repúdio a qualquer perspectiva de formação profissional de Psicologia na modalidade ensino a distância (EaD). O tema também foi debatido no 1º Encontro de Formação Profissional da Área da Saúde, que ocorreu em setembro de 2019, na sede do CFP (CFP, 2019).

Entendemos ser muito preocupante e lamentável essa ampliação (que parece agora mais acelerada) de disciplinas no formato EaD nos curso de Psicologia. Os resultados desastrosos dessas mudanças só poderão ser comprovados a longo prazo, na medida em que os profissionais oriundos dessa nova configuração forem inseridos no mercado de trabalho. Sobre outras áreas da saúde que vêm sendo ofertadas nessa modalidade, Vieira e Moyses, alertam:

Independente do quantitativo, essas formações exigem uma base teórica sólida e o desenvolvimento de habilidades adquiridas com a prática das técnicas, pontos altamente vulneráveis na formação a distância, tendo em vista a precariedade dos polos (VIEIRA; MOYSES, 2017, p. 412).

Mas ao que parece, o governo não vem demonstrando preocupação nesse sentido, quando se trata da EaD.

Primordialmente, essa modalidade de formação na área da saúde representa um risco para a atenção à saúde da população, tendo em vista a complexidade dessas profissões, que têm como seu 'objeto de trabalho' o ser humano, seus corpos e suas mentes (VIEIRA; MOYSES, 2017, p. 412).

Preocupa-nos que a Psicologia venha trilhar um caminho semelhante ao de outras áreas da saúde, ou ainda o da Pedagogia no que diz respeito a EaD. Este é

um debate extremamente atual, - cuja tendência é se ampliar em decorrências das experiências de novos formatos de aulas desenvolvidos ou aperfeiçoados para atender estudantes dos dois níveis de ensino (Educação Básica e Superior) devido a pandemia da COVID-19, - de que as estratégias tecnológicas e modalidades de ensino remoto colocam essa possibilidade como uma alternativa não só viável, mas também possível e necessária. Apesar disto, estas questões colocadas, relativas à Psicologia (e demais profissões) no formato EaD, parecem relevantes e seu debate de faz necessário. Entre tais aspectos poderíamos apontar: desde o aligeiramento de conteúdos disciplinares, e riscos de uma certa banalização da profissão/formação; até como lidar com situações presenciais que se fazem necessárias nesse processo.

Somos favoráveis ao avanço das tecnologias, a utilização delas como instrumentos complementares às práticas formativas. Contudo deve-se considerar com cuidado os possíveis contributos tecnológicos ao serem ofertadas disciplinas na sua integralidade na modalidade a distância, podendo aí ficar mascarado o objetivo real dessa oferta que pode ser o de oferecer mais um curso de graduação dentro das relações de mercado capitalistas, onde a educação aparece mais uma vez a serviço do lucro, disfarçada de inclusiva e democrática. Como por exemplo no caso daquele estudante que se vê motivado a realizar o sonho de um curso que não teriam como realizar presencialmente por motivos diversos e subjetivos. Esse estudante, acreditando que terá uma formação séria, acaba por optar por este formato. Em contrapartida também terá prejuízo a população que será atendida por um profissional que não teve uma formação adequada. Pode haver uma possibilidade de que a inserção em 2018 da UNIFACVEST na plataforma e-MEC (mesmo que por poucos dias) tenha sido um teste, um termômetro para aqueles, com interesse em transformar o curso de Psicologia em mais um produto de alta lucratividade, saberem como a sociedade e em especial a classe dos Psicólogos iriam reagir diante de tal investida.

No começo, a oferta de disciplinas nos cursos de Psicologia em EaD correspondia a 20%; depois passou para 40%, sem contar com as situações que culminaram para a oferta integral do curso nessa modalidade, mesmo sendo “alarme falso”. Não podemos nos desencorajar; se perdemos toda a sociedade perderá. Isso

não seria, como dizem aqueles que propõem tamanho despautério, progresso da ciência, seria sim retrocesso.

V.5 BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, foi possível apontar relações entre Psicologia, Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária. Para tal, como não poderia deixar de ser, foi imperativo um resgate histórico para situar o leitor sobre a sistematização da Psicologia Social, a meados no século XX no Brasil, e sua base dual, uma na tradição pragmática dos Estados Unidos e a outra na tradição filosófica europeia.

Como aporte teórico, para o desenrolar deste capítulo, foram utilizados autores como Lane (1983; 2012), Ozella (1996), Andery (2012), Gil (2008), Freitas (2013; 2014; 2015; 2019), Nasciutti (2013), Ximenes et al. (2014). Em todos eles pudemos de uma forma ou de outra nos aproximar da expressão “crise”, apontando também o advento da “nova” Psicologia Social, dirigida a estudar o sujeito não mais apartado do grupo social o qual se encontra inserido, mas sim como um indivíduo que faz parte do coletivo, e que o transforma e é por ele transformado.

A partir do posicionamento de autores como Motta e Mizoguchi (2019, p. 2) foi possível observar o lado disperso e disputado da Psicologia Social, em que se encontram pensadores tão díspares quanto Wilhelm Wundt, Gustave Le Bon, George Herbert Mead, Floyd Allport, Gordon Allport, Kurt Lewin e Silvia Lane.”. Também foi possível notar que este é um dos campos da Psicologia que tem servido como pano de fundo para o desdobramento de outras áreas de formação.

No que concerne ao exercício dos psicólogos e psicólogas na comunidade, essa prática faz algum tempo passou a receber um olhar mais ampliado e crítico dentro dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil, expandindo-se propostas de estágio e preparação nesse campo, assim como possibilidades de interfaces com outras áreas e disciplinas.

Aqui retomamos Freire (2011) quando nos traz que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (p. 24, da mesma forma defendemos que refletir criticamente sobre a formação implica nos mesmos resultados. Portanto, a busca por um alinhamento das reflexões tanto sobre os aspectos da prática, quanto

sobre os aspectos da formação do(a) psicólogo(a) em comunidades, e sua efetivação, revelam um aumento de fatores importantes na composição daquilo que pode colaborar para a formação de um(a) psicólogo(a) comunitário(a).

Para Andery (2012) e Freitas (2013), a entrada do(a) psicólogo(a) na comunidade implica numa nova configuração de refletir e desenvolver a psicologia, sempre com o intuito de elucidar, auxiliar e transformar a realidade concreta. A psicologia, desse modo, acaba por aceitar, em alguma medida se abrir para novos espaços de ação, que vão se ampliando de modo a acompanhar as diferenças e demandas sociais de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos.

Desde o início das práticas da Psicologia Social Comunitárias, muitas publicações alusivas a distintas experiências na área vêm sendo divulgadas. No que diz respeito aos estágios nos cursos de psicologia, observa-se um crescente nas ofertas. A Psicologia Social Comunitária passou ser ofertada de forma obrigatória nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia do Brasil e a se configurar como área de estágio de forma obrigatória. Como disciplina no campo da formação teórica, a análise dos documentos das Instituições de Ensino Superior do Paraná que ofertam o curso de Psicologia, identificou que a disciplina PSC ou disciplinas análogas estão presentes em 69% dos cursos, além da PS. Algumas informações não estavam presentes em muitas matrizes curriculares, como por exemplo a carga horária da disciplina ou o período em que foi ofertada. Observou-se que a oferta das disciplinas Psicologia Social Comunitária ou disciplinas análogas, ocorre ainda nos dois primeiros anos de formação em psicologia.

Os diferentes Conselhos de Psicologia já vinham se posicionando contrários ao aumento da carga horária no formato EaD, que na ocasião passou de até 20% para 40% das disciplinas ofertadas em cada semestre.

Como indicado neste capítulo, todos os cursos de Psicologia ativos no país são ofertados presencialmente, havendo de se readequar por conta do contexto pandêmico o qual ainda enfrentamos. Talvez, a partir das experiências acadêmicas que estamos sendo submetidos, surjam novas propostas referentes a esse formato de ensino e a oferta de disciplinas específicas na modalidade em questão em cursos de graduação presencial.

CAPÍTULO VI

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DE TRÊS PERIÓDICOS

VI.1 PRIMEIRO LEVANTAMENTO

Foram, ao início, examinados 19 periódicos, sendo que ao final concluiu-se tratar-se de 18, devido à duplicidade de nome para um mesma revista: os periódicos *Revista da UFF de Psicologia* e *Fractal: Revista de Psicologia*, pertenciam ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, sendo o primeiro modificado para o segundo título. Dos 18 periódicos, 16 eram brasileiros e 2 estrangeiros.

Tomando os 18 periódicos, foram verificados em torno de 342 (trezentos e quarenta e dois) volumes disponibilizados *on-line*, 1.013 (mil e treze) números de publicações, e a leitura de 14.419 (quatorze mil quatrocentos e dezenove) títulos de artigos. Desses, foram selecionados 96 (noventa e seis) para prosseguirmos com a leitura dos seus resumos e finalmente considerá-los válidos ou não, para a sua leitura integral, conforme Quadro 24.

QUADRO 24 – PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO PRIMEIRO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2017

(continua)

Periódicos consultados	Disponível <i>on-line</i> a partir de:	Total de volumes	Total de números disponíveis	Total de artigos encontrados	Total de artigos selecionados
Revista de Saúde Pública	1967	38	235	3.011	0
Psicologia & Sociedade	2002	16	53	951	16
Psykhé (Santiago/Chile)	2004	14	27	285	6
Estudos de Psicologia (Natal)	2000	20	58	652	4
Psicologia em estudo	1997	15	49	875	4
Argumento (da PUC-PR)	2005	14	42	498	3
“Educar em Revista” (UFPR)	1981	33	74	1447	4
Psicologia: Reflexão e Crítica)	1997	21	65	1260	6
Revista de psicologia da SIP	1967	32	58	570	17
Revista Colombiana de Psicologia	2010	8	15	156	2
Revista Psicologia Política (do Brasil - UFMG).	2007	11	27	235	0

QUADRO 24 – PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO PRIMEIRO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2017

(conclusão)

Periódicos consultados	Disponível on-line a partir de:	Total de volumes	Total de números disponíveis	Total de artigos encontrados	Total de artigos selecionados
Revista de Psicologia Política (Univ. de San Luís, Argentina)	2001	18	30	985	0
Ciência & Profissão do CFP (Psicologia: Ciência e Profissão)	1979	36	109	1409	9
Revista de Psicologia da PUCCAMP (Estudo de Psicologia – PUC Campinas)	1997	21	86	847	3
Revista da UNICAMP (Serviço Social e Saúde?)	2002	17	22	263	0
Revista da UFF de Psicologia (Continua como: Fractal: Revista de Psicologia)	2005	3	06	98	3
Fractal: Revista de Psicologia (Continuação da Revista da UFF de Psicologia)	2008	10	28	437	8
Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais	2014	15	29	424	11
Cadernos CEB	?	?	?	16	0
Total		342	1.013	14.419	96

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Em um segundo momento, atualizamos a análise de 13 dos 18 periódicos, que apresentaram material relevante para a pesquisa aqui desenvolvida e ampliamos a busca até o final do ano de 2020. Os 5 periódicos restantes foram excluídos por não apresentarem em seus títulos disponíveis *on-line* nenhum artigo de nosso interesse.

Entre os periódicos removidos estão a *Revista de Saúde Pública*, que embora tenhamos computado um total de 3.011 artigos publicados disponíveis *on-line*, nenhum deles trazia em seu teor qualquer relação com o trabalho aqui desenvolvido; assim como a Revista Psicologia Política (do Brasil - UFMG) com 235 artigos levantados; a *Revista de Psicologia Política* (Univ. de San Luís, Argentina), com 985 artigos; a *Revista Serviço Social e Saúde* da UNICAMP e, os *Cadernos CEB*, com 16 títulos disponíveis *on-line* naquela ocasião, conforme Quadro 25.

QUADRO 25 – PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO PRIMEIRO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2017 QUE FORAM EXCLUÍDOS POR NÃO APRESENTAREM ARQUIVOS RELACIONADOS A PRESENTE PESQUISA.

Periódicos consultados	Disponível on-line a partir de:	Total de volumes	Total de números disponíveis	Total de artigos encontrados	Total de artigos selecionados
Revista de Saúde Pública	1967	38	235	3.011	0
Revista Psicologia Política (do Brasil - UFMG).	2007	11	27	235	0
Revista de Psicologia Política (Univ. de San Luís, Argentina)	2001	18	30	985	0
Revista da UNICAMP (Serviço Social e Saúde?)	2002	17	22	263	0
Cadernos CEB	?	?	?	16	0
Total		84	314	4510	0

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

No que concerne à atualização desses dados em setembro de 2020, iniciamos este processo a partir do levantamento das publicações disponíveis no periódico *Psicologia & Sociedade* da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO²¹), contemplando assim os artigos divulgados subsequentemente ao último período levantado (1º semestre de 2017). Assim, retomamos o levantamento de onde havíamos parado, incluindo os novos achados a partir do 2º semestre de 2017 a 2020.

Em dezembro de 2020, prosseguimos com as atualizações contemplando, como já mencionado, todos os demais periódicos que não haviam apresentado resultados negativos em nossas buscas.

Dos 18 periódicos selecionados inicialmente os que permaneceram foram os 13 apresentados a seguir: *Psicologia e Sociedade* (ABRAPSO); *Revista Psicologia Ciência e Profissão* do CFP; *Revista de Psicologia da SIP*; *Estudo de Psicologia* (PUC/CAMP); *Psicologia Argumento* (PUC/PR); *PSYKHE* (PUC/Chile); *Estudos de Psicologia* (UFRN); *Educar em Revista* (UFPR); *Psicologia Reflexão e Crítica* (UFRGS); *Fractal: Revista de Psicologia* (UFF); *Revistas e Práticas Psicossociais*

²¹ “No contexto da psicologia no Brasil, a Abrapso constituiu-se em um marco importante para a construção de uma psicologia social crítica, histórica e comprometida com a realidade concreta da população.” (FREITAS, 1996, p. 54).

(UFSJ); *Psicologia em Estudo* (UEM) e, *Revista Colombiana de Psicologia* (Universidade Nacional da Colômbia). Em relação a tais periódicos o resultados de artigos selecionados após a atualização dois dados foram os apresentados no Quadro 26.

QUADRO 26 – PERIÓDICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE NO SEGUNDO LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1980 A 2020

Periódicos consultados	Edições disponíveis on-line a partir de:	Total de volumes	Total de números disponíveis	Total de artigos encontrados	Total de artigos selecionados
Psicologia & Sociedade	2002	19	57	1.098	19
Psykhē (Santiago/Chile)	2004	17	34	340	13
Estudos de Psicologia (Natal)	1997	20	59	652	4
Psicologia em Estudo	1997	18	52	965	4
Argumento (da PUC-PR)	2005	16	64	616	3
“Educar em Revista” (UFPR)	1981	36	87	1.741	4
Revista de psicologia da UFRGS (Psicologia: Reflexão e Crítica)	1997	24	68	1.343	6
Interamerican Journal of Psychology (IJP) - Revista de psicologia da SIP	1967	41	72	691	8
Revista Colombiana de Psicologia	2010	11	21	217	3
Ciência & Profissão do CFP (Psicologia: Ciência e Profissão)	1979	40	124	1.793	8
Revista de Psicologia da PUCCAMP (Estudo de Psicologia – PUC Campinas)	1997	25	83	1.002	3
Revista da UFF de Psicologia, continua como Fractal: Revista de Psicologia	2005	16	47	674	11
Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais	2006	16	29	424	11
Total		299	787	11.559	

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Do total desses 13 periódicos atualizados nos apoiamos em 3 deles para realizar uma pesquisa em profundidade, são eles: *Psicologia e Sociedade* (ABRAPSO); *Revista de Psicologia da SIP*; e revista *Fractal: Revista de Psicologia*

(UFF). Nesse sentido, o periódico *Psicologia e Sociedade* (P&S), uma revista quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), foi escolhida para ser a primeira a ter seus artigos selecionados, lidos e analisados em sua integralidade, por ser essa revista reconhecida internacionalmente e por seu caráter crítico e permanente. A seguir apresentamos os resultados relativos aos achados deste recorte da pesquisa.

VI.2 PERIÓDICO PSICOLOGIA E SOCIEDADE

Apresentamos a análise de artigos extraídos da Revista *Psicologia e Sociedade*, cujo foco em suas pesquisas apresentava em alguma medida relação com a Psicologia Social Comunitária e o processo de formação presentes nas propostas curriculares dos cursos de graduação em Psicologia.

No total, na plataforma *on-line* da mencionada revista, se encontravam disponíveis 19 volumes que somavam 57 números; desses, 10 se tratavam de números especiais. Todos os números foram baixados e salvos em Pen-Drive, Dropbox e Google Drive (serviço para armazenagem de arquivos em geral), bem como impressos, catalogados e encadernados.

Todos os sumários foram analisados um a um por meio da “Técnica de Garimpagem Manual”²². No total, foram levantados 1.098 (Mil e noventa e oito) títulos de artigos da Revista *Psicologia e Sociedade*. Após a leitura de cada um deles, foram selecionados 23 para a leitura de seus resumos.

Finalizada esta última tarefa, 4 (quatro) dos 23 artigos foram rejeitados, pois, verificou-se que a discussão neles contida não atendia aos critérios da presente pesquisa. De tal modo, ficaram para análise 19 artigos. Esses artigos foram publicados no período de 2006 a 2020 como apresentado na Quadro 27:

²²Essa Técnica denominada *Garimpagem Manual* foi desenvolvida pela Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Quintal de Freitas, corresponde a pesquisa de artigos e documentos de forma cuidadosa e aprofundada, na qual as ferramentas de busca por meio de conteúdo, palavras e prescritores, não são aplicadas, sendo priorizada a consulta individual de cada um dos títulos dos artigos publicados. A partir da seleção dos artigos por meio de seus títulos, avança-se para a leitura de seus resumos e, posteriormente, a partir da leitura dos resumos seleciona-se os artigos que serão lidos e analisados em sua integralidade.

QUADRO 27 – REVISTA PSICOLOGIA E SOCIEDADE: PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS ON-LINE A PARTIR DE 2002 A 2020 (19 artigos SELECIONADOS)

Ano de publicação	Números de artigos selecionados
2006	1 artigo
2008	2 artigos
2009	2 artigos
2010	2 artigos
2011	2 artigos
2012	2 artigos
2013	2 artigos
2014	1 artigo
2016	2 artigos
2018	1 artigo
2019	1 artigo
2020	1 artigo
Total	19 artigos

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Ao analisarmos os 19 artigos selecionados, constatamos a seguinte distribuição de caráter geográfico: 18 dos artigos são brasileiros (1 da região Norte, 5 da região Nordeste, 10 da região Sudeste e 2 da região Sul) e um é do Chile (Temuco).

VI.2.1 Foco da atuação realizada e recursos metodológicos empregados

No que tange às características que os artigos selecionados têm em comum, em sua totalidade as pesquisas apresentadas discutem/abordam em alguma medida a atuação do profissional de psicologia ou tratam de aspectos de intervenção por parte do psicólogo, seja no campo da área Clínica, da Educação (Básica ou Superior); atuação nas áreas das Políticas Públicas de modo geral, discutindo aspectos relacionados à população pobre e(ou) marginalizada; à saúde; à educação; ou trabalhos em comunidades.

Dos 19 artigos, oito deles fazem referência em seu conteúdo a alguma disciplina específica do curso de graduação em Psicologia; entre estes oito artigos, três versam sobre a disciplina “Psicologia Social” em diferentes aspectos; um desses artigos trata de uma intervenção a partir da disciplina “Teoria e temáticas de pesquisa em Psicologia”; outros quatro apresentam uma temática embasada na “Psicologia Comunitária e Social Comunitária”, ou seja, eles destacam objetos de estudo da referida disciplina.

Em relação à abordagem metodológica, 16 dos 19 artigos apresentam abordagem qualitativa, 2 apresentam abordagem quantitativa, 1 apresenta abordagem qualitativa e quantitativa. Em relação à classificação das pesquisas com base em seus objetivos, 7 são de natureza descritiva e 12 de natureza exploratória. No que tange à classificação das pesquisas com base nos procedimentos técnicos utilizados por seus autores, dois são estudo de casos; outros dois são pesquisa-ção; um trata-se de pesquisa etnográfica²³ realizada ao longo de um ano e “conduzida por professores e alunos de 3º e 4º semestres do Curso de Psicologia” (RAMOS; CARVALHO, 2008, p. 176); dois são levantamentos; cinco são pesquisas bibliográficas; dois são pesquisa participante; um é reflexão historiográfica; um é exploratória; um pesquisa intervenção; um fenomenológica e um outro documental.

Quando analisamos os diferentes instrumentos e recursos utilizados para levantar e reunir informações sobre os temas propostos nos artigos selecionados, encontramos uma diversidade de práticas, como indicado na Quadro 28:

QUADRO 28 – METODOLOGIAS DE PESQUISAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS – PSICOLOGIA E SOCIEDADE

Metodologia adotada	Quant. de Artigo
Análise em Material documental (livros e artigos)	9
Entrevistas	5
Diário de campo	3
Observação	3
Descrição da Intervenção realizada	3
Questionários	2
Análise de Currículo e PPP	2
Grupo Focal	1
Recursos Fotográfico	1

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2017).

NOTA: Alguns artigos adotaram mais de uma prática metodológica, o que implicou no cômputo de metodologias superior ao número de artigos analisados.

VI.2.2 Experiências, espaços possíveis e participantes na atuação

Dos 19 artigos selecionados, quatro deles tratavam de alguma questão que envolvia a Escola de Educação Básica e apontavam contribuições do profissional da

²³ A etnografia como estratégia de pesquisa (como a observação participante, no seu início) foi importada da antropologia para diversas áreas substanciais em outras disciplinas, tais como a sociologia e a educação. Enquanto, no começo, a etnografia estudou culturas remotas em seu caráter de não familiaridade, a etnografia atual começa sua pesquisa por perto e quer mostrar determinados aspectos daquilo que parece familiar a todos nós. (FLICK, 2009, p. 2015).

área da psicologia para ajudar ou solucionar tais questões (PETERS; TIZZEI, 2006; FERREIRA NETO, 2008; PENTEADO; GUZZO, 2010; SANT'ANA; GUZZO, 2016).

Nessa perspectiva Peters e Tizzei (2006) apresentam em seu artigo uma experiência realizada no espaço de uma escola localizada no interior de São Paulo; a referida experiência proporcionou que acadêmicos do curso de Psicologia da disciplina “Psicologia e Comunidades” pudessem vivenciar na prática atividades integrativas entre escola e comunidade. Diante dessa integração a escola passou a ser aberta para a comunidade aos finais de semana. Ocasão em que crianças e jovens da região podiam realizar atividades culturais e de lazer.

Quanto ao papel dos estudantes de Psicologia, estes muitas vezes eram bolsistas, porém o projeto contava (embora esporadicamente) com a ajuda voluntária da própria comunidade para a sua efetivação. No trabalho apresentado por Peters e Tizzei (2006) estes esclarecem que o movimento de ir e vir ao espaço escolar nos finais de semana foi o que lhes chamou atenção. Puderam perceber que as atividades ali desenvolvidas pelos estudantes de Psicologia e professores do mesmo curso, contribuíam para evitar que aquelas crianças e adolescentes se envolvessem com os perigos das ruas. Segundo os autores, apoiados em Guzzo (2005), esse tipo de trabalho envolve tanto educadores quanto psicólogos(as), e estes profissionais devem proporcionar por meio de suas ações “o bem-estar dos que ali estão” (p. 86).

Já na pesquisa de Ferreira Neto (2008), o autor aponta uma experiência de intervenção do(a) psicólogo(a) na escola, sendo que a pesquisa tratou de uma intervenção em saúde pública, pois, o objeto inicial da pesquisa estava relacionado com o grande número de crianças enviados ao posto de saúde por meio da escola. Ressalta-se que a escola ficava ao lado do posto de saúde em que o pesquisador trabalhava. Nesse contexto um grande número de crianças encaminhadas pela referida escola passou a ser uma demanda de pacientes no posto de saúde, visto que as mesmas eram encaminhadas por apresentarem, segundo os professores, problemas de aprendizagem ou indisciplina.

Sendo a escola a responsável pelo encaminhamento de parte da clientela do posto de saúde, isso chamou a atenção dos profissionais que trabalhavam no posto, levando-os a investigarem. Os(as) psicólogos(as) buscaram por meio do compartilhamento de saberes junto aos professores, equipe diretiva e funcionários

da escola, desenvolver “ações e responsabilidades na intervenção de novos modos de ação” (FERREIRA NETO, 2008, p. 63) que provocasse rupturas com as práticas instituídas, tais como deixar a criança num jogo de empurra quando essa apresenta dificuldades seja relacionada a indisciplina ou a aprendizagem.

No mesmo artigo, Ferreira Neto (2008) destaca mais um espaço de atuação do(a) psicólogo(a) como sendo a escola, e mostra detalhadamente o trabalho desenvolvido na escola pelos psicólogos junto ao que foi denominado como Grupo Multidisciplinar (GM), no qual os(as) psicólogos(as) discutiram com os participantes sobre os problemas que esses apresentaram, como por exemplo, a dificuldade de aprendizagem das crianças, bem como a indisciplina e questões de dificuldades em trabalhar temas referentes a sexualidade, por ser este último conteúdo também um ponto de preocupação dos professores da instituição investigada. O Grupo Multidisciplinar tornou-se a linha de partida para a intervenção dos pesquisadores.

Até aqui observou-se duas formas de intervenção por parte do(a) psicólogo(a) no espaço escolar, no primeiro uma perspectiva da relação entre escola e comunidade, no segundo a intervenção ocorre junto a funcionários em geral e professores da escola. De acordo com Ferreira Neto (2008) “Hoje, os psicólogos são chamados a desenvolverem, de forma concomitante, ações sobre indivíduos e coletivos, objetos tradicionalmente segmentados na formação entre a tradição clínica da psicologia e a tradição social.” (p. 68). É com esse olhar que assim como os dois primeiros artigos aqui apresentados vamos abordar os outros dois artigos que tratam também do tema da atuação do(a) psicólogo(a) na área da Educação. Tanto Penteado e Guzzo (2010), quanto San’t Ana e Guzzo (2016) vão tratar de questões referentes à ação do(a) psicólogo(a) junto à escola na formulação ou análise do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Das 19 pesquisas selecionadas, quatro apresentam de algum modo em suas discussões as práticas da Psicologia no campo da assistência social (DANTAS et al., 2010; SILVA; CORGOZINHO, 2011; CAMBUY; AMATUZZI, 2012; MOTTA; SCARPARO, 2013), bem como se referem a algum tipo de atuação de psicólogos e psicólogas junto a uma parcela específica da população que é apresentada com as seguintes denominações ou nomenclaturas: população pobre, população vulnerável, população marginalizada, população carente, população menos privilegiada,

população desprivilegiada ou população miserável. Vale dizer que o termo ‘carente’ não se aplica como sinônimo dos demais termos se levarmos em conta a proposta dos mesmos na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, isto porque, o uso dele enfoca as fragilidades e dificuldades das pessoas e não o estado de privação em que elas se encontram em determinado contexto histórico. Tal estado de privação não é imutável, e as pessoas não ‘são’ carentes: elas podem estar em tal condição.

As quatro pesquisas referidas anteriormente (DANTAS et al., 2010; SILVA; CORGOZINHO, 2011; CAMBUY; AMATUZZI, 2012; MOTTA; SCARPARO, 2013) apontam a área da assistência social como sendo uma das possíveis áreas de atuação do(a) psicólogo(a). A possibilidade do exercício profissional nessa área muito se avivou a partir da “intensificação dos processos de inserção da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas brasileiras” (MOTTA; SCARPARO, 2013, p. 230).

Em Dantas et al. (2010) a relação da Psicologia com a pobreza é abordada a partir da produção de conhecimento na área e as tendências apresentadas. Nessa perspectiva os autores apontam que embora seja evidente a atuação dos(as) psicólogos(as) com as populações pobres “a pobreza não aparece como uma preocupação explícita da Psicologia” (p.110). No entanto:

Não se pode desconsiderar o volume de trabalhos encontrados que se conectam com a questão da pobreza, eventualmente indicando uma tendência de aproximação da profissão à realidade social brasileira. Isso propiciou a produção de trabalhos em que a pobreza aparece como uma questão a ser considerada na atuação do psicólogo. (DANTAS et al., 2010, p. 110).

Em Silva e Corgozinho (2011) as discussões vão ao encontro das práticas de psicólogos e psicólogas no campo da assistência social (Sistema Único de Assistência Social – SUAS e Centro de Referência da Assistência Social – CRAS) enquanto campo de intervenção política, que se abre de um trabalho que inicialmente era puramente clínico para um trabalho que visa o social e o comunitário, no qual se propõe inicialmente uma transformação coletiva/social para depois alcançar a transformação individual. Nesse sentido as autoras esclarecem que é preciso que haja mais ênfase na prática da atuação do(a) psicólogo(a) e na articulação entre o(a) psicólogo(a) do SUAS/CRAS com a Psicologia Social

Comunitária nos espaços de formação acadêmica. Segundo elas, “praticamente toda produção teórico-metodológica desenvolvida na área da ciência psicológica, principalmente a Social-Comunitária, pode se adaptar às características específicas deste campo, subsidiar o trabalho do(a) psicólogo(a) atuante no SUAS/CRAS.” (p. 19).

Em concordância com aquilo que apresentam Silva e Corgozinho (2011), Motta e Scarparo (2013) acrescentam que sobre as questões teóricas não há afinação entre a formação e a inserção no campo e para elas isso é um problema. No entanto, elas defendem que “a interlocução com outros saberes e práticas [...] cria um emaranhado de caminhos que se comunicam a todo instante [...] (MOTTA; SCARPARO, 2013, p. 238). Sem dúvidas essa comunicação se faz relevante, podendo gerar trocas promissoras entre as diferentes áreas, onde cada qual compreendendo melhor o seu papel poderia contribuir de maneira mais pontual junto aos processos interventivos e alcançar um maior número de pessoas e grupos. Em linhas gerais todos se beneficiariam.

Em Silva e Corgozinho (2011) fica claro a defesa que as autoras fazem sobre a importância do(a) psicólogo(a) saber distinguir e delimitar melhor seu trabalho em relação a prática dos demais profissionais (assistente social, advogado, entre outros) aptos a comporem as equipes multidisciplinares nos diferentes âmbitos das Políticas Públicas Sociais. Como afirma:

É preciso que haja maior ênfase na prática da atuação do psicólogo. Há a necessidade de se imbricar, na academia, a relação entre a teoria estudada e o exercício de suas funções.

Não é possível implantar uma política pública de qualidade sem trabalhadores estáveis e qualificados para o exercício das funções. Quando o profissional possui segurança teórica de sua atuação, certamente consegue delimitar melhor o seu trabalho, dando respaldo para que se consiga distinguir seus afazeres dos outros profissionais em uma equipe trans, multi ou interprofissional, como ocorre com o profissional de psicologia no CRAS (SILVA; CORGONZINHO, 2011, p. 19).

Já em Cambuy e Amatuzzi (2012) ganha destaque a atuação do(a) psicólogo(a) numa Clínica Psicológica do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse espaço poderia haver vivências comunitárias de psicólogos clínicos - cuja prática é denominada Clínica Ampliada - visto que os autores dizem representar como “um engajamento político na busca de relações mais humanas e um compromisso ético

de tornar a clínica como plano de produção do coletivo, como sustentação da alteridade.” (p. 682). Desse modo, percebe-se que cada vez mais os espaços voltados aos trabalhos do(a) psicólogo(a) no campo da Psicologia Social Comunitário, não são isolados e envolvem profissionais de outras áreas para a efetivação de um trabalho em conjunto sempre pautado na transformação social e na efetivação de relações sociais menos desiguais e por isso mesmo mais justas.

VI. 3 FRACTAL: REVISTA DE PSICOLOGIA

O periódico Fractal foi criado em 1989. Naquele contexto, tratava-se de uma publicação local, ligada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em seu início, se chamava Revista do Departamento de Psicologia – UFF, tendo esse nome modificado em 2009, quando passou a ser chamada de “Fractal: Revista de Psicologia”, tendo em vista que, de acordo com o Conselho Editorial na ocasião, o primeiro nome não dava conta de anunciar o que o periódico passou a representar no contexto nacional como espaço relevante para a área da Psicologia.

Esclarecido a questão quanto ao nome do periódico Fractal, salientamos que a revisão bibliográfica dos artigos nele publicados foram computados considerando a união das duas nomenclaturas da revista. Foram selecionados artigos que vão ao encontro do Campo e Tema investigado “Formação e(m) Psicologia Social Comunitária: análise de propostas curriculares nas Instituições de Ensino Superior do Paraná e Publicações Especializadas”. O levantamento resultou nos seguintes achados: no total, na plataforma *on-line* da mencionada revista, se encontravam disponíveis 13 volumes que somavam 34 números de publicações, um total de 535 (quinhentos e trinta e cinco) artigos, dos quais foram selecionados 12. Após leitura em profundidade, constatamos que um desses 12 artigos não ia ao encontro da proposta da presente pesquisa, por isso, ele foi removido, restando 11 artigos selecionados. Esses artigos foram publicados no período de 2007 a 2015 como apresentado na Quadro 29:

QUADRO 29 – FRACTAL: REVISTA DE PSICOLOGIA, PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS ON-LINE A PARTIR DE 2007 A 2015 (11) ARTIGOS SELECIONADOS)

Ano de publicação	Números de artigos selecionados
2007	4 Artigos
2008	2 artigos
2010	1 artigo
2011	2 artigos
2014	1 artigo
2015	1 artigo
Total	11 artigos

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Os 11 textos selecionados correspondem a publicações de autores pertencentes à Instituições de Ensino Superior brasileiras, as pesquisas foram realizadas em 3 das 5 regiões geográficas do país, e se encontram dispostas da seguinte forma: 2 delas da região Nordeste, outras 6 da região Sudeste e outras 3 da região Sul). Ver Quadro 30.

QUADRO 30 – DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS A PARTIR DO PERIÓDICO FRACTAL, NO PERÍODO DE 2005 A 2015

(continua)

Ano de publicação	Região/país onde a pesquisa foi desenvolvida	Título	Autores	Instituição a que pertence
2015	Rio Grande do Sul	Capacitação de Gestores em Programa de Prevenção da Violência Comunitária	RODRIGUES; Anelise Lopes; SARRIERA, Jorge Castellá.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
2014	Universidade Federal da Paraíba	Formação em Psicologia Social: relato de uma experiência de ensino/pesquisa/intervenção	FERNANDES, Angela Maria Dias; ZANELLA, Andrea Vieira; BUENO, Gabriel.	Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Santa Catarina
2011	Pesquisa bibliográfica	Comunidades e o campo da política: uma reflexão a partir da psicanálise	RIBEIRO, Cynara Teixeira; LARA Jr, Nadir.	Universidade Católica de São Paulo; Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

QUADRO 30 – DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS A PARTIR DO PERIÓDICO FRACTAL, NO PERÍODO DE 2005 A 2015

(conclusão)				
Ano de publicação	Região/país onde a pesquisa foi desenvolvida	Título	Autores	Instituição a que pertence
2011	relato de uma experiência profissional na docência Salvador/BA	Modos de ensinar e conhecer História da Psicologia	MATOS, Rosângela Luz.	Universidade Federal da Bahia
2010	“Ensaio acadêmico” Rio de Janeiro, RJ	Formar psicólogos: por quê? para quê?	DANTAS, Jurema Barros.	Universidade Veiga de Almeida, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes-RJ.
2008	Relato de resultados de pesquisa	Opinião de diplomados sobre o curso de Psicologia da UFF	PALHARINI, Francisco de Assis; PALHARINI, Desirée Barros.	Universidade Federal Fluminense
2008		Encontros e (des)encontros da atuação profissional: contribuições da psicologia comunitária e da economia solidária (#)	SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y; KAWAHALALL, Edelu.	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
2007	Porto Alegre	Um projeto de multiplicidade entre pesquisa, extensão, universidade e comunidade: vivenciando a cultura no bairro Restinga	ZANIOL, Elisângela; MOLIN, Fábio Dall; ANDREOLI, Giovanni Andreoli.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2007	Reprodução do simpósio	** Ser na Psicologia: diálogos sobre a profissão	SIMÃO, Livia Mathias; COELHO Jr, Néelson Ernesto; FERREIRA, Arthur Arruda Leal.	Universidade de São Paulo Universidade Federal do Rio de Janeiro
2007	Pesquisa teórica	* Entrar na Psicologia, encontrar os outros	SIMÃO, Livia Mathias.	Universidade de São Paulo
2007	Palestra vem da pluralidade de uma experiência didática	*A diferença que nos une: o múltiplo surgimento da psicologia	FERREIRA, Arthur Arruda Leal.	Rio de Janeiro

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

(#)Obs.: “ Este trabalho foi apresentado no III ENCONTRO REGIONAL DA ABEP/SC: A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, realizado em Palhoça/SC, no campus da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL entre os dias: 11, 12 e 13 de Setembro de 2008.”. Por isso só há o acesso ao Resumo desse trabalho.

Por se tratar de um resumo referente ao Simpósio “Ser na Psicologia: diálogos sobre a profissão” o artigo de (SIMÃO; COELHO Jr; FERREIRA, 2007) foi removido, no entanto reservado para identificação junto aos demais artigos a ele relacionado (SIMÃO, 2007) e (FERREIRA, 2007).

Configura-se como objeto de estudo dos artigos selecionados questões relacionadas à formação em Psicologia, aspectos da formação e qualificação do(a) psicologia(a) para atuar em políticas sociais, a prática teórico-metodológica da

Psicologia Comunitária, disciplinas curriculares e didáticos, entre outros. Quando analisamos os diferentes instrumentos e recursos utilizados para levantar e reunir informações sobre os temas propostos nos artigos selecionados, encontramos uma diversidade de práticas metodológico, como indicado no Quadro 31:

QUADRO 31 – METODOLOGIAS DE PESQUISAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS – FRACTAL

Metodologia adotada	Quant. de Artigo
Diário de campo	3
Observação	3
Descrição da Intervenção realizada	3
Pesquisa Ação Participante	3
Pesquisa Bibliográfica / Análise em Material documental (livros e artigos)	2
Relato de experiência	2
Método de Planejamento Estratégico Situacional	1
Grupos operativos	1
Reprodução de Simpósio	1
Experiência Didática	1
Observações participantes	1
Oficina de Definição de Demandas	1
Relato de resultado de pesquisa	1
Relatos de história de vida	1
Ensaio acadêmico	1

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2017).

NOTA: Alguns artigos adotaram mais de uma prática metodológica, o que implicou no cômputo de metodologias superior ao número de artigos analisados.

Em 6 dos 11 artigos (FERREIRA, 2007; SIMÃO et al., 2007; PALHARINI, 2008, DANTAS. 2010; MATOS, 2011; FERNANDES, et al., 2014) vamos encontrar uma discussão desenvolvida por docentes dos cursos de Psicologia que vão abordar algum aspecto do processo de formação do(a) psicólogo(a) e a contribuição desse profissional junto à sociedade. Entre os debates levantados, vamos encontrar questões que envolvem o tipo de formação oferecido no ensino superior, mais especificamente nos cursos de Psicologia. Palharini (2008), ponderando sobre objetivos das Instituições de Ensino Superior e do ensino oferecido nesses estabelecimentos, enfoca a capacidade desses espaços, a partir do contexto que estão inseridos, de provocar transformações geradas por pesquisas e indagações constantes, tais como:

[...] o significado dessa formação? O que ela abrange ou deveria abranger? Qual a natureza do impacto que ela promove no contexto em que se insere? Em que tipos de impactos sociais podemos nos referenciar, além daqueles relacionados diretamente à vida profissional? (PALHARINI, 2008, p. 585).

Em Simão (2007), o foco é o caminho que levou o acadêmico a escolher o curso de Psicologia, como se dá o ingresso do estudante no curso, e ainda, a percepção que o(a) estudante tem sobre ele a partir da sua experiência inicial ao longo do primeiro semestre ou ano letivo, em especial, no que tange aos campos e objetos de estudo da Psicologia. De acordo com a autora:

Ingressar no curso de Psicologia é, para grande parte dos alunos e alunas, e conforme seus próprios relatos, uma experiência geradora tanto de curiosidade como de receio, tanto de contentamento como de ansiedade, tanto de certeza de haver feito “a escolha certa” como de desconfiança de não tê-la feito “corretamente”. Trata-se, fundamentalmente, do pensar e sentir ambiguidade diante do novo, experiência esta que parece se intensificar particularmente pela natureza da própria Psicologia, enquanto campo de conhecimento diverso sobre um objeto plural (SIMÃO, 2007, p. 481).

Esses sentimentos que Simão (2007) relata fazerem parte da experiência do estudante ingressante do curso de psicologia, vão dar lugar a outras questões, como por exemplo, àquelas, que segundo (PALHARINI, 2008) estão relacionadas a inserção do acadêmico no mercado de trabalho após a sua conclusão, e o papel do profissional na sociedade. Questões essas, que segundo Dantas (2010) e Fernandes (2014), estão imbricadas em todo o processo formativo, o que leva esses autores a darem ênfase em seus textos a um debate sobre a relevância da formação crítica do profissional em Psicologia, sobretudo na área da Psicologia Social, pautados na defesa da não neutralidade da Psicologia.

Percebemos, assim, que a formação “psi” se apresenta como um universo homogêneo e desarticulado de superficialidades, como um sistema fechado e avesso a novas produções. Vemos um saber que, tacitamente, dicotomiza a prática da teoria, neutraliza ações de rebeldia, produz papéis previamente definidos e promove efeitos normatizadores de poder. Colocar em questão a formação não passa pela busca de uma identidade ou de um papel para o psicólogo, passa pela invenção de outros modos de subjetivação que rompam as amarras hermeticamente instituídas no campo “psi” (DANTAS, 2010, p. 630).

Pensar a formação é apresentar um território teórico necessário casado com uma formação crítica, reflexiva e política sobre si e sobre o mundo. Logo, se estamos nos propondo a pensar a formação “psi”, tenhamos claro que esta não será aqui entendida como este acumulado material desconectado, tornado abstrato e com anseios de se tornar mercadoria pelos profissionais especializados no comportamento ou no bom trato das emoções. Pelo contrário, é o sentido ativo, de produção de efeitos, que se resgata quando tomamos a formação como processo, cruzamento de linhas de forças e produção apenas de territórios provisórios (DANTAS, 2010, p. 626).

As discussões propostas nos artigos em geral, discorrem sobre práticas psicológicas e em alguma medida, sobre aspectos da formação do(a) psicólogo(a); tanto uma e outra coisa são, de acordo com (DANTAS, 2010, p. 621), ações políticas.

Portanto, a formação em Psicologia é carregada de responsabilidades inerentes a concretude das performances profissionais embasadas em valores ético-político-social, mesmo que para Ferreira (2007):

[...] a maioria das psicologias no plano político (nas suas práticas) reúnem um modo de abordar o indivíduo tanto como ser autônomo e livre (soberano), como sujeito a ser disciplinado e controlado: algumas psicologias, mesmo que privilegiem a autonomia do ser humano, remetem na a uma norma natural; outras, ainda que tentem disciplinar os indivíduos, fazem-no de modo a favorecer o seu autocontrole autônomo (FERREIRA, 2007, p. 499)

Esses aspectos ético-político-sociais desenvolvidos e aprimorados ao longo do curso, que propõem-se a suplantar a distância entre sujeito e objeto, que, de acordo com Zaniol et al. (2007), Simão (2007), Matos (2011), Ribeiro e Lara (2011), Rodrigues e Sarriera (2015), estabelecem relações mais horizontais na construção do conhecimento, permitindo o desenho de saberes político-sociais que se ajustam à realidade concreta dos sujeitos partícipes dos processos formativos.

Esses profissionais em suas práticas cotidianas quando comprometidos com questões de ordem político-social vão além de meras reproduções de conceitos e técnicas (DANTAS, 2010; FERNANDES, 2014; RIBEIRO; LARA, 2011; RODRIGUES; SARRIERA, 2015), existem sim, não só na área da Psicologia, profissionais que são alienados e desobrigados do seu papel na sociedade. No entanto, refletindo sobre essa questão no que tange a formação atual em Psicologia,

segundo esses mesmos autores, podemos inferir que a formação desse profissional vem sendo pautada no compromisso social em muitas esferas, que busca priorizar o humano, reiterando no ato de (con)viver o caráter pleno de luta política e de modos individuais e coletivos de existir. Por isso mesmo, acreditamos que é preciso que isso esteja refletido nas propostas curriculares desses cursos.

Dos 11 artigos, 4 vão tratar em alguma medida, da Psicologia Comunitária ou Social Comunitária e aspecto de intervenção-ação (ZANIOL et al., 2007; SOLER; KAWAHALALL, 2008; RIBEIRO; LARA Jr, 2011; RODRIGUES; SARRIERA, 2015), preocupam-se em expor em seus trabalhos exemplos possíveis de aliar teoria e prática, expondo maneiras possíveis de superar as dificuldades encontradas e transformá-las. Diante desses exemplos somos levados a entender que para cada contexto a intervenção é revestida com uma roupagem personalizada, tendo em vista que cada caso é um caso. Então, mesmo que a base teórico-metodológica utilizada seja pautada no acervo da Psicologia Comunitária ou Psicologia Social Comunitária, não é estanque num só formato, mas sempre almeja a transformação.

O conhecimento teórico é uma condição necessária, e fundamental, porém não suficiente para produzir as transformações tão almejadas por profissionais e estudantes que adentram o campo das políticas públicas e sociais. Em se tratando da complexidade dos problemas a serem enfrentados no dia-a-dia das comunidades, dos serviços de assistência ou de saúde que atuamos, torna-se indispensável à adoção de uma práxis (RODRIGUES; SARRIERA, 2015, p. 150).

Quatro dos 11 trabalhos vão abordar experiências de docência em diferentes disciplinas, *Psicologia Geral*, *História da Psicologia*, *Behaviorismo*, *Gestaltismo*, *Psicologia da Percepção*, *Psicologia do Desenvolvimento*, *Psicologia da Aprendizagem e Psicologia Social* (FERREIRA, 2007); *Psicologia Social II* (FERNANDES, 2014); *História da Psicologia, Estágio Básico I* (MATOS, 2011); *Psicologia Comunitárias ou correspondentes*, (RODRIGUES; SARRIERA, 2015). De acordo com Matos:

A psicologia pela posição e condição de sua emergência no desenho da *episteme* moderna traz consigo a possibilidade de fazer visível o devir dos sujeitos; o vir a ser especular, visível na imagem que as ciências da vida, da linguagem e do trabalho, bem como as ciências da natureza e as filosofias, projetam sobre o homem no volume interno do triedro dos saberes. Mais ainda, a psicologia em diálogo com uma dessas ciências potencializa a noção de autoria, de autonomia ou resistência dos sujeitos na constituição

de sua experiência psicológica, social, política, ética, moral (MATOS, 2011, p. 635).

Três dos 11 trabalhos vão abordar experiências comunitárias, Psicologia Social Comunitária, atuação profissional do(a) psicólogo(a) (RODRIGUES; SARRIERA, 2015; RIBEIRO et al., 2011; SOLER; ZANIOL et al., 2008). Ribeiro fala das diferenças existentes entre os conceitos de favelas e comunidades, esclarecendo que não são termos sinônimos. Rodrigues e Sarriera (2015), sobre a execução de intervenções comunitárias destacam os desafios na esfera formativa, seja ela no campo da formação acadêmica ou formação continuada, para aproximar teoria e prática, de modo que o discurso seja coerente com a prática.

É, portanto, um desafio para todos nós – profissionais, educandos e educadores – a proposição de estratégias que minimizem o distanciamento entre o planejamento e a execução de intervenções comunitárias. Acreditamos que sistematizar experiências e compartilhar com os pares nossas estratégias de intervenção constitui-se num importante passo para reduzir esse aparente distanciamento entre aquilo que “aprendemos” e aquilo que “fazemos”, entre o que “planejamos” e o que efetivamente “realizamos” em nosso cotidiano de trabalho (RODRIGUES; SARRIERA, 2015, p. 150).

Vão tratar da atuação dos(as) psicólogos(as) com algum viés político, enfocando nas políticas públicas/social, na minimização das diferenças sociais entre os sujeitos que compõem a sociedade, pautando-se em princípios éticos, coadunando-se junto à formação de futuros psicólogos e psicólogas não conformados com os problemas sociais e que por isso mesmo buscam formas de contribuir para enfrenta-los e minimizá-los. (DANTAS, 2007; PALHARINI, 2008; MATOS; RIBEIRO; LARA Jr. 2011; FERNANDES et al., 2014; RODRIGUES; SARRIERA, 2015).

Vão mencionar algum aspecto relacionado à estágios de psicólogos(as) (DANTAS, 2007; PALHARINI, 2008; MATOS; RODRIGUES; SARRIERA, 2015). Vale dizer que todos esses aspectos estão relacionados à formação em Psicologia. De acordo com Dantas (2010):

As teorias, os estágios, as supervisões não excluem a política pelo contrário, alimentam, fortalecem e questionam possíveis atuações diferenciadas e preocupadas com o conjunto social e não com o desviante, ou melhor, com aquele que se mostra a margem do processo. Isto porque o desvio e a margem nada mais são do que retratos desta formação e desta compreensão homogênea do especialista. Ao falarmos da relevância do por que e do para que formar psicólogos queremos ampliar a questão da formação de um lugar com livros e técnicas para um lugar de análise permanente que crie um vínculo originário e indissolúvel entre formação e sociedade (DANTAS, 2010, p. 626).

Encontramos nos artigos analisados algumas contribuições para nossas reflexões sobre a formação em Psicologia e a atuação em Psicologia Social Comunitária. São eles estudos pautados em uma postura crítica por parte dos seus autores, todos eles profissionais da Psicologia, atuantes na docência, ocupados e preocupados com a formação de futuros psicólogos e psicólogas.

É ponto comum nessas pesquisas a busca por contribuir com o(a) psicólogo(a) em transformação, engajado nas dinâmicas sociais e partícipe das transformações históricas, sem que seja somente espectador.

A partir da escrita apresentada nos artigos analisados desnudam-se a forma como os autores avaliam a própria profissão e como ela poderia ser praticada para melhor contribuir com a sociedade.

Os trabalhos selecionados mostram o comprometimento de seus autores com o “desencastelar” da psicologia e com a possibilidade de aproximá-la cada vez mais da população de forma efetiva e cotidiana; ela mesma se corporifica como aliada dos “súditos”, pautados na efetivação de pesquisa-ação, experiência docente, apresentação de Simpósio, desenvolvimento de oficina, capacitação de gestores; são todas essas formas apresentadas diferentes estilos do fazer em Psicologia e sua relação com a teoria e a necessidade de refletir sobre esses processos.

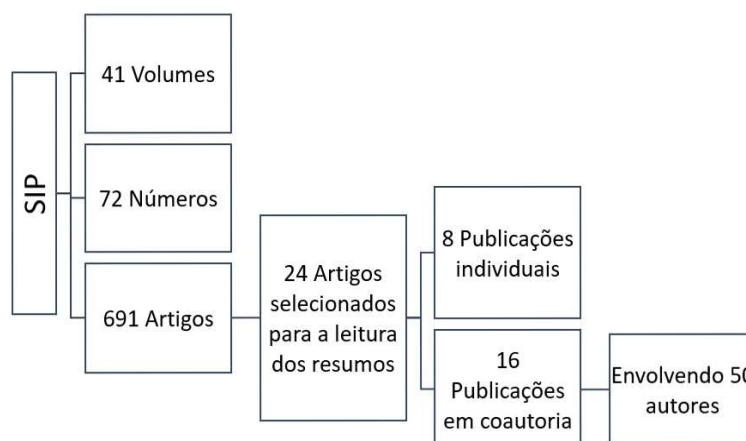
As pesquisas mostram que as reflexões permanecem fluindo e não se esgotam; a partir da análises dos artigos selecionados entendemos que, ao mesmo tempo que a preocupação com a formação em Psicologia é uma constante, não são preocupações de psicólogos(as) com braços cruzados; ao contrário, engajados, os autores mostram cada um a sua maneira, e orientados por diferentes referenciais teóricos, possibilidades de contribuir junto à Psicologia, aos estudantes de Psicologia e sua formação, bem como junto a sociedade.

VI.4 INTERAMERICAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY (IJP) – REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP

O *Interamerican Journal of Psychology*²⁴ (IJP) está em atividade desde 1967, sendo divulgado pela *Interamerican Society of Psychology* (SIP). Propõe de forma colaborativa tornar acessíveis para psicólogos e psicólogas dos diferentes países interamericanos e demais interessados, por meio de suas publicações quadrimestrais, pesquisas atualizadas relacionadas à Psicologia Interamericana pertinentes ao exercício profissional do(a) psicólogo(a) numa perspectiva teórica e prática.

Foi focalizado o período de 1980 a 2020, encontrando-se um total de 41 (quarenta e um) volumes, 72 (setenta e dois) números, 691 (seiscentos e noventa e um) artigos, dos quais 24 (vinte e quatro) artigos (publicados no período de 1991 a 2020) foram selecionados para a leitura de seus resumos, conforme Figura 22.

FIGURA 22 – NÚMEROS REFERENTES AOS ACHADOS NA REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP



FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

²⁴ “A política editorial do *Interamerican Journal of Psychology* é refletir os desenvolvimentos que ocorrem nas Américas e além de uma perspectiva teórica, prática e de pesquisa e, ao fazer isso, pretendemos promover a comunicação e colaboração entre psicólogos de diferentes países nas Américas e no outras partes do mundo. A revista é publicada três vezes ao ano e aceita manuscritos em todas as áreas da psicologia, em inglês, espanhol, português e francês.” Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/about>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

Após a leitura dos resumos dos 24 artigos, observou-se que apenas 8 dessas publicações iam ao encontro da temática de nosso interesse, envolvendo a formação e atuação do(a) psicólogo(a) na área e campo da Psicologia Social Comunitária. Nota-se um maior número de publicações selecionadas no ano de 2016; no ano em questão encontramos 5 artigos relevantes para o nosso debate, conforme Quadro 32.

Esses 8 artigos somam 25 autores em suas produções, de distintos países. São eles: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, República Dominicana e Uruguai. Todos os artigos que foram selecionados abordam em alguma medida temas que vão ao encontro do processo de formação em Psicologia e do campo/área da Psicologia Comunitária e disciplinas afins.

QUADRO 32 – INTERAMERICAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY (IJP) – REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP, PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS ON-LINE A PARTIR DE 1967 E CONSULTADAS A PARTIR DE 1980 A 2020 (24 ARTIGOS SELECIONADOS)

Ano de publicação	Números de artigos selecionados	Autores
2000	1 artigos	Zaiter.
2007	1 artigo	Guzzo; Lacerda.
2016	5 artigos	Serrano et al.; Winkler et al.; Rodriguez et al.; Bottinelli et al.; Grondona-Opazo.
2019	1 artigos	Moura Jr. et al.
Total	8 artigos	

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2021).

Quanto às instituições às quais os autores se encontravam vinculados no contexto em que as publicações foram realizadas, encontramos um cenário bastante diversificado, corroborando com a proposta do *Interamerican Journal of Psychology* no que diz respeito ao espírito cooperativo entre pesquisadores de distintas instituições e países, dedicados às pesquisas relacionadas a atuação do(a) psicólogo(a) em seu cotidiano profissional.

Das 12 instituições às quais os 25 autores se encontravam vinculados, uma não era instituição de ensino formal: trata-se de uma publicação de autores vinculados à própria *Interamerican Society of Psychology* (SERRANO et al., 2016). Essa publicação é muito importante e refere-se ao Anuário da Comissão de Psicologia Comunitária alusivo ao Congresso Interamericano que ocorreu no Brasil, em Brasília, no ano de 2013, salientando as missões dos envolvidos e de todos os

interessados em buscar enfrentar os desafios referente as demandas da Psicologia Comunitária enquanto disciplina acadêmica e a sua importância para “a psicologia em geral e para as pessoas e comunidades com as quais trabalhamos.” (2016, p. 3). Um chamado coletivo àqueles a luta!

Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) que apareceram tanto em produções individuais quanto em parceria entre autores das mesmas instituições ou instituições distintas, temos em ordem alfabética a seguinte listagem: 2 da Argentina, 3 do Brasil, 1 do Chile, 1 da Colômbia, 1 Equador, 1 do México, 1 do Peru, 1 da Republica Dominicana, 1 do Uruguai, conforme Quadro 33.

QUADRO 33 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR CUJOS AUTORES DOS ARTIGOS SELECIONADOS SE ENCONTRAVAM VINCULADOS NO PERÍODO DA PUBLICAÇÃO DE SEUS ARTIGOS

Instituição de Ensino Superior	Localidade/país
Universidad de Buenos Aires	Argentina
Universidad Nacional de Lanús	Argentina
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB	Brasil
Universidade Federal do Ceará-UFC	Brasil
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Brasil
Universidad de Santiago de Chile	Chile
Universidad Católica de Colômbia	Colômbia
Universidad Politécnica Salesiana	Equador
Universidad Autónoma de Yucatán	México
Pontifícia Universidad Católica del Perú	Peru
Universidade Autônoma de Santo Domingo	República Dominicana
Universidad de la República, Montevideo	Uruguai

FONTE: (BATISTA, FREITAS, 2021).

No que concerne as metodologias empregadas nos artigos escolhidos para análise na revista SIP, destacamos:

QUADRO 34 – METODOLOGIAS DE PESQUISAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS – INTERAMERICAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY (IJP) – REVISTA DE PSICOLOGIA DA SIP

Metodologia adotada	Quant. de Artigos
Pesquisa Bibliográfica / Análise em Material documental (livros e artigos)	3
Questionário estruturado	2
Grupo de discussão sobre o tema	1
Avaliação da experiência em grupo	1
Programa de capacitação	1
Grupo focal	1

FONTE: (BATISTA, FREITAS, 2021).

NOTA: Alguns artigos adotaram mais de uma prática metodológica, o que implicou no cômputo de metodologias superior ao número de artigos analisados.

No que concerne às questões que envolvem aspectos éticos inerentes a formação e atuação dos(as) psicólogos em Psicologia Comunitária, essa temática é abordada em (WINKLER, et al.; RODRIGUEZ, et al., 2016). Nesses trabalhos foram analisadas entre outros aspectos, as ementas das disciplinas relativas à Psicologia Comunitária.

De acordo com Winkler et al, a pesquisa por eles realizada permitiu constatar que nos países que tiveram seus cursos de Psicologia investigados, a Psicologia Comunitária é uma realidade concreta, em evidente desenvolvimento e transformação, assim como a sua presença em disciplinas afins.

Revisão dos cursos de PC e CA na formação de psicólogos nos países envolvidos na pesquisa, nos permitiu identificar vários aspectos que são fortemente articulados. São eles: a) as condições contextuais que o ensino superior apresenta hoje, b) as particularidades da inclusão da PC nos currículos de psicologia e as implicações que tem para o desenvolvimento desta subdisciplina e, c) a forma como a ética está presente na dita formação (WINKLER, et al., 2016, p. 28).

Vários autores apontam que no Uruguai os aspectos éticos da Psicologia Comunitária, enquanto campo de formação dos(as) psicólogos(as), estão presentes nos cursos analisados, sendo esses aspectos ponto de constante debate no que concerne a formação de psicólogos(as), mas que precisam ser aprofundados (RODRIGUEZ, et al, 2016).

Não há dúvidas de que a ética é de suma importância em qualquer profissão. No que tange a formação de psicólogos e psicólogas (RODRIGUEZ, et al., 2016, p. 35) apontam que independente da configuração de sua presença, seja como uma disciplina específica “ou transversal no currículo, bem como nas estratégias mais importantes adequadas para o seu ensino” a ética deve estar presente. No que concerne à Psicologia Comunitária os autores defendem que:

Em Psicologia Comunitária (PC), esse treinamento deve ser direcionado a futuros profissionais promover o desenvolvimento de uma ética de autonomia, visando alcançar a justiça e a equidade social, baseado no diálogo e no respeito profundo pelas pessoas. Da mesma forma, é importante considerar a especificidade dos problemas que geralmente são enfrentados nas práticas de PC e particularidades dos contextos sociais, culturais e políticos, e dos ambientes universitários em que o treinamento do PC ocorre (RODRIGUEZ, et al., 2016, p. 35).

Segundo Rodriguez et al. (2016), por meio da análise dos planos de disciplinas dos cursos de Psicologia e das disciplinas de Psicologia Comunitária, bem como daquelas disciplinas afins, ficou evidente a relevância da ética, seja por se destacar como disciplina específica ou por aparecer de forma transversal na matriz curricular. Os autores também chamam atenção para a dimensão política ligada a ética; no entanto, apontam que embora ela apareça e “se apresenta como relevante” (p. 38), este fenômeno acontece de forma implícita. De acordo com Rodriguez et al. (2016) a dimensão ética deve estar presente nos planos e programas, como disciplina ou de forma transversal, e esse entendimento vai ao encontro de discussões existentes em outros países.

No entanto, os autores Rodriguez, et al. (2016), apontam no estudo por eles realizado, que embora a dimensão ética tenha um peso relativo importante na formação e atuação dos(as) psicólogos(as), há alguma ambiguidade no modo como o elemento ético é apresentado nos documentos normativos internos:

[...] as formas pedagógicas e didáticas não são especificadas para seu ensino. Isso coincide com a percepção dos professores de que a ética está muito presente em seus discursos, mas que sua inclusão depende do posicionamento e dos valores daqueles que ditam o cursos; e com o do corpo discente quando discordam sobre a presença efetiva da ética em sua formação (RODRIGUEZ, et al., 2016, p. 40).

Ou seja, de acordo com Rodriguez, et al. (2016), embora os componentes normativos estejam presentes nas discussões sobre a formação e atuação de psicólogos e psicólogas no campo comunitário, eles não ocupam um lugar de destaque nos currículos, embora se encontrem lá na perspectiva do currículo oculto e nas maneiras de ser e agir dos docentes e discentes. Em Psicologia Comunitária, esse debate deve ser uma constante, merecendo destaque no cotidiano do(a) psicólogo(a) em formação ou em atuação.

Se houver disciplina específica para o ensino da ética, isso não deve resultar na omissão da responsabilidade por esta dimensão ser incluída em todo o quadro, e em particular nas disciplinas desenvolvimento de intervenções na comunidade. A persistência do questionamento sobre a relevância de uma ética em CP diferenciada da ética em outras áreas da psicologia, é uma expressão da tensão que ainda existe entre a Psicologia Comunitária e a Psicologia Clínica. Ao mesmo tempo, a necessidade é reconhecida pensar uma ética universitária, em consonância com a relação entre ética e política (RODRIGUEZ, et al., 2016, p. 40).

Nesse sentido os autores recomendam:

“o ensino da ética na formação em PC deve articular uma análise crítica dos componentes normativos vigentes em função de suas singularidades, a transferência de conhecimentos sobre dos aspectos conceituais gerais e específicos da ética e da ética em PC, e a existência de espaços de reflexão sobre as práticas com as comunidades no próprio processo formativo. Esses aspectos não devem ser considerados no abstrato do contexto social e econômico global e nacional e seus efeitos sobre as populações, nem sobre as condições materiais e simbólicas presentes na universidade pública como suporte da relação professor-aluno-comunidade (RODRIGUEZ, et al., 2016, p. 40).

Para Winkler (2016):

O cenário de treinamento não parece garantir o desenvolvimento de uma formação científica e ético-política que garanta a proteção dos direitos das pessoas. O componente pedagógico privilegiado para realizar esta formação não deve ser práticas de apoio isolada e descontínua, mas deve apoiar a construção de uma práxis comprometida com transformações das condições sociais em que vivem as comunidades (WINKLER, 2016, p. 30).

Refletir sobre a vida pessoal com discussões teóricas, abrindo momentos de diálogo, traz novos caminhos e entendimentos para o que está acontecendo tomando, assim, um sentido fortalecedor. Isto leva a um crescimento e aprimoramento nas relações dos indivíduos diante de seu grupo. No entanto para uma transformação verdadeira é preciso que o coletivo seja priorizado, neste sentido, o trabalho continua e deve ser ajustado para um envolvimento cada vez maior da população das comunidades com as equipes técnicas que mantêm interesse no desenvolvimento de programas integrados e participativos (GUZZO; LACERDA JR, 2007, p. 239).

As ideias aqui expressas corroboram também com a necessidade da aproximação da academia com o meio rural, tanto por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e de pesquisas de pós-graduação. É preciso também romper com a percepção da vida rural como algo primitivo e que deve se adequar aos modelos urbanos, e isso só é possível quando é considerada a pluralidade das vivências e experiências destes lugares de vida (MOURA JR. et al., 2019, p. 150).

É essencial trazer para o debate e promover momento de reflexão crítica voltado aos aspectos éticos anteriormente apresentados, propondo um olhar voltado para o bom entendimento de que tais dimensões (éticas) merecem um aprofundamento constante nos cursos de formação de psicólogos(as) e outros cursos de formação. Tendo em vista que todos os envolvidos nesse processo de efetivação da Psicologia Social Comunitária nas diferentes áreas e, em suas

variadas vertentes teóricas e(ou) práticas imbricam em mudanças sociais necessárias. Sendo portanto o aprofundamento nesse debate ético uma responsabilidade coletiva.

VI.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS

Inicialmente foram selecionados para a efetivação da presente pesquisa 19 periódicos, que ao final totalizaram 18 periódicos, devido ao fato de que a “Revista da UFF de Psicologia” seguia como “Fractal: Revista de Psicologia”.

No que tange aos 18 periódicos, foram verificados 342 volumes disponibilizados *on-line*, 1.013 números de publicações, e a leitura de 14.419 títulos de artigos. Desses, foram identificados 96 que iam ao encontro da pesquisa aqui desenvolvida.

Em um segundo momento foram verificadas as publicações de 12 dos 18 periódicos levando em conta as publicações até 2020. Os outros 5 periódicos não foram atualizados porque não havíamos encontrado em seus escritos nenhum artigo de nosso interesse de pesquisa.

Após nova apreciação sobre o conteúdo dos 12 artigos que haviam permanecido, foram ao final escolhidos três periódicos, cujas publicações selecionadas foram submetidas à análise e considerações nas seções seguintes.

VI.5.1 Periódico Psicologia & Sociedade

Iniciamos a análise dos artigos selecionados no periódico Psicologia e Sociedade (P&S), em que foram encontrados, ao total, 19 volumes que somavam 57 números, dos quais 10 se tratavam de números especiais, e, 1098 títulos analisados. Ao analisarmos o material, constatamos que segundo a distribuição geográfica das publicações selecionadas, 18 delas eram brasileiras e uma chilena. Estes artigos trazem como foco a atuação de psicólogos(as) e recursos metodológicos empregados em suas práticas. Em sua maioria discutem/abordam aspectos de intervenção por parte do psicólogo, seja no campo da área Clínica, da Educação (Básica ou Superior); atuação nas áreas das Políticas Públicas de modo

geral, discutindo aspectos relacionados à população pobre e(ou) marginalizada; à saúde; à educação; ou trabalhos em comunidades.

Alguns dos artigos foram desenvolvidos embasados em alguma disciplinas específicas do curso de Psicologia, três deles versavam sobre a disciplina “Psicologia Social”; um sobre a disciplina “Teoria e temáticas de pesquisa em Psicologia”; outros quatro mostraram-se próximos a disciplina “Psicologia Comunitária e Social Comunitária”, destacando objetos de estudo da referida disciplina.

Dos 19 artigos, 16 foram desenvolvidos a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, 2 apresentam uma abordagem quantitativa e 1 apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa. Em relação à classificação das pesquisas com base em seus objetivos, 7 são de natureza descritiva e 12 de natureza exploratória.

No que tange à classificação das pesquisas com base nos procedimentos empregados por seus autores, dois artigos são estudo de casos; outros dois são pesquisa-ção; um trata-se de reflexão historiográfica; um é pesquisa exploratória; uma é pesquisa intervenção; uma é fenomenológica e outra é um estudo documental.

No que tange às experiências e espaços possíveis para o exercício dos profissionais da Psicologia, identificamos nos artigos as seguintes possibilidades: Escola de Educação Básica em duas perspectivas: enquanto espaço de educação formal e enquanto espaço comunitário não formal; o campo da Assistência Social; Políticas Públicas Sociais; Clínica Psicológica do Sistema Único de Saúde (SUS). Todas as prática relatadas iam ao encontro da Psicologia Social Comunitária.

VI.5.2 Periódico Fractal

A segunda revista analisada em profundidade foi a Fractal, criada em 1989. Selecionamos 11 artigos dessa revista, que foram extraídos de um total de 16 volumes disponíveis, que somavam 47 números de publicações e um total de 674 artigos.

Os 11 textos selecionados correspondem a publicações de autores pertencentes à Instituições de Ensino Superior brasileiras; como objeto de estudo

dos artigos escolhidos, nos deparamos com questões relacionadas aos aspectos da formação e qualificação do(a) profissional da psicologia para atuar em políticas sociais, Psicologia Comunitária, disciplinas curriculares e didáticas, entre outros.

Nos artigos foram encontrados debates que envolvem o tipo de formação oferecido no ensino superior, mais especificamente nos cursos de Psicologia, a capacidade dos espaços universitários para tais cursos, a entrada dos graduandos no curso, e também, como acontece sua vivência inicial no curso.

As propostas discutidas nos artigos, ponderavam questões relativas as práticas psicológicas e sobre aspectos da formação desses profissionais, em sua maioria indo ao encontro de ações amparadas em valores ético-político-social que apareciam como sendo necessárias serem desenvolvidas na integralidade do curso. No que concerne à Psicologia Comunitária ou Social Comunitária e aspecto de intervenção-ação, 4 dos 11 artigos suscitaram uma preocupação com a ausência de alinhamento entre teoria e prática.

Experiências docentes em diferentes disciplinas foram apontadas em 4 artigos dos 11 selecionados, Psicologia Geral, História da Psicologia, Behaviorismo, Gestaltismo, Psicologia da Percepção, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem e Psicologia Social, Psicologia Comunitárias ou correspondentes. Na manifestação dessas experiência identificamos um discurso da necessidade do diálogo entre as disciplinas.

Experiências comunitárias, Psicologia Social Comunitária e atuação profissional do(a) psicólogo(a) foram objeto de discussão em 3 dos 11 artigos. Em geral tais artigos observavam aspectos da formação de psicólogos(as) para implementação de práticas comunitárias destacando os desafios no espaço acadêmico para aproximar teoria e prática.

A atuação dos(as) psicólogos(as) focalizando as políticas públicas/social, ética, estiveram presente em 5 dos 11 artigos. O assunto que mais conecta as 11 pesquisas é o anseio em colaborar com o(a) psicólogo(a) em transformação, comprometido com a causas políticas e sociais, de forma que sejam participantes das conquistas sociais históricas.

VI.5.3 *Interamerican Journal of Psychology* (IJP)

O terceiro periódico analisado foi o *Interamerican Journal of Psychology* (IJP), que se encontra ativo desde 1967, com uma proposta de possibilitar o acesso a pesquisas contemporâneas na área da Psicologia. No período de 1980 a 2020, foram encontrados um total de 41 volumes, 72 números, 691 artigos, dos quais 24 desses artigos (publicados no período de 1991 a 2020) foram selecionados para sua leitura, por atenderem aos critérios estabelecidos.

Diante da análise do material identificaram-se 8 publicações que abordavam os temas que vão ao encontro da formação em Psicologia e a formação do(a) psicólogo(a) Comunitária.

No que diz respeito ao debate referente aos aspectos éticos que englobam tanto a atuação, quanto a formação dos(as) psicólogos em Psicologia Comunitária, constatamos que em diferentes países a Psicologia Comunitária é uma realidade em evidente desenvolvimento. Vários autores apontaram em seus trabalhos, que está presente nos cursos por eles analisados, uma preocupação com os aspectos éticos da Psicologia Comunitária enquanto campo de formação dos(as) psicólogos(as).

A partir do que foi desenvolvido até aqui, em alguma medida verificamos trabalhos interdisciplinares que geraram resultados positivos e importantes no que diz respeito à atuação profissional de psicólogos(as) sociais comunitários(as). Por meio de tal verificação, inferimos que as implicações desses processos e práticas de psicólogos(as) em áreas tão diversificadas e distintas daquelas já consolidadas, influenciam diretamente nas configurações flexíveis do currículo acadêmico.

A formação do(a) psicólogo(a) traz na configuração de suas propostas curriculares, tanto transversalmente no currículo, quanto em disciplinas específicas um olhar cuidadoso com as questões que englobam a ética e seu ensino. Tanto em disciplinas dos cursos de Psicologia, como em disciplinas de Psicologia Comunitária, o lugar da ética é fundamental. Devendo esse cuidado e preocupação ser estendido aos planos e programas, como disciplina ou de forma transversal no processo de formação.

Mesmo que haja essa preocupação com os aspectos éticos tanto nos cursos de Psicologia em diferentes países, tais aspectos não aparecem em destaque nos

currículos. Os trabalhos apontam que esse debate deve ser uma constante, no que diz respeito à formação e atuação dos(as) psicólogo(a).

Finalmente, esperamos que a pesquisa aqui apresentada tenha sido capaz de contribuir com a formação de profissionais da Psicologia, de modo a fomentar o debate e promover reflexões sobre os aspectos formativos voltados para a Psicologia Social Comunitária.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES FINAIS

Pretendeu-se, neste trabalho, discutir vários aspectos ligados à relação entre formação e preparação para atuar no campo da Psicologia Social Comunitária.

Para isso, logo no primeiro capítulo, foi realizada uma discussão apoiada em alguns aspectos teóricos, sobre a importância do currículo na estruturação de um curso voltado para uma formação em específico. A discussão sobre o Currículo Mínimo e Diretrizes Curriculares Nacionais nos cursos de Psicologia tomou parte da década de 1990, quando se verificou que havia uma necessidade de tornar o curso mais sensível e próximo às questões sociais. Com isso, já nos cursos reformulados a partir do novo milênio, e a criação de novos, os currículos e propostas de formação passaram a se estruturar dentro do que se passou a denominar de Ênfases Curriculares, escolhidas em cada instituição e local de acordo com as necessidades que se apresentavam. Neste cenário, a Psicologia Social Comunitária passa a compor ênfases curriculares em vários cursos no país.

Nos demais capítulos foram focalizados os aspectos relativos aos cursos e sua expansão no país e no Estado do Paraná. Isso foi intercalado com a proposta de como proceder a esse levantamento e análise, que se voltou para os documentos dos cursos específicos no Estado do Paraná e para três periódicos (*Psicologia & Sociedade*/ABRAPSO; *Revista de Psicologia da SIP*; e revista *Fractal: Revista de Psicologia*/UFF), cuja interface com o campo da formação e possibilidades de práticas no âmbito social e comunitário foram importantes para sua escolha, nesta pesquisa. Outros periódicos ainda foram selecionados (*PSYKHE*-Chile; *Estudos em Psicologia*; *Psicologia em Estudo*; *Argumento* da PUC/PR; *Ciência & Profissão* do CFP; *Revista de Psicologia* da PUC/CAMP, porém não foram aqui, neste momento, incorporados à análise, pretendendo-se continuar com sua sistematização e análise, para uma síntese comparativa a ser feita, o mais rápido possível, em formatos de publicações em artigos.

As três revistas apresentam pontos semelhantes nos artigos selecionados, a saber: todos abordam de algum modo aspectos éticos que aparecem como importantes no desenvolvimento das práticas em comunidade; em praticamente todos, também, se observa que os trabalhos e a formação deveriam levar a uma

aproximação junto aos setores da população que não têm sido contemplados nos cursos de formação; parte significativa das práticas realizadas têm acontecido como desdobramento e/ou estágios realizados sob o acompanhamento de docentes que atuam ou têm proximidade ao campo comunitário e, há uma variedade de instrumentais e recursos utilizados que derivam também de outras abordagens psicológicas.

No que tange às dimensões da formação do(a) psicólogo(a) voltada para a atuação em comunidades, verificou-se que há uma significativa presença, nos cursos, de estágios que permitem aproximações ao campo real das populações. Isso não significa, necessariamente, que as propostas de ações para esses profissionais estejam embasadas nos aportes exclusivos da Psicologia Social Comunitária. Porém, pode-se pensar que a atuação do(a) profissional no campo comunitário ou em qualquer outro campo, não deveria estar alicerçada somente nas práticas de estágios, visto que estes podem, também, implicar em um diálogo com questões aprendidas em disciplinas teóricas e de pesquisa. Não foram encontradas maiores preocupações nas propostas curriculares dos cursos em Psicologia no Estado do Paraná, nem nas publicações especializadas consultadas, com elementos que priorizassem a oferta de disciplinas específicas ao campo da Psicologia Social Comunitária, havendo em muitos casos um mix de aportes e propostas, com intersecções ao campo social e da abordagem histórico-cultural e fenomenológica.

É fato que as áreas de atuação de psicólogos(as) vêm se expandindo de forma considerável, como também se amplia, com destaque para os últimos 15 anos, a criação de cursos de Psicologia pelo país. Isso mostra uma ampliação da presença do(a) psicólogo(a) no território nacional, mas isso não significa dizer que esses profissionais estejam ocupando espaços mais próximos à realidade de vida da população.

Mesmo considerando os achados referentes às disciplinas de Psicologia Social Comunitária e suas análogas nos currículos dos cursos de Psicologia do Estado do Paraná. Vale dizer que também não é função deste estudo discutir se há discrepância entre o que as Instituições de Ensino Superior apresentam em seus documentos oficiais sobre os cursos de Psicologia, e como eles se desenvolvem, na prática, nos aspectos da formação dos(as) futuros(as) psicólogos(as). Isto

poderia ser foco de estudos posteriores e poderiam ser consultados os docentes e planos político-pedagógicos de cada curso.

Embora tenha sido verificado que o número de cursos de Psicologia pelo Brasil aumentou significativamente, e que também há um número considerável de periódicos voltados para a divulgação do conhecimento produzido nas áreas da Psicologia, foram encontradas poucas publicações com uma preocupação ligada aos aspectos relativos à formação em Psicologia Social Comunitária. Há um número maior de publicações dirigidas para a prática profissional e também na área da Psicologia Social Comunitária (PSC). Entretanto, nesses casos observou-se que os aspectos da prática com aspectos da formação pouco se incluíam ou aproximavam ao campo da PSC. Vários estudos e trabalhos apontavam procedimentos de intervenção profissional, bem como atividades desenvolvidas no ensino, mas não estavam ligados ao campo em análise aqui.

Com base nos resultados pode-se dizer que há uma presença discreta da Psicologia Social Comunitária nos currículos dos cursos de Psicologia do Paraná. Na análise das matrizes curriculares há uma presença frequente e indicada; porém isso não significa o modo como tais disciplinas estão sendo oferecidas na realidade concreta. Um aprofundamento disso poderia ser feito em pesquisas específicas que possam examinar essa condição.

Lembre-se, aqui, que entre 2020 e 2021 todas as ações de avaliação de cursos e verificações desse tipo ficavam prejudicadas para um trabalho *in loco*, uma vez que os cursos não estão acontecendo na forma presencial, por conta da COVID-19. No entanto, assim como as Instituições de Ensino Superior e os cursos se reorganizaram para fazerem práticas *on-line*, remotas e a distância, dessa mesma forma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) poderia fazer essas verificações, até mesmo dentro de salas de aulas virtuais. Assim como as aulas nos espaços universitários vem sendo concretizadas no período pandêmico pelo qual ainda estamos passando, do mesmo modo as avaliações dos cursos superiores talvez pudessem ter alguma continuidade, e em situações futuras, ser objeto de investigações a respeito dessas proximidades.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/07.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

AGUIAR, Katia. Práticas de formação e a produção de políticas de existência. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. especial, p. 60-66, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/10.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

ALVES, Nilda. Redes Educativas ‘Dentrofora’ das escolas: exemplificadas pela formação de professores. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão et al. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 49-66.

ALVES, Rubem. **O melhor de Rubem Alves**. Curitiba: Nossa Cultura, 2009.

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. **Psicol. cienc. prof.** [on-line], v. 34, n. 4, p. 971-983. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-0971.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2018.

ANDERY, A. A. Psicologia na Comunidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 203-220.

BARDAGI, Marucia Patta et al. Avaliação da formação e trajetória profissional na perspectiva de egressos de um curso de psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão** [on-line]. 2008, v. 28, n. 2 [Acessado 4 Junho 2021], pp. 304-315. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200007>>. Epub 25 Jun 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200007>.

BATISTA, Iracema Dimaria Evangelista. **O Ensino da Psicologia Social Comunitária nos Cursos de Graduação em Psicologia nas Instituições de Ensino Superior do Sul do Brasil: Concepções Teóricas**. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Psicologia Social Comunitária, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1304/2/O%20ENSINO%20DA%20PSICOLOGIA%20SOCIAL%20COMUNITARIA.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

BEILLEROT, Jacky. A “Pesquisa”: Esboço de uma análise. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 71-90.

BEIRÃO, Paulo Sérgio Lacerda. A importância da iniciação científica para o aluno da graduação. **Boletim**. Universidade Federal de Minas Gerais. [201-]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1208/pag2.html>>. Acesso em: 27 de fev. 2021.

BERNARDES, Jefferson de Souza. A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. **Psicol. cienc. prof. [on-line]**. v. 32, nº. spe, p. 216-231. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca16.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão [on-line]**. 1997, v. 17, n. 2 [Acessado 4 Junho 2021], pp. 37-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000200006>>. Epub 24 Set 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000200006>.

BOTTINELLI, M.; NABERGOI, M.; DÍAZ, F. M.; REMESAR, S. E. Articulaciones comunidad-universidad para la gestión de programas y políticas sociales contextualizadas. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 50, n. 1, 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/90/pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira; TENREIRO, Maria Odete Vieira. Currículo e práticas pedagógicas: implicações na formação de professores. In: BRANDALISE, M. Â. T. (Org.). **Currículo e práticas pedagógicas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. p. 11-36.

BRASIL. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/5/1938, Página 8990. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-norma-pe.html>>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 4.119, DE 27 DE AGOSTO DE 1962**, que dispõe sobre a formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4119&ano=1962&ato=72eEzY61kMVRVT56e>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº79.822 de 17 de dezembro de 1977. Regulamenta a Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de junho de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/decreto/1970-1979/D79822.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%205.766,Psicologia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 24 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 24 dez. 2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BRASIL. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Padrões de Qualidade para Cursos de Graduação em Psicologia**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/psicologia.pdf> Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024, linha de base. 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/493812. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288> Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação** - Sistema e-MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. 2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. **Diário Oficial da União**. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Publicado em: 31/12/2018 | Edição: 250 | Seção: 1 | Página: 59. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251 Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Resolução nº 18, de 5 de setembro de 2019. Reconhece a Avaliação Psicológica como especialidade da Psicologia e altera a Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-18-de-5-de-setembro-de-2019-216322849>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Relatório da Consulta Avançada. Resultado da consulta por curso**. Pedagogia. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 19 abr. 2018.

BRITO, Jorge Maurício da Silva. A Singularidade Pedagógica do Ensino Híbrido. **EaD em Foco**, v. 10, e948. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i1948>. Disponível em: <file:///C:/Users/lracema/Downloads/948-Texto%20do%20artigo-5441-1-10-20200728.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2020.

CAMBUY, Karine; AMATUZZI, Mauro Martins. Experiências comunitárias: repensando a clínica psicológica no SUS. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 674-683, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/20.pdf> Acesso em: 10 abr. 2018.

CARVALHO, Maria Teresa de Melo e Sampaio, Jäder dos Reis. A formação do psicólogo e as áreas emergentes. **Psicologia: Ciência e Profissão [on-line]**. 1997, v. 17, n. 1 [Acessado 4 Junho 2021], pp. 14-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000100003>. Epub 21 Set 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000100003>.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade [on-line]**. 2010, v. 31, n. 111 [Acessado 5 Junho 2021], pp. 481-500. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>. Epub 19 Ago 2010. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>.

CONSENHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia /Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos**. São Paulo: Conselho DANTAS, Jurema Barros. Formar psicólogos: por quê? para quê?. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 621-636, dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000900012&lng=pt&nrm=iso. acessos em 22 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000900012>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLIA/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/Federação Nacional dos Psicólogos, 2018. 143 f. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-formacao-em-psicologia-2018/>. Acesso em: 14 out. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ (8ª Região). **Cursos de Psicologia a distância não estão autorizados pelo MEC**. Disponível em: <https://crppr.org.br/cursos-de-psicologia-a-distancia-nao-estao-autorizados-pelo-mec/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CONSENHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (6ª Região). 50 Anos de Psicologia no Brasil: O avanço da profissão. **Jornal Psi**. n.172. jun-jul. 2012.

Disponível em:
<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/172/frames/fr_avancos.aspx>. Acesso em: 20 set. 2020.

CORTEZ, Frederico. 1.755 faculdades: OAB quer barrar criação de novos cursos de direito no Brasil. **FOCUS.jor.** 8 mai. 2020. Disponível em: <https://www.focus.jor.br/oab-quer-barrar-criacao-de-novos-cursos-de-direito-no-brasil/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

COSBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2009.

CROSO, Camilla e Magalhães, Giovanna Modé. PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: TENDÊNCIAS E RISCOS PARA OS SISTEMAS PÚBLICOS DE ENSINO. **Educação & Sociedade [on-line]**. 2016, v. 37, n. 134 [Acessado 5 Junho 2021] , pp. 17-33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**, 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CURY, Bruno de Moraes; FERREIRA NETO, João Leite. Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo . **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 494-512 Dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682014000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2020.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; FREITAS, Maria de Fatima Quintal de; AMORETTI, Juliana. Breve história e alguns desafios da psicologia Social Comunitária. In: SARRIERA, J. C. ; SAFORCADA, E. T (Org.). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, I Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 104-111, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a13.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2018.

DIMENSTEIN , Magda; RONCALLI, Angelo Giuseppe. Projeto Educação, Saúde e Cidadania: transformando a educação de profissionais de saúde em Natal/RN. In: DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos**. Natal, RN: EDUFRN, Editora da UFRN, 2008. p. 219-242.

FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**, 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Angela Maria Dias; ZANELLA, Andrea Vieira; BUENO, Gabriel. Formação em Psicologia Social: relato de uma experiência de ensino/pesquisa/intervenção. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 445-460, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000200445&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/930>.

FERNANDES, Angela Maria Dias; JOCA, Emanuella Cajado. O 18 de maio como espaço de investigação e formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, Número especial, p. 170-176, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23nspe/a20v23nspe.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

FERRARINI, Norma da Luz; CAMARGO, Denise de. O sentido da psicologia e a formação do psicólogo: um estudo de caso. **Psicologia & Sociedade**; v. 24, n. 3, p. 710-719, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/24.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. A diferença que nos une: o múltiplo surgimento da psicologia. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 495-500, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200019>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA NETO, [João Leite](#). Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, 20, n. 1, p. 62-69, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 26 mar. 2018.

FILHO, Antonio Euzébio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n.1, p. 35-44, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/05.pdf> Acesso em: 10 abr. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária: uma conciliação possível? In: SOUZA, L. de; FREITAS, M.

de F. Q. de.; RODRIGUES, M. M. P. (Orgs.). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 83-108.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Dimensões da exclusão e da participação na vida cotidiana: perspectiva da psicologia social comunitária latino-americana. In: SCHMIDT, Maria auxiliadora; STOLTZ, Tânia (Org.). **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006. p. 104-113.

FREITAS. Maria de Fatima Quintal de. Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. In: DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos**. Natal, RN: EDUFRRN, Editora da UFRN, 2008. p. 23-42.

FREITAS, M. F. Quintal de. Construcción y consolidación de la psicología social comunitária em Brasil: Conocimientos, prácticas y perspectivas. In: MONTERO, M.; SERRANO-GARCÍA, I. **Historias dela psicología comunitária en América Latina: Participación y Transformación**. Buenos Aires: Paidós, 2011.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**, 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 44-65.

FREITAS. Maria de Fatima Quintal de. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: STELLA, Claudia. **Psicologia Comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 65-86.

FREITAS. Maria de Fatima Quintal de. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estud. psicol.** [on-line]. Campinas, v. 32, n. 3, p. 521-532. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2015000300521&script=sci_abstract> Acesso em: 15 abr. 2018.

FREITAS. Maria de Fatima Quintal de. Memória e(m) imagens da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO): Traços de sua história. In: LIMA, Andréa Moreira et al. (Orgs). **Histórias da ABRAPSO**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019. p. 45-75. Disponível em: <https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=613>. Acesso em: 06 set. 2020.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de; VIANA, Dênis Wellinton. A importância da revisão sistemática de literatura: o percurso da “garimpagem” manual em periódicos especializados. **Caderno de Resumos da XXX SEPE - UFPR**, Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/126917465-Caderno-de-resumos-da-xxx-sepe.html>>. Acesso em: 7 jan. 2021. p. 78.

GALDINO, Renata. Presencial e virtual: ensino híbrido ganha força em meio à pandemia e modelo deve se consolidar. Hoje em dia. 2013. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/educa%C3%A7%C3%A3o/presencial-e-virtual-ensino-h%C3%ADbrido-ganha-for%C3%A7a-em-meio-%C3%A0-pandemia-e-modelo-deve-se-consolidar-1.798345>>. Acesso em: 23 de set. 2020.

GALLEGOS, Miguel. La primera Conferencia Latinoamericana sobre Entrenamiento en Psicología (1974): el modelo Latinoamericano y su significación histórica. **Psicologia: Ciência e Profissão [on-line]**. 2010, v. 30, n. 4 [Accedido 4 Junio 2021], pp. 792-809. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400010>>. Epub 17 Jun 2011. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400010>.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. **A importância da pesquisa no ensino de graduação**. [201-]. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/educacao/a-importancia-da-pesquisa-no-ensino-de-graduacao.html>>. Acesso em: 27 de fev. 2021.

GESSER, Veronica; RANGHETTI, Diva Spezia. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo. **Revista e-curriculum**, v. 7, n. 2, p. 1-23. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/%20article/viewFile/6775/4902>>. Acesso em: 12 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos. O Psicólogo e sua ideologia. **Psicol. cienc. prof.** v. 5, n.1. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v5n1/05.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLE REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

GRISSAULT, Katy. **50 autores-chave de filosofia... e seus textos incontornáveis**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GRONDONA-OPAZO, G. Psicología comunitaria y políticas sociales para el “Buen Vivir” en Ecuador. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 50, n. 1, 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/76/pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

GUATARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

GUIMARÃES, Shyrley Bispo; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. As práticas dos psicólogos em ambulatórios de saúde

mental. **Psicol. Soc. [on-line]**, v. 25, n. 3, p. 664-673, 2013. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000300020>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822013000300020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 10/04/2018.

GUZZO, Raquel SL; LACERDA JR., Fernando. Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. **Interam. j. psicol.**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, pág. 231-240, agosto de 2007. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n2/v41n2a14.pdf>>. Acesso em: Acesso em 28 de janeiro de 2021.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUGUENIN, Suzana; LEITE, Rosalyn. A importância dos descritores em Ciências da Saúde - DeCS para os Anais Brasileiros de Dermatologia. **An Bras Dermatol.** v.80, n. 5, p. 457-458, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/abd/v80n5/v80n5a02.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Relações dos municípios do estado, ano de criação e respectivas regiões geográficas imediatas, intermediária e do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Relacao%20Municipios%20Parana%20pdf.pdf>. Acesso em: 1º de jan. 2021.

INZUNZA, Jaime Alfaro; CONSTANZO, Alba Zambrano. Psicología Comunitaria y Políticas Sociales em Chile. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n. 2, p. 275-282, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a15.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2018.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; DEGANI-CARNEIRO, Filipe; OLIVEIRA, Dayse de Marie. A formação da psicologia social como campo científico no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28; n. 3, p. 526-536, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n3/1807-0310-psoc-28-03-00526.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

KASHINDI, Jean Bosco Kakozi. Ubuntu como crítica descolonial aos Direitos Humanos: uma visão cruzada contra o racismo. **Ensaio Filosóficos**, v. XIX, Julho/2019. p. 8-21. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=ubuntu,+artigo+sobre&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar>. Acesso em: 26 dez. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Educação & Sociedade [on-line]**. 1999, v. 20, n. 68 [Acessado 5 Junho 2021], pp. 163-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300009>>. Epub 02 Out 2000. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300009>.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANE, Silvia T. Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 10-19.

LANE, Silvia T. Maurer. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2003, v. 23, n. 1 [Acessado 11 Junho 2021] , pp. 101. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100014>>. Epub 30 Ago 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100014>.

LAW, Stephen. **Guia ilustrado Zahar: filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Vinicius Cesca de; SOUZA, Régis de Toledo. Formação humana e competências: o debate nas diretrizes curriculares de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 792-802, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a27v26n3.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: Um Perfil dos Cursos de Graduação. **Psicologia Ciência & Profissão**, v. 29, n. 4, p. 718-737. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a06.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2018.

LOPES, Alice Casimiro. CURRÍCULO, POLÍTICA, CULTURA. In: SANTOS, L. L. de C. P. (Org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 23-37.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2008.

MARTINS, Karla Patrícia Holanda et al. Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 9, n. 3. p. 1023-1042, set. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n3/13.pdf> Acesso em: 11 abr. 2018.

MATOS, Rosângela Luz. Modos de ensinar e conhecer Historia da Psicologia. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 3, p. 625-640, dez. 2011 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000300012>.

MAYORGA, Claudia. Olhar o Futuro e Ampliar o Presente da Psicologia Social: Contribuições da Sociologia das Ausências. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, v. 7, n. 1, p. 154-165, janeiro/junho. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/519/483>. Acesso em: 22 set. 2020.

MELLO, Sylvia Leser de. Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962? **Psicol. Cienc. Prof.** v. 9, n. 1, p. 16-18. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v9n1/04.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2019.

MELO, Rogério Amador de e Barreto, Danielle Jardim. Formação em Psicologia: Discursos e Saberes sobre Experimentações de Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão [on-line]**. 2014, v. 34, n. 03 [Acessado 4 Junho 2021] , pp. 676-689. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000932012>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000932012>.

MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicol. Soc.[on-line]**, v. 25, n. 1, p. 230-239, 2013. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100025>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822013000100025&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 10 abr. 2018.

MOTTA, Clara Urzedo Rocha; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. As ontologias do comum e a Psicologia Social: fragmentos de uma aposta. **Psicol. Soc. [on-line]**. 2019, vol. 31, e188475. Epub June 10, 2019. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31188475>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822019000100210&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 26 set. 2020.

NASCIUTTI, Jacyara. C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**, 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 82-102.

OZELLA, Sergio. Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina. **Psicologia & Sociedade**; 8(1): 120-143; jan./jun.1996. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D5n1ei9YRNwJ:https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/RevistasAntigas/P_e_S_volume_8_numero_1_1996.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 08 set. 2020.

PALHARINI, Francisco de Assis; PALHARINI, Desirée Barros. Opinião de diplomados sobre o curso de Psicologia da UFF. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 583-600, dez. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-

02922008000200020&lng=pt&nrm=iso>. acessos
em 21 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000200020>.

PASTORE, José. Cursos superiores tradicionais podem ser extintos até 2030. **GLOBONEWS**. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/cursos-superiores-tradicionais-podem-ser-extintos-ate-2030/7048902/>> Acesso em: 24 fev. 2020.

PETERS, Salete; GONCALVES, Gustavo; TIZZEI, Raquel. Uma experiência em psicologia, educação e comunidade. **Psicol. Soc.**[on-line], v.18, n.3, p.82-87, 2006. ISSN 0102-7182. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000300012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300012&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 10 abr. 2018.

PINTO, Patrycia Scavello Barreto; PAULA, Melissa Maia de; ALVES, Francisco José dos Santos. A relação entre as experiências com a pesquisa científica nos cursos de graduação e as dificuldades para elaboração de artigos no mestrado acadêmico. **SINERGIA**, Rio Grande, 14 (1): 21-33, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/lracema/Pictures/Ch%C3%A1cara/1796-6619-1-PB.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2019.

POCINHO, M. **Metodologia de investigação e comunicação do conhecimento científico**. Lisboa: LIDEL, 2012.

PONCHIROLLI, Osmar; PONCHIROLLI, Maderli. **Métodos para a produção do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUC/PR. **Psicologia**. Disponível em: <<https://www.pucpr.br/cursos-graduacao/psicologia/>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

Psicol. cienc. prof. vol. 23 no.1 Brasília mar. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100014. Acesso em: 24 set. 2020.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário Prático de Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

QUINTAL DE FREITAS, M. F. (2008). **Importância da Garimpagem Manual nos levantamentos e revisões bibliográficas**: a busca por não perder produções importantes. NUPCES-PPGE-UFPR, Curitiba, *mimeo*.

RABELO, Fabíola de Lourdes Moreira et al. Formação em psicologia: entraves e caminhos Contextos, Idéias e questionamentos sobre a apropriação do conhecimento em psicologia. **Anais... XV ENABRAPSO**, Maceió, 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/255.%20forma%20C7%20em%20psicologia.pdf Acesso em: 11 abr. 2018.

RAMOS, Conrado; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 174-180, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a04v20n2.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

RODRIGUEZ, A. R.; DE LA CUESTA, P. B.; MOSQUERA, S.; RECTO, G. La ética en la formación en psicología en Uruguay en clave de psicología comunitaria. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 50, n. 1, 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/39/pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998b. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YI0ulpjQKAMC&oi=fnd&pg=PA5&dq=Sacrist%C3%A1n,+j.+G%3B+G%C3%B3mez&ots=sg1pQWIOYI&sig=TY7Puux5xmpr34LbefLkL-YB8Rg#v=onepage&q=Sacrist%C3%A1n%2C%20j.%20G%3B%20G%C3%B3mez&f=false>> Acesso em: 08 jan. 2020.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia social comunitária profissional. **Psicol. Soc. [on-line]**. v. 19, n.spe2, pp.100-108. 2007. ISSN 1807-0310. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000500025&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 21 jan. 2020.

SANT'ANA, Izabella Mendes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência. **Psicologia & Sociedade**. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/2015nahead/1807-0310-psoc-2015aop004.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2018.

SARRIERA, José Castellá. O modelo ecológico-contextual em psicologia comunitária. In: **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 373-396.

SARRIERA, J. C.; MOURA Jr, J. F.; XIMENES, V. M.; RODRIGUES, A. L. Senso de comunidade como promotor de bem estar em crianças brasileiras. *Revista Interamericana De Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 50(1), 2016. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v50i1.95>. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/95/pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

SERRANO, I.; BERROETA, H.; CASTILLO, T. Psicología Comunitaria: Contribuciones y retos ante las exigencias del Siglo XXI. **Revista Interamericana de**

Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, v. 50, n. 1, 13 jun. 2016. Disponível em: < <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/92/pdf>>. Acesso em: Acesso em 28 de janeiro de 2021.

SILVA, Clarissa de Andrade e e Yamamoto, Oswaldo Hajime. As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. **Psicologia: Ciência e Profissão [on-line]**. 2013, v. 33, n. 4 [Acessado 4 Junho 2021] , pp. 824-839. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>>. Epub 23 Jan 2014. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>.

SILVA, Janaína Vilarés da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. spe., p. 12-21, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000400003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 10 abr. 2018.

SIMÃO, Livia Mathias; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto; FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Ser na Psicologia: diálogos sobre a profissão. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, pág. 479, dezembro de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200016> .

SIMÃO, Livia Mathias. Entrar na Psicologia, encontrar os outros. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói , v. 19, n. 2, p. 481-485, dez. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200017>.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof. [on-line]**. v. 30, n.spe, p.8-41. 2010. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca02.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2020.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y; KAWAHALA, Edelu. Encontros e (des)encontros da atuação profissional: contribuições da psicologia comunitária e da economia solidária. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 645, dez. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000200026&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000200026>.

SOMMERMAN, Américo. O objeto, o método e a finalidade da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Ed.). **A prática da interdisciplinaridade na pesquisa e no ensino de pósgraduação**. Editora: Manoela, [201?]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Americo_Sommerman/publication/259006229_Historico_fundamentos_filosoficos_e_teorico-metodologicos_da_interdisciplinaridade/links/59d2a97c0f7e9b4fd7fc94e8/Historico-fundamentos-filosoficos-e-teorico-metodologicos-da-interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Ligia Claudia Gomes de; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O lugar da Psicologia Social na formação dos psicólogos. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 383-390, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a12v21n3.pdf> Acesso em: 26 mar. 2018.

SOUZA, Maria Inez Salgado de. Currículo, cultura e cotidiano – algumas notas a partir de estudos das formações curriculares na contemporaneidade. In: SANTOS, L. L. de C. P. (Org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 34-48.

SPINK, Mary Jane Pari. “Fique em casa”: A gestão de riscos em contextos de incerteza. **Psicol. Soc.** [on-line]. 2020, vol.32, e020002. Epub Sep 04, 2020. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32239826>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v32/1807-0310-psoc-32-e020002.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. **Psicologia UFPR**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/psicologia/graduacao/o-curso/apresentacao/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ – UTP. **Apresentação do Curso de Psicologia**. Disponível em: <https://utp.br/graduacao/bacharelado/psicologia/> Acesso em: 06 jan. 2021.

VALENTE, O ensino híbrido veio para ficar. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISAN, F. M. (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Iracema/Downloads/Ensino%20H%C3%ADbrido.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2020.

VIEIRA, Ana Luiza Stiebler; MOYSES, Neuza Maria Nogueira. Trajetória da graduação das catorze profissões de saúde no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 401-414, Apr. 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000200401&lng=en&nrm=iso. access on 27 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711305>.

WEBER, Silke. Currículo mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo. In: Reunião anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, 36, 1984, São Paulo; Simpósio “A formação do pesquisador em Psicologia e o curso de graduação – responsabilidades negligenciadas”, 1984, **Psicol. Cienc. Prof.** v. 5, n. 2, p. 11-13. 1985, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v5n2/04.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

WINKLER, M. I.; VELÁZQUEZ, T.; RIVERA, M.; CASTILLO, T.; RODRÍGUEZ, A.; AYALA, N. Ética y formación en psicología comunitaria: Análisis de programas de asignaturas en universidades latinoamericanas. **Revista Interamericana de**

Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, v. 50, n. 1, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/78/pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 202.

XIMENES, Verônica Moraes; CIDADE, Elívia Camurça; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa; LEITE, Jáder Ferreira. Pesquisa intervenção a partir da realidade social – Desvelar das implicações psicossociais da pobreza. In: STELLA, Claudia. **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 87-110.

ZAITER, Josefina. Desarrollo de la psicologia comunitaria en la Republica Dominicana. **Interam. j. psicol.** v. 34, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/800/693>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

ZANCHETTA, Thaís Carvalho; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Educação e Psicologia: A construção de um projeto político-pedagógico emancipador. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n.3, p. 569-577, 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a17.pdf>> Acesso em:10 abr. 2018.

ZANIOL, Elisângela; DAL MOLIN, Fábio; ANDREOLI, Giovani. Um projeto de multiplicidade entre pesquisa, extensão, universidade e comunidade: vivenciando a cultura no bairro Restinga. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, pág. 227-240, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

ZARIAS, Alexandre; EVANGELISTA, Rafael. OCUPAÇÕES: O mundo do trabalho em mutação: profissões deixam de existir; novas funções são criadas. **Cienc. Cult.** v. 56, n.1 São Paulo, Jan./Mar. 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n1/a04v56n1.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1	–	CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA OFERTADOS NO ESTADO DO PARANÁ – QUADRO 35.....	182
APÊNDICE 2	–	DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS A PARTIR DO PERIÓDICO PSICOLOGIA E SOCIEDADE – QUADRO 36.....	187

APÊNDICE 1 – CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA OFERTADOS NO ESTADO DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES – (QUADRO 35)

QUADRO 35 – DETALHES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES CURRICULARES

(continua)

NOME DA IES	AC	AI	MUNICÍPIO	NVA	CH MIN.	P/I	ÊNFASES CURRICULARES
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	1969	1969	CURITIBA	360	4.005	SEM	Ciências Biológicas Ciências da Saúde
CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA	1972	1972	LONDRINA	150	4.000	AN	Processos Clínicos; Processos de Prevenção e Promoção da Saúde; Psicologia e Processos Educativos; Psicologia e Processos de Geração
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	1973	1973	CURITIBA	400	4.040	SEM	Ciências Biológicas Ciências da Saúde
UNIVERSIDADE CESUMAR		1999	MARINGÁ	100	4.791	AN	Processos Clínicos, Psicologia da Saúde e Hospitalar Processos Educacionais Processos de gestão Processos de prevenção e promoção da saúde
FACULDADE DE CASCAVEL		2001	CASCAVEL	100	4.000	SEM	Não encontrada.
UNIVERSIDADE POSITIVO		2001	CURITIBA	520	4.000	AN	No primeiro ano de curso a ênfase é na compreensão dos aspectos biológicos e culturais relacionados à psique humana. No segundo ano de curso, a ênfase se dá na caracterização da Psicologia enquanto ciência e na descoberta dos fundamentos conceituais sobre os quais a profissão foi constituída. No terceiro, por sua vez, destaca-se a compreensão das relações do homem como ser social e sua interação nos grupos e instituições nos quais vive. Nos dois últimos anos do curso enfatizam as múltiplas aplicações profissionais da Psicologia nos mais diversos campos de atuação profissional.
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ		2002 (8149 2)	CASCAVEL	80	Não cons	SEM	saúde, assistência, relações de trabalho
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ		2002 (5207 3)	CASCAVEL	80	4020		saúde, assistência, relações de trabalho
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM-BOSCO		2003	CURITIBA	450	4.040	SEM	Psicologia e saúde Psicologia e instituições
CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ		2003	MARINGÁ	130	4.080	AN	4º ano-Ênfase A - Psicossomática 4º ano-Ênfase B- Temas Atuais em Psicologia Social 5º ano-Ênfase A - Psicologia Hospitalar 5º ano-Ênfase B - Psicologia Jurídica e Direitos Humanos
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIÃO DAS AMÉRICAS		2003	FOZ DO IGUAÇU	100	4.135	SEM	Psicologia Organizacional; Psicologia Educacional Psicologia Social.

QUADRO 35 – DETALHES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES CURRICULARES

(continuação)

NOME DA IES	AC	AI	MUNICÍPIO	NVA	CH MIN.	P/I	ÊNFASES CURRICULARES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO		2004	PATO BRANCO	100	4.000	SEM	O curso forma Psicólogos capacitados teórica e tecnicamente para a atuação nas diferentes áreas da Psicologia.
UNIVERSIDADE PARANAENSE		2004	UMUARAMA	85	Aparece desconfigurado "60 6667"	AN	- Psicologia e Processos Clínicos - Psicologia e Processos Psicossociais,
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FÓZ DO IGUAÇU		2005	FOZ DO IGUAÇU	80	4.000	SEM	clínica, escolar, organizacional, hospitalar
UNIVERSIDADE PARANAENSE		2005	CASCADEL	84	4.000	AN	- Psicologia e Processos Clínicos - Psicologia e Processos Psicossociais,
FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA		2005	LONDRINA	200	4000	SEM	psicologia e contextos sociais e institucionais; psicologia clínica e promoção da saúde; e psicologia organizacional e do trabalho.
FACULDADE SANT ANA		2005	PONTA GROSSA	60	4.080	SEM	Psicologia e Educação Participativa, Psicologia e Promoção da Saúde
CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS		2006	FOZ DO IGUAÇU	200	4000	SEM	- Psicologia Escolar - Psicologia Social e Comunitária
CENTRO UNIVERSITÁRIO GUAIRACA		2006	GUARAPUAVA	240	4.000	SEM	Processos Educativos Processos de Prevenção e Promoção da Saúde
FACULDADE DE JANDAIA DO SUL		2007	JANDAIA DO SUL	80	4.520	SEM	Ênfase 1 – Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde : Ênfase 2 – Psicologia e Processos Clínicos
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL		2007	CURITIBA	150	4.000	SEM	Psicologia e Saúde Psicologia e Instituições
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2006	2007	TOLEDO	120	4.005	SEM	1- Processos Clínicos (Núcleo de Prática em Psicologia) 2- Psicologia Institucional.
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL		2008	GUARAPUAVA	80	4.080	SEM	Saúde Educação Trabalho e Organizacional
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO		2008	CURITIBA	120	4.326	SEM	Organizacional; Educacional; Social; Comunitária; Saúde; Dentre outras.
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE		2009	CURITIBA	200	4.182	SEM	Processos Clínicos e Prevenção de doenças e Promoção da saúde
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA		2009	LONDRINA	200	4.210	SEM	A página não abriu. Foram feitas várias tentativas em dias diferentes.
CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE MARINGÁ		2010	MARINGÁ	100	4.800	SEM	Psicologia Marxista e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Criança, Adolescência, Teoria Histórico-Cultural, Educação, Desenvolvimento Psicológico e Humano.

QUADRO 35 – DETALHES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES CURRICULARES

(continuação)

NOME DA IES	AC	AI	MUNICÍPIO	NVA	CH MIN.	P/I	ÊNFASES CURRICULARES
FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO		2010	CAMPO MOURÃO	80	4.000	SEM	PSICOLOGIA – AÇÕES INTERVENTIVAS EM SAÚDE CLÍNICO-HOSPITALAR - AÇÕES INTERVENTIVAS EM DIFERENTES CONTEXTOS INSTITUCIONAIS E ORGANIZACIONAIS - PSICOLOGIA – AÇÕES INTERVENTIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR
UNIVERSIDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	2010	2011	LONDRINA	150	4.000	SEM	psicologia e contextos sociais e institucionais; psicologia clínica e promoção da saúde; e psicologia organizacional e do trabalho.
FACULDADE DE APUCARANA		2011	APUCARANA	80	4.112	SEM	Psicologia e Processos de Prevenção ; Promoção da Saúde Psicológica;
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE		2011	CURITIBA	100	4.464	SEM	Eixo Morfofuncional Eixo Psicossocial da Saúde Eixo Processos Psicológicos Eixo Integrador
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2011	2012	LONDRINA	180	4.010	SEM	1- Processos Clínicos (Núcleo de Prática em Psicologia) 2- Psicologia Institucional.
UNIVERSIDADE PARANAENSE		2014	FRANCISCO BELTÃO	80	4.800	AN	- Psicologia e Processos Clínicos - Psicologia e Processos Psicossociais,
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO- CEI		2014	CAMPO MOURÃO	60	4.000	SEM	- Psicologia e Processos Educacionais - Psicologia Organizacional e do Trabalho - Psicologia, Saúde e Processos Clínicos
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU		2014	UNIÃO DA VITÓRIA	100	4.000	SEM	Psicologia e processos de gestão - Psicologia e processos clínicos
FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS		2016	PONTA GROSSA	100	4.000	SEM	- Psicologia Educacional - Psicologia social
FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA		2016	PONTA GROSSA	120	4.000	AN	formação generalista
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE		2016	PARANAVAI	150	4.000	SEM	- Psicologia Clínica; - Psicologia Escolar; - Psicologia - Organizacional.
CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE		2017	MARINGÁ	100	4120	SEM	saúde, sociais, educacionais e do trabalho.
FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ		2017	IVAIPORÃ	60	4000	SEM	Ênfase em Psicologia e Processos de Avaliação Diagnóstica Ênfase em Psicologia e Processos Clínicos
Centro Universitário UniCuritiba	22/03/18	2018	CURITIBA	100	4.000	SEM	Psicologia Clínica Psicologia Jurídica
CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA - UNICURITIBA	14/03/18	2018	CURITIBA	200	4.110	SEM	Psicologia Clínica Psicologia Jurídica
UNIVERSIDADE PITÁGORAS DE ARAPONGAS	2018	2019	ARAPONGAS	120	4.000	SEM	No fim do curso, ele estará apto a trabalhar em diversas áreas, como clínica, RH, hospitalar, escolar, orientação profissional, entre outras.

QUADRO 35 – DETALHES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES CURRICULARES

(continuação)

NOME DA IES	AC	AI	MUNICÍPIO	NVA	CH MIN.	P/I	ÊNFASES CURRICULARES
FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA		2018	LONDRINA	150	4000	AN	formação generalista
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2017	2018	MARINGÁ	150	4.101	SEM	_Compreender os fenômenos psíquicos e de comportamento do ser humano por meio da análise de suas ações, crenças, pensamentos e emoções _Diagnosticar, prevenir e tratar transtornos mentais, distúrbios emocionais e de personalidade _Identificar fenômenos psicológicos e as necessidades de indivíduos, grupos, instituições e organizações
FACULDADE HERRERO		2018	CURITIBA	50	4000	SEM	área acadêmica, clínicas e organizações.
FACULDADE DE TELÊMACO BORBA		2018	TELÊMACO BORBA	60	4116	SEM	PROCESSOS EDUCACIONAIS PROCESSOS ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO PROCESSOS CLÍNICOS
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO		2018	CORNÉLIO PROCÓPIO	80	5670	SEM	- Ênfase Processos Clínicos e Atenção à Saúde Mental Ênfase Desenvolvimento Humano e Processos Educativos ênfase em atividades centradas na criatividade de (re) construir, (re) estruturar, (re) ordenar e buscar novas interpretações às situações propostas;
FACULDADE ADVENTISTA PARANAENSE		2018	IVATUBA	120	5681	AN	aspectos sócio-político-econômicos dentro de uma formação generalista e integral
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ		2018	CURITIBA	100	4024	SEM	Não especificado
FACULDADE POSITIVO LONDRINA		2019	LONDRINA	120	4000	SEM	psicologia hospitalar, psicologia do esporte psicologia jurídica psicologia escolar e educacional
FACULDADE TECNOLÓGICA DE CURITIBA		2019	CURITIBA	100	4120	SEM	
FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE ARAPONGAS		2019	ARAPONGAS	240	4686	--	formação generalista
FACULDADE INTEGRADA DE PONTA GROSSA		2019	PONTA GROSSA	150	5000	AN	Não disponível.
FACULDADE CESUMAR		2019	CURITIBA	200	4000	AN	formação generalista
FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA	2018	2019	CURITIBA	120	4196	SEM	Psicologia e Processos Clínicos Psicologia, Prevenção e Promoção da Saúde
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL		2019	CASCADEL	120	4.200	SEM	psicologia do trabalho, clínica, jurídica e social, que englobam prevenção e tratamento tanto da individualidade, quanto da coletividade no que se refere a psicologia comunitária.
FACULDADE PARANAENSE		2020	CURITIBA	100	4000	SEM	clínica, escolar, organizacional, hospitalar (geral e psiquiátrica), jurídica, institucional e comunitária.
FACULDDAE DE ENSINO SUP. DE MAL. CÂNDIDO RONDON		2020	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	50	4500	SEM	Informações indisponíveis no site.

QUADRO 35 – DETALHES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO PARANÁ E SUAS ÊNFASES CURRICULARES

(conclusão)

NOME DA IES	AC	AI	MUNICÍPIO	NVA	CH MIN.	P/I	ÊNFASES CURRICULARES
CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE		2020	ASSIS CHATEAUBRIAND	100	4000	AN	psicologia social, psicologia clínica e psicologia jurídica.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ		2020	CURITIBA	200	4.010	SEM	Não informado.
UNIVERSIDADE PITÁGORAS DE BANDEIRANTES	BANDEIRANTES	2020	Não Iniciado Prev. 08/02/21	50	4.000	SEM	No fim do curso, ele estará apto a trabalhar em diversas áreas, como clínica, RH, hospitalar, escolar, orientação profissional, entre outras.
FACULDDAE DE IPORÃO	IPORÃO		Não Iniciado Prev.	75	4256	SEM	psicologia e os processos de gestão; a psicologia e processos de prevenção e promoção de saúde; a psicologia e processos clínicos.
FACULDADE MATER DEI	PATOBRAÇO		Não Iniciado Prev.	100	8400	SEM	Clínica Pesquisa Ensino
FACULDADE SANTA MARIA DA GLÓRIA	MARINGÁ		Não Iniciado Prev.	200	4842	SEM	Informações indisponíveis.
FACULDADE FIDELIS	CURITIBA		Não Iniciado Prev.	100	4000	SEM	- Saúde - Social
CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET	CURITIBA		Não Iniciado Prev.	120	4000	SEM	Organizações.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	1971	1972	LONDRINA	80	1 ênf.: 4.180 2 ênf.: 4.690	AN	Ênfase I: Investigação Científica e Investigação em Processos Clínicos e Saúde; Ênfase II: Investigação Científica e Investigação em Processos Sociais e Institucionais.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	1979	1979	MARINGÁ	80	4.994	AN	ÊNFASE EM SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS ÊNFASE EM TRABALHO Ênfase Educação
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE		2003	IRATÍ	30	4.176	AN	ÊNFASE A: PSICOLOGIA E PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA ÊNFASE B: ÊNFASE B: PROCESSOS EDUCATIVOS, PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	1972	1972	CURITIBA	80	4.000	SEM	- Psicologia e processos educativos; -Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde; - Psicologia e processos de trabalho e de gestão

FONTES: (BATISTA; FREITAS, 2021)

APÊNDICE 2 – DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS A PARTIR DO PERIÓDICO PSICOLOGIA E SOCIEDADE

QUADRO 36 – DETALHES DOS ARTIGOS SELECIONADOS / PSICOLOGIA E SOCIEDADE

(continua)

Ano de public.	Região/país onde a pesquisa foi desenvolvida	Título	Autores	Instituição a que pertence
2006	Araras/SP	Uma experiência em psicologia, educação e comunidade.	PETERS, Salete; GONCALVES, Gustavo; TIZZEI, Raquel.	Centro Universitário Hermínio Ometto (Uniararas)
2008	Belo Horizonte/MG	Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo.	FERREIRA NETO, João Leite.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
2008	Zona Norte de São Paulo/SP	Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária.	RAMOS, Conrado; CARVALHO, João Eduardo Coin de.	Universidade Paulista, São Paulo, Brasil
2009	51 professores das disciplinas Psicologia Social, pertencentes a universidades das diversas regiões brasileiras	O lugar da Psicologia Social na formação dos psicólogos.	SOUZA, Ligia Claudia Gomes de;	Faculdades Integradas Maria Thereza e Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Brasil
			SOUZA FILHO, Edson Alves de.	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
2009	Chile (Temuco)	PSICOLOGÍA COMUNITARIA Y POLÍTICAS SOCIALES EN CHILE.	INZUNZA, Jaime Alfaro;	Universidad de Valparaíso, Valparaíso, Chile
			CONSTANZO, Alba Zambrano.	Universidad de la Frontera, Temuco, Chile
2010	Pesquisa documental/Brasil	Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo.	DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, I Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil
2010	Campinas-SP	EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EMANCIPADOR.	ZANCHETTA, Thaís Carvalho; GUZZO, Raquel Souza Lobo.	Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil
2011	João Pessoa/PR	O 18 de maio como espaço de investigação e formação.	FERNANDES, Angela Maria Dias; JOCA, Emanuella Cajado.	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
2011	Pesquisa documental	ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO, SUAS/CRAS E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES.	SILVA, Janaína Vilar da; CORGOZINHO, Juliana Pinto.	Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, Brasil

QUADRO 36 – DETALHES DOS ARTIGOS SELECIONADOS / PSICOLOGIA E SOCIEDADE

(continuação)

Ano de public.	Região/país onde a pesquisa foi desenvolvida	Título	Autores	Instituição a que pertence
2012	Curitiba/PR	O sentido da psicologia e a formação do psicólogo: um estudo de caso.	FERRARINI, Norma da Luz;	Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
			CAMARGO, Denise de.	Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Brasil
2012	Campinas/SP, Brasil	EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS: REPENSANDO A CLÍNICA PSICOLÓGICA NO SUS.	CAMBUY, Karine; AMATUZZI, Mauro Martins.	Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil
2013	Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.	A psicologia na assistência social: transitar, travessia.	MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
2013	Aracaju/SE	As práticas dos psicólogos em ambulatórios de saúde mental.	GUIMARÃES, Shyrley Bispo; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil
2014	Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia	Formação humana e competências: o debate nas diretrizes curriculares de Psicologia.	LIMA, Vinicius Cesca de;	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
			SOUZA, Régis de Toledo.	Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, Brasil
2016	Reflexão histórica sobre a Psicologia Social no Brasil	A formação da psicologia social como campo científico no Brasil.	JACÓ-VILELA, Ana Maria; DEGANI-CARNEIRO, Filipe; OLIVEIRA, Dayse de Marie.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
2016	Um município do interior paulista	Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência.	SANT'ANA, Izabella Mendes;	Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, Brasil
			GUZZO, Raquel Souza Lobo.	Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP, Brasil
2018	Em nove assentamentos no Rio Grande do Norte seis no Piauí.	A PESQUISA EM CONTEXTOS RURAIS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS PARA A PSICOLOGIA	Candida Maria Bezerra Dantas, Magda Dimenstein, Jáder Ferreira Leite e Jaqueline Torquato	UFRN, Natal/RN. UFPI, Parnaíba/PI.

QUADRO 36 – DETALHES DOS ARTIGOS SELECIONADOS / PSICOLOGIA E SOCIEDADE

(conclusão)

Ano de public.	Região/país onde a pesquisa foi desenvolvida	Título	Autores	Instituição a que pertence
2019	Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE	PROVOCAÇÕES PÓS-COLONIAIS À FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA	Jaileila Araújo Menezes, Saiane Silva Lins Juliana Vieira Sampaio	Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil 2 Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil
2020	Projeto de Conversações Públicas dos Estados Unidos	CONSTRUCIONISMO SOCIAL E TRABALHO COMUNITÁRIO: CONFLITO, DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO	Emerson Fernando Rasera	Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, Brasil

FONTE: (BATISTA; FREITAS, 2020).